LINHA DE PESQUISA 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo das sociedades de crédito e financiamento da bm&fbovespa.
Isabelly de Oliveira Silva, Pâmela Caroline Makximovitz, Fabiane Popik 233

ANÁLISE DE CUSTOS EM CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE: Estudo comparativo entre três safras subsequentes.
Jéssica Casemiro dos Reis, Leandro Franz 255

ANÁLISE DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA.
Mayara Aparecida Ferreira Silva, Fabiane Popik 278

CICLOS ECONÔMICOS NA AVICULTURA BRASILEIRA.
Douglas Perazzoli, Marisa Claudia Jacometo Durante 302

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Contribuição das micro e pequenas empresas.
Adriano Kirst, Silvana Aparecida Lemes Costa, Marisa Claudia Jacometo Durante 316

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um Estudo das Sociedades de Crédito e Financiamento da BM&FBOVESPA

Isabelly de Oliveira Silva[1]
Pâmela Caroline Makximovitz[2]
Fabiane Popik[3]

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo evidenciar de forma comparativa o valor distribuído nas sociedades de crédito e financiamento da BM&FBovespa nos períodos de 2014, 2015 e 2016 através da Demonstração do valor adicionado que evidencia o quanto de riqueza a entidade produziu e como distribuiu essa riqueza, visto que as sociedades de crédito e financiamento contribuem para a economia crescer e se expandir, e são essências para o comércio e empresas em geral, sendo responsável por financiar suas operações oferecendo créditos direto e consignado. Analisando a Demonstração do valor adicionado, por meio do método descritivo, com procedimento documental, e abordagem qualitativa e quantitativa, sendo os dados coletados no site da BM&FBovespa e tabulado em Excel para análise. Com base nas analises, o referido estudo tem como objetivos específicos identificar como está sendo distribuída a riqueza em cada empresa pesquisada; demonstrar o elemento do Valor Adicionado que predomina nos objetos de estudos e comparar a distribuição das sociedades de crédito e financiamento da BM&FBovespa em três períodos. Com essas determinações visualizaram-se comportamentos bastante distintos entre os percentuais de distribuições, pois as empresas distribuíram percentualmente valores bastante diferentes entre si ao longo dos anos, embora a distribuição tenha predominado para os mesmos itens.

Palavras-Chave: Demonstrações Contábeis. Valor Adicionado. Sociedade de Crédito e Financiamento.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Marion, (2012) as demonstrações contábeis surgiram em meados do século XIX, com o objetivo de concessão de crédito, sendo solicitada para as empresas que desejavam contrair empréstimos. Exigindo-se no começo apenas o

[1] Discente do curso de ciência contábeis da Faculdade La Salle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão I, no curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle, 2017. E-mail: oliveira.isabelly@hotmail.com
[2] Discente do curso de ciência contábeis da Faculdade La Salle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão I, no curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle, 2017. E-mail: pamelamakximovitz27@gmail.com
[3] Professora Mestre, orientadora do artigo. E-mail: Fabiane.popik@faculdadelasalle.edu.br

Balanço Patrimonial, mas com o passar do tempo passou a exigir outras demonstrações contábeis para análise.

Através das demonstrações contábeis, pode-se extrair a situação econômica e financeira de uma entidade, assim com essas informações pode-se verificar a viabilidade para investir em ações, a capacidade de pagamento, se a atividade operacional da empresa oferece rentabilidade, entre outros.

> O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (BRAGA, 2009, p.20).

Conforme a Lei 6.404/76 o conjunto de demonstrações contábeis era composto pelo Balanço Social, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado (DLPA) que poderá ser substituído pela demonstração das mutações do Patrimônio líquido (DMPL), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA). E alterada pela Lei 11.638/07 que visa conduzir a contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade.

Com alteração para a Lei 11.638/07, a DFC tornou se obrigatória para as companhias abertas e de grande porte, e substituiu a DOAR que deixou de existir. Com essa Lei também passou a vigora a obrigatoriedade da elaboração e apresentação da DVA para as companhias abertas.

Conforme Assaf Neto, (2015) a sociedade anônima é classificada em dois tipos: sociedade anônima de capital aberto (companhias abertas), cujo capital é dividido em ações e sociedade anônima de capital fechado (companhia fechada), quando valores mobiliários de sua emissão não são colocados em negociação no mercado.

Segundo Marion, (2010) a demonstração do valor adicionado (DVA) surgiu na Europa e vem cada vez mais tendo demanda no âmbito internacional, devido ao crescente impacto da globalização na economia do Brasil, o Conselho federal de contabilidade demandou a convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

A DVA é um componente do balanço social que tem por finalidade evidenciar de forma resumida, a riqueza gerada e distribuída pela empresa em um determinado período, sendo uma demonstração bastante útil no ponto de vista macroeconômico.

> A DVA evidencia quanto de uma riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa (MARION, 2010, p.59).

Baseado neste contexto o estudo tem como problemática: Como está sendo distribuída a riqueza na DVA das sociedades de crédito e financiamento na BM&FBovespa? Assim, este estudo tem como objetivo geral evidenciar de forma comparativa o valor adicionado distribuído nas sociedades de crédito e financiamento da BM&FBovespa nos períodos de 2014, 2015 e 2016. Especificamente busca-se no estudo: Identificar como está sendo distribuída a riqueza em cada empresa pesquisada; demonstrar o elemento do Valor Adicionado que predomina nos objetos de estudos e comparar a distribuição das sociedades de crédito e financiamento da BM&FBovespa em três períodos.

Com isso o estudo justifica-se através da importância da Demonstração do Valor Adicionado, visto que a DVA é um instrumento que mensura a riqueza gerada pelas atividades das empresas, identifica e divulga quanto as empresas geram de recursos adicionais, visto ainda que as demonstrações contábeis tradicionais informam somente as questões econômicas e financeiras das empresas, ou seja, não expressa a distribuição da riqueza gerada para os demais beneficiários como empregados, governo, financiadores e acionistas/sócios.

Do segmento de Sociedade de Crédito e Financiamento, pois contribuem para a economia crescer e se expandir, são essências para o comércio e empresas em geral, visto que é responsável por financiar suas operações oferecendo créditos direto e consignado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Demonstrações Contábeis

Conforme Marion (2010) a demonstração contábil surgiu em meados ao século XIX, devido ao aparecimento da figura dos banqueiros e a necessidade de informações mais precisa, passando no decorrer dos anos por vultuosas alterações devido à padronização as normas internacionais.

A demonstração contábil é um conjunto de informações econômica e financeira que devem ser obrigatoriamente divulgadas anualmente pela administração da empresa, conforme Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07. Devendo ser elaboradas e apresentadas de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), 2011: "o objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões".

> Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:
> (a) ativos;
> (b) passivos;
> (c) patrimônio líquido;
> (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
> (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
> (f) fluxos de caixa.
> Essas informações, juntamente com outras informações constantes das notas explicativas, ajudam os usuários das demonstrações contábeis a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, à época e o grau de certeza de sua geração (CPC 26, 2011, p.5).

Sendo obrigadas a elaboração e divulgação das seguintes demonstrações contábeis, conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis para as sociedades anônimas, e grandes empresas limitadas, entidades sem fins lucrativos e do setor público. O quadro 1 apresenta o conceito das demonstrações contábeis.

QUADRO 1 – Conceito das demonstrações contábeis

➢ Balanço Patrimonial	"Conforme estabelecem os artigos 178 a 185 da LSA, o Balanço Patrimonial deve representar de forma quantitativa e qualitativa a posição financeira e patrimonial da empresa, à qual é composta por bens, direitos e obrigações" (SILVA, 2014, p.41).
➢ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	"A demonstração do resultado do exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são

	transferidos para as contas de patrimônio líquido" (ASSAF NETO,2015, p.83).
➢ Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)	Partindo da DRE, a demonstração do resultado abrangente é uma importante ferramenta gerencial. Podendo ser elaborada separadamente ou junto com a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido conforme Marion, (2012).
➢ A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	"Essa demonstração tem por objetivo facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período, geralmente exercício social" (BRAGA, 2009, p.102).
➢ A Demonstração dos Fluxos de caixa (DFC)	"A demonstração dos Fluxos de caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo de caixa e equivalentes de caixa" (RIBEIRO, 2016, p.205).
➢ Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	"A Demonstração do Valor Adicionado é um relatório contábil que deve ser elaborado e publicado, obrigatoriamente, pelas empresas de capital aberto (Sociedade Anônimas). De forma simplificada, podemos dizer que a DVA tem por objetivo demonstrar quanto a empresa agregou de valor em um determinado período (CRUZ, 2011, p.50).
➢ Nota explicativa	As notas explicativas devem: (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 117 a 124; (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão (CPC 26, 2011, p.32)

Fonte: Diversos autores inseridos nas referências.
Nota: Dados trabalhados pelas autoras, 2017.

As demonstrações contábeis citadas têm enfoque social e financeiro, sendo obrigada sua apresentação no final do exercício para fins fiscais à para as sociedades anônimas, e grandes empresas limitadas, entidades sem fins lucrativos e do setor

público. O balanço patrimonial é o relatório contábil mais importante, pois visa a situação patrimonial e financeira, em seguida temos a demonstração do resultado do exercício, mostrando o resultado da entidade, por sua vez tem-se a DMPL, tendo por objetivo demonstrar as mutações do Patrimônio líquido, em seguida a DFC que é um relatório de grande importância que substitui a DOAR, onde permite avaliar as mudanças ocorridas na entidade e a DVA que permite analisar o valor agregado no período.

Além destes também existe a nota explicativa, que deve ser apresentada no final do exercício, junto com as demais demonstrações contábeis e é obrigada sua apresentação para companhia aberta.

Conforme o objetivo deste presente artigo, o foco vem ser a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), tendo assim um tópico na sequencia descrevendo detalhadamente sobre o demonstrativo.

2.2 Demonstração Do Valor Adicionado – DVA

Segundo Marion (2010) a DVA surgiu na Europa, principalmente por influência da Inglaterra, da França e da Alemanha e vem cada vez tendo mais demanda no âmbito internacional, inclusive em virtude de expressa recomendação por parte da ONU. A sua convergência no Brasil se deu devido ao crescente impacto da globalização na economia.

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários e o CFC – Conselho Federal de Contabilidade incentivavam e apoiavam a divulgação voluntária da DVA desde anos 90, passando somente ser obrigatória sua elaboração e divulgação para as sociedades anônimas, a partir de 01.01.2008 através da Lei 11.638/2007, facultando as demais sociedades.

> Embora a DVA não seja exigida nas normas internacionais, a CVM – Comissão de valores Mobiliários não vê qualquer conflito com estas, posto que a DVA, além de ser uma informação adicional, agrega bastante qualidade ao conjunto básico de demonstrações exigidas pela IASB (IN CVM nº 469/maio/2008, artigo 6º e Nota Explicativa à IN CVM nº 469/maio/2008 (AZEVEDO, 2009, p.135).

A DVA demonstra o quanto de valor a empresa agregou no período do exercício, sendo um componente do Balanço social da entidade, surgiu para suprir às

informações geradas pelo conjunto de demonstração já existente, tendo como finalidade demonstrar a origem da riqueza gerada pela entidade, e como essa riqueza foi distribuída com todos que contribuíram direto ou indiretamente para sua formação.

> A demonstração do valor adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionista, financiadores de capital) bem como a parcela de riqueza não distribuída (RIBEIRO, 2015, p.241).

Sendo uma demonstração de natureza social, diferente das demonstrações financeiras exigidas pela Lei das sociedades por ação, a DVA atinge um universo maior de usuários ao evidenciar a riqueza gerada e como ela está sendo distribuída.

> A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período (CPC 09, 2008, p.4).

A DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade para os investidores e outros usuários, além de representar informações ainda mais valiosas no auxílio da formulação de predições.

Conforme Cruz, (2011) as informações contidas na DVA são elaboradas a partir dos relatórios contábeis, sobre tudo da demonstração do resultado do exercício (DRE), distinguindo – se, pois, a DRE objetiva apresentar a riqueza gerada pela entidade pertencente aos sócios/acionista e a DVA visa demonstrar a riqueza gerada pela entidade de forma mais detalhada de como gerou e para quem foi distribuída, sendo assim completando outros relatórios.

Além das contas de resultado, também são utilizadas contas patrimoniais, tais como: participação de terceiros (tributos sobre lucro líquido, debenturistas, empregados, administradores etc.) e remuneração de acionista (Juros e dividendos).

> Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na soma de todos os bens e serviços finais

> produzidos por uma determinada região, durante um período determinado, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita por uma entidade em um determinado período, isto é, baseia-se no regime contábil de competência (CPC 09, 2008, p.4).

A DVA foi disciplinada pela Resolução nº 1.138/2008, com fundamento pelo Comitê Pronunciamentos Contábil CPC 09, onde estabelece critério de elaboração e divulgação, além de dispor de uma estrutura conceitual para apresentação do relatório contábil.

O CPC 09 apresenta três estruturas para apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), o primeiro denominado Modelo I – Empresas em geral é aplicável a entidades mercantis e prestadoras de serviços, o Modelo II deverá ser utilizado por instituições financeiras bancárias e o Modelo III por seguradoras.

> A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma:
> (a) Pessoal e encargos.
> (b) Impostos, taxas e contribuições.
> (c) Juros e alugueis.
> (d) Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos
> (e) Lucros retidos/prejuízos do exercício (CPC 09, 2008, p.2)

Devendo apresentar em sua primeira parte a riqueza detalhada criada pela entidade e em segunda parte como a riqueza obtida foi distribuída.

O valor adicionado é calculado subtraindo-se da receita aos custos dos recursos adquiridos de terceiros utilizados no processo operacional, esse primeiro valor calculado é o valor adicionado bruto. O próximo passo é subtrair o valor de depreciação, amortização e exaustão, havendo uma redução na riqueza gerada, assim provocando o segundo resultado chamado de Valor Adicionado Líquido.

Em seguida temos a parte mais relevante dessa demonstração, onde temos a distribuição do valor adicionado para os vários segmentos da sociedade, assim podemos fazer uma análise da priorização da distribuição dos recursos gerados pela entidade estudada evidenciando a sua contribuição à comunidade, aos acionistas, a remuneração a capital de terceiros e a toda sociedade por meio dos impostos.

2.3 Sociedade de Crédito e Financiamento

As sociedades de crédito e financiamento podem também ser conhecidas como Sociedades Financeiras. São instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda n° 309 de 30 de novembro de 1959, que regula a constituição, o funcionamento e as atribuições das sociedades de crédito, financiamento e das de investimento e institui regime de fiscalização.

A Portaria nº 309, Capitulo I afirma que:

> I – As sociedades de crédito e financiamento e as de investimentos, a que se referem os Decretos-leis ns. 7.583 e 9.603, de 25-5-45 e 16-8-46, respectivamente, são instituições de crédito do tipo especial, que integram o sistema bancário nacional, dependem de autorização do Governo para funcionar e estão sujeitas à fiscalização da Superintendência da Moeda e do Crédito.

As sociedades de crédito e financiamento só poderão ser constituídas com a autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda; e para fazer alterações em estatutos, abrir dependências e modificar seu capital social precisa da autorização da Superintendência da Moeda de Crédito, que também é responsável por fiscaliza-las.

Conforme o Banco Central do Brasil, (2017) “As sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI), são instituições privadas que fornecem empréstimo e financiamento para aquisição de bens, serviços e capital de giro.”.

O objetivo das sociedades de crédito e financiamento é a prática de operações que se liguem a permissão de crédito que podem ser de médio e longo prazo. Estas poderão no decorrer de suas atividades operarem por conta própria ou de terceiros.

Conforme a Portaria nº 309, Capítulo III:

> Poderão ser praticadas várias operações por estas sociedades, que são: a) transações sob contratos de mútuos: financiamento de compra ou venda, garantidos por qualquer dos meios admitidos na praxe bancária, exceto a caução de certificados de fundos instituídos pela própria sociedade, pelas sociedades congêneres ou pelas de investimentos; b) negociação de títulos de crédito, como duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio; c) participação em operações determinadas, de interesse de outras empresas; d) financiamento da exportação ou importação de mercadorias; e) prestação de aceite ou aval em operações comerciais.

Segundo a Resolução nº 45 de 1966, as sociedades de crédito e financiamento poderão obter recursos por meio de aceites e locação de letra de câmbio e em 2007

a Resolução nº 3.454 afirma que as sociedades também poderão captar recursos por meio de depósito bancários.

3 METODOLOGIA

Este artigo é de caráter descritivo, pois foi realizado análises com base nas Demonstrações do Valor Adicionado das Sociedades de Crédito e Financiamento listadas na BM&FBovespa, verificando o quanto de valor adicionado a distribuir de cada uma delas é repassado para Pessoal, Imposto, taxas e contribuições, Remuneração de capitais de terceiros e Remuneração de Capitais Próprios. “No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 122).

O procedimento utilizado nas coletas de dados é feito de forma documental, de fontes secundárias, pois há a interpretação e avaliação dos dados obtidos na Demonstração do Valor Adicionado.

> A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Formasse análise mais detalhada sobre investigação, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.
> No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas (MARCONI, 2011, p. 268).

A abordagem do problema é de natureza qualitativa, pois analisará os resultados encontrados nas demonstrações e quantitativa, pois os resultados encontrados nas demonstrações serão em forma de valores, bem como em percentuais com a finalidade de fazer comparações entre os períodos e entre as sociedades de crédito e financiamento pesquisadas.

O objeto de estudo do presente artigo foram 100% das empresas listadas na BM&FBovespa, do segmento de Sociedade de Crédito e Financiamento, pois contribuem para a economia crescer e se expandir, são essências para o comércio e empresas em geral, visto que é responsável por financiar suas operações oferecendo créditos direto e consignado.

As Empresas pesquisadas foram Financeira Alfa S.A, Empresa Finansinos S.A e Empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A que publicaram a Demonstração do Valor Adicionado nos períodos de 2014, 2015 e 2016.

Para realização da pesquisa foram coletados dados da Demonstração do Valor Adicionado das empresas pesquisadas no site da BM&FBovespa, nos períodos de 2014, 2015 e 2016, por meio das demonstrações contábeis, analisando com enfoque a Demonstração do Valor adicionado e as notas explicativas. Tais dados foram transcritos para o programa de tabulação de Excel e logo após foram elaboradas as análises verticais das contas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Empresas Pesquisadas

A empresa Financeira Alfa S.A teve início em 1925, com a fundação do Banco da Lavoura no Estado de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S/A e posteriormente criou outras empresas financeiras que constituiriam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S/A teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. A partir das empresas financeiras que não foram vendidas formaram o novo Conglomerado Financeiro Alfa, com a criação do Banco Alfa.

O Conglomerado Financeiro Alfa desenvolve sua atuação dando ênfase nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, Tesouraria, Administração de Recursos de Terceiros, Private Banking, Wealth Management (Gestão de Patrimônio) e Fusões e Aquisições. É situada em São Paulo e possuem filiais nos principais centros econômicos do país.

A empresa Finansinos S.A – CFI, foi fundada em 12 de setembro de 1962 na cidade de Novo Hamburgo/RS. Com atividades centradas no Vale do Rio do Sinos e foco mercadológico direcionado nos segmentos de Crédito Direto ao Consumo de Bens (automóveis e caminhões), Capital de Giro, Autofinanciamento, e Desconto de Títulos.

A empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A, foi fundada no ano de 1943, no município de Curvelo/MG, o Mercantil do Brasil é considerado hoje o único banco

médio de varejo do país e oferece produtos e serviços diversificados tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas.

De acordo com o ranking do Banco Central, entre os bancos privados nacionais, o MB ocupa a 8ª posição em Depósitos Totais, a 11ª em Carteira de Crédito e é o 12º maior em Ativos Totais.

Tem sede em Minas Gerais e uma rede com mais de 200 pontos de atendimento.

4.2 Distribuição da Riqueza nas Empresas Pesquisadas

Para cumprimento do objetivo deste artigo serão analisadas separadamente as empresas pesquisadas e os valores adicionados a distribuir para os itens: Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capital de terceiros; e Remuneração de capitais próprios, avaliados através da análise vertical em percentual.

4.2.1 Empresa Financeira Alfa S.A

Conforme os dados da demonstração do valor adicionado publicado no site da BM&FBovespa, da Empresa Financeira Alfa S.A nos períodos de 2014, 2015 e 2016 segue análises vertical dos valores a distribuir. O quadro 2 traz a análise vertical.

QUADRO 2 – Análise vertical da Empresa Financeira Alfa S.A

DESCRIÇÃO	2016 - R$	A.V	2015 - R$	A.V	2014 - R$	A.V
Receitas	871.141,00	100,00%	890.233,00	100,00%	852.795,00	100,00%
Valor Adicionado Total a Distribuir	188.294,00	21,61%	178.735,00	20,08%	168.575,00	19,77%
Pessoal	84.380,00	9,69%	83.131,00	9,34%	84.936,00	9,96%
Impostos, Taxas e Contribuições	55.638,00	6,39%	48.613,00	5,46%	37.662,00	4,42%
Remuneração de Capitais de Terceiros	8.223,00	0,94%	7.929,00	0,89%	8.820,00	1,03%
Remuneração de Capitais Próprios	40.053,00	4,60%	39.062,00	4,39%	37.157,00	4,36%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se verificar através dos dados extraídos da demonstração do valor adicionado dos referidos períodos que ao longo dos anos, o proceder das distribuições é semelhante entre si, sendo o valor mais alto distribuído pelo item de pessoal que chegou à 9,96% sobre o total do grupo no ano de 2014.

Dentre os itens que compõe o grupo pessoal, a conta que tem uma maior significância em todos os anos é o de remuneração direta que apresentou 7,66% no ano de 2014; 7,09% em 2015 e 7,32% em 2016 que são valores relativos a 13º salário, férias, horas extras, entre outros.

Os Impostos, taxas e contribuição é considerado o segundo item que tem maior significância, com 4,42% no ano de 2014, aumentando para 5,46% em 2015 e chegando à 6,39% em 2016 em relação ao total de distribuição. Das contas que compõe o item de impostos, taxas e contribuições, a conta que apresentou maior valor é a de impostos estaduais chegando à 6,20% em 2016, o aumento dos impostos, taxas e contribuições é devido ao aumento da receita, conforme a receita apresenta variações, consequentemente os impostos, taxas e contribuições aumentarão.

Em seguida tem-se o item de Remuneração de Capitais de Terceiros, que abrangem: aluguéis; outros valores que são as doações filantrópicas. No ano de 2014 tal conta apresentou 1,03%, em 2015 0,89% e em 2016 0,94 de participação sobre o total de distribuição. A conta que apresentou maior relevância foi de aluguéis que de 0,97% em 2014 diminuindo para 0,76% em 2015 e manteve-se estável em 2016.

Por último verifica-se a conta de Capitais Próprios que é composta por juros sobre o capital próprio e pelo lucro retido/prejuízo do período. Em 2014 verificou-se um percentual de 4,36, tendo um pequeno aumento em 2015 para 4,39% e em 2016 apresentou um percentual de 4,60 sobre o total distribuído analisado. A conta que se mostrou maior expressividade foi a de Lucros Retidos/Prejuízo do Período partindo de 2,67% em 2014 para 2,80% em 2016, o que mostra que a Empresa analisada vem aumentando seus lucros no decorrer dos anos.

Pode-se verificar que a empresa apresenta sempre ao passar dos anos uma receita maior, que busca investir em pessoal, pois a conta em todos os anos foi a que apresentou maior participação ao total de distribuição. A empresa não busca com frequências capitais de terceiros, o que significa que a empresa vem crescendo com seus próprios lucros.

4.2.2 Empresa Finansinos S.A

Conforme os dados coletados na demonstração do valor adicionado no site da BM&FBovespa, em sequência tem-se a análise vertical do valor a distribuir da

empresa Finansinos S.A nos períodos de 2014, 2015 e 2016. No quadro 3 a análise vertical.

QUADRO 3 – Análise vertical da Empresa Finansinos S.A

DESCRIÇÃO	2016 - R$	A.V	2015 - R$	A.V	2014 - R$	A.V
Receitas	4.423,00	100,00%	-849,00	100,00%	7.659,00	100,00%
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.674,00	60,46%	-3.091,00	364,08%	5.753,00	75,11%
Pessoal	2.337,00	52,84%	4.472,00	-526,74%	3.510,00	45,83%
Impostos, Taxas e Contribuições	465,00	10,51%	-3.024,00	356,18%	1.562,00	20,39%
Remuneração de Capitais Próprios	-128,00	-2,89%	-4.539,00	534,63%	681,00	8,89%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Através da análise pode-se notar uma oscilação nos períodos estudados, sendo o maior valor distribuído para pessoal, em segundo vêm os impostos, taxas e contribuições e por última remuneração de capitais próprios, não tendo valor distribuído para capital de terceiros que abrange aluguéis.

A conta pessoal foi a com maior predominância apresentando no ano base um percentual de 45,83% em relação ao total do valor distribuído e havendo uma oscilação para os períodos seguinte, em 2015 pode-se verificar um percentual negativo de -526,74% e em 2016 se estabilizando em um percentual de 52,84%.

Essa conta é composta por remuneração direta, benefícios e FGTS, sendo com maior predominância a conta de remuneração direta apresentando em 2014 o percentual de 38,44%, em 2015 um percentual negativo de -370,79% e em 2016 41,19%, em seguida temos a conta FGTS com um percentual de 40,53% em 2014, e em 2015 um percentual negativo de -109,07% e em 2016 havendo uma diminuição para 6,08% referente ao ano base e por último temos a conta de benefícios apresentando em 2014 um percentual de 5,01%, em 2015 um percentual negativo de -46,88% e em 2016 5,56%.

Por segundo tem-se a conta de impostos, taxas e contribuições apresentando somente saldos federal e municipal, sendo a com maior predominância a conta federal com oscilação nos períodos, apresentando em 2014 um percentual de 20%, em 2015 houve um aumento para 358,66% e 2016 uma diminuição para 10,29%. A conta municipal apresentou um percentual de 0,39% em 2014, e em 2015 um percentual negativo de -2,47% e retornando ao percentual positivo de 0,23% em 2016, porém diminuindo em relação ao ano base.

Por último vem-se à conta de remuneração de capitais próprios, apresentando saldo com maior predominância na conta Lucros Retidos/Prejuízo do Período, apresentado em 2014 um lucro equivalente a 5,67% em relação ao total do valor distribuído, em 2015 houve um prejuízo de -534,63% e em 2016 a empresa apresentou um prejuízo menor de -2,89% em relação ao período anterior, que mostra que a empresa vem tentando se restabelecer no mercado. A conta juros sobre capital próprio só apresentou saldo em 2014, devido ser o único período que apresentou lucro, sendo o percentual de 3,22%.

Pode-se verificar que a empresa apresenta uma oscilação nos períodos estudados, apresentando lucro em 2014, em 2015 proporcionando um prejuízo no período de R$ 849,00, não detalhado em nota explicativa e em 2016 voltando a estabilizar, apresentando um prejuízo menor, assim pode-se analisar que a empresa estudada passou por forte crise financeira em 2015, e em 2016 sua receita não supriu todas as distribuições, pois a conta remuneração de capital próprio apresentou um percentual negativo, não apresentando na nota explicativa o que realmente aconteceu nesses períodos.

4.2.3 Empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A

Com base nos dados coletados no site da BM&FBovespa da demonstração do valor adicionado, tem-se a seguir à análise vertical do valor a distribuir da empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A nos períodos de 2014, 2015 e 2016. Desse modo, apresenta-se a análise vertical no quadro 4.

QUADRO 4 – Análise vertical da Empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A

DESCRIÇÃO	2016 - R$	A.V	2015 - R$	A.V	2014 - R$	A.V
Receitas	219.301,00	100,00%	299.409,00	100,00%	253.156,00	100,00%
Valor Adicionado Total a Distribuir	10.868,00	4,96%	-13.383,00	-4,47%	6.478,00	2,56%
Pessoal	3.581,00	1,63%	4.227,00	1,41%	5.038,00	1,99%
Impostos, Taxas e Contribuições	6.652,00	3,03%	-5.005,00	-1,67%	-336,00	-0,13%
Remuneração de Capitais Próprios	653,00	0,30%	-12.605,00	-4,21%	1.776,00	0,70%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se verificar através dos dados extraídos da demonstração do valor adicionado dos referidos períodos que ao longo dos anos, houve uma oscilação entre

os períodos, sendo o valor com maior predominância em 2014 da conta de Pessoal, em 2015 a conta Remuneração de Capitais Próprios e em 2016 Impostos, taxas e contribuições.

A conta com Pessoal foi a com maior predominância em 2014, composto por remuneração direta com maior predominância nos períodos, apresentando um percentual de 1,77% em 2014, diminuindo para 1,29% em 2015 e em 2016 tem um aumento em relação a 2015 de 1,53%. A segunda conta com maior predominância é benefícios havendo uma diminuição no período, apresentando em 2014 um percentual de 0,15%, diminuindo em 2015 para 0,07% e em 2016 0,06% e por último tem-se a conta FGTS com um percentual de 0,07% em 2014 em relação ao total distribuído, diminuindo para 0,05% e em 2015 e 0,04% em 2016.

Em 2015 tem-se a conta Remuneração de Capitais Próprios com maior predominância em relação ao total distribuído, tendo à conta Juros sobre o Capital próprio com maior predominância, apresentando em 2014 um percentual de 1,85%, diminuindo em 2015 para 1,29% e voltando a aumentar em relação ao período anterior para 1,81%. Por segundo temos a conta Lucro Retidos/Prejuízo do Período, apresentando nos períodos estudados Prejuízo, em 2014 apresentou um percentual de -1,15%, havendo um aumento para -5,50% em 2015 e em 2016 diminuindo para -1,52% em relação ao total distribuído.

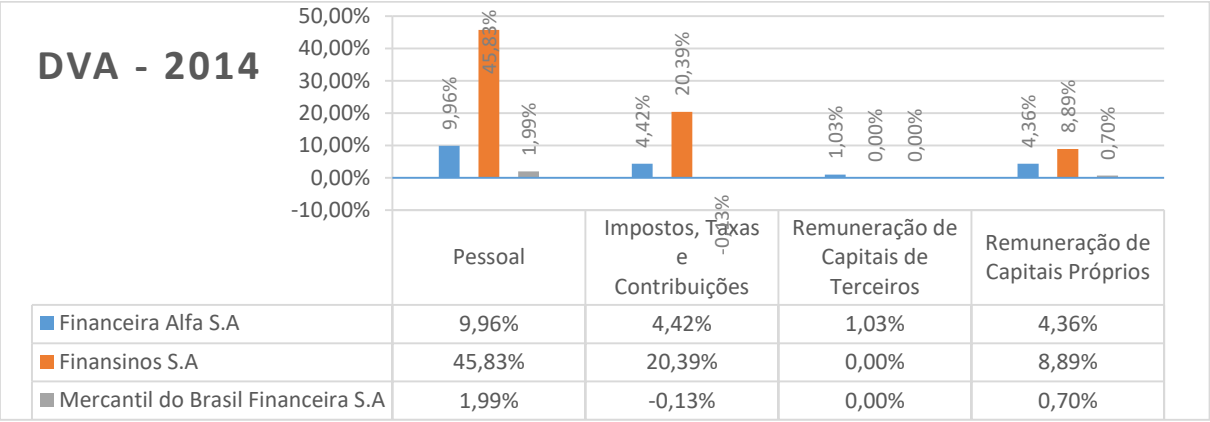
Impostos, taxas e contribuições foram as contas com maior predominância em 2016, composto por federais, estaduais e municipais, tem a conta federais com maior predominância, apresentando em 2014 um percentual de -0,16%, aumento o percentual negativo para -1,68% em 2015, em 2016 apresentando um saldo positivo em relação ao total do valor distribuído 3,02%. Por segundo temos a conta Municipais com maior predominância em 2014 e 2015, apresentando em 2014 um percentual de 0,02%, diminuindo em 2015 para 0,01% e em 2016 para 0,00%, e por último temos a conta Estaduais apresentando maior predominância em 2016 em comparação com as municipais, com percentual de 0,01% em 2014, diminuindo para 0,00% em 2015 e aumentando em 2016 para 0,02%.

Pode-se verificar que a empresa apresentou problemas financeiros nos períodos de 2014 e 2015, pois a sua receita também não supriu os valores a ser destinado, e em 2016 se estabilizou, não apresentando saldos negativos e não apresentando na nota explicativa o que realmente aconteceu nesses períodos.

4.3 Análise Comparativa

Após análises individuais das empresas em estudo, busca-se em seguida comparar as distribuições das empresas, verificando como estão sendo distribuídas a riqueza das empresas em estudo e quais os itens predominam nas distribuições. O gráfico 1 demonstra as comparações.

GRÁFICO 1 – Comparação das Distribuições de Valor Adicionado ano 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Realizando a análise comparativa das empresas, observa-se que no ano de 2014 a geração da riqueza destinadas aos empregados, na forma de salários e encargos ocupou o primeiro lugar. Apresentando a Empresa Finansinos S.A um maior percentual que ficou em 45,83%, em seguida a Financeira Alfa S.A com 9,96% e logo após a Mercantil do Brasil Financeira S.A.

Nesse mesmo período, os Impostos, Taxas e Contribuições ficaram em segundo lugar, em um país que possui uma elevada carga tributária, não se torna um valor relevante uma vez que esse percentual se dá sobre o Valor Adicionado a Distribuir, este valor que já foi subtraído de itens como Materiais, Energias, Depreciação, serviços prestados e Custo da Mercadoria. Sendo a empresa com o maior percentual a Finansinos S.A que apresentou 20,39% sobre o total distribuído, em segundo a Financeira Alfa S.A com 4,42% e por último a Mercantil do Brasil Financeira S.A com valor negativo de -0,13%.

Em seguida do item de Impostos, Taxas e Contribuição, tem-se a remuneração de Capitais próprios, verifica-se que a empresa que obteve a maior distribuição foi a

Finansinos S.A com um percentual de 8,89%, logo após a empresa Financeira Alfa S.A com 4,36% e caindo para 0,70% da empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A.

Em sequência verifica-se o item de Remuneração de Capitais de Terceiros, onde encontra-se zerado os valores para as empresas Finansinos S.A e Mercantil do Brasil Financeira S.A, que mostra que as empresas não distribuíram suas riquezas para aluguéis e outras contas que inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, que podem ser como royalties, franquia, direitos autorais, etc.

Porém a empresa Financeira Alfa S.A apresentou um percentual de 4,36% de seus lucros distribuídos para Capitais de terceiros.

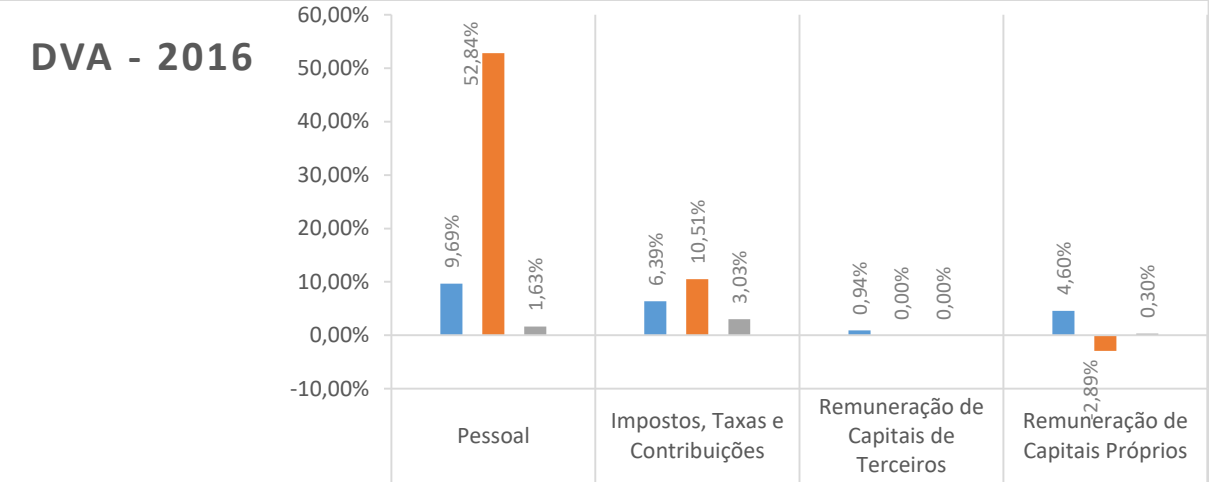
Analisando o demonstrativo de 2015, pode-se verificar que a conta de Pessoal continua apresentando maior predominância na distribuição dos lucros das empresas em estudo, é valido salientar que a empresa Finansinos S.A apresenta um percentual negativo devido a diminuição de sua receita de 2014 que é considerado o ano base para o período que está sendo analisado. A empresa Financeira Alfa S.A e Mercantil do Brasil Financeira S.A apresentaram um percentual menor em relação ao ano de 2014, o que pode ter diminuído por cortes de funcionários, já que o valor de remuneração direta e consequentemente os impostos diminuíram.

A conta de Impostos, taxas e contribuições apresentaram um valor negativo da empresa Mercantil do Brasil e Financeira S.A devido aos impostos Federais que de 2014 para 2015 fecharam negativos. Entre a Financeira Alfa e a Finansinos S.A, a empresa que obteve um maior percentual na distribuição dos lucros foi a empresa Finansinos S.A.

Em sequência verifica-se o item de Remuneração de Capitais de Terceiros, onde continua zerado os valores para as empresas Finansinos S.A e Mercantil do Brasil Financeira S.A, que mostra que as empresas não distribuíram seus lucros para aluguéis e outras contas mencionadas anteriormente. Porém a empresa Financeira Alfa S.A apresentou um percentual de 0,89% de seus lucros distribuídos para Capitais de terceiros.

Na conta de Remuneração de Capitais Próprios a empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A que já mostrava um percentual menor que um, apresentou no ano de 2015 um valor negativo de -4,21%, entre as empresas Finansinos S.A e Financeira Alfa S.A, a que apresentou o valor mais significante foi a empresa Finansinos S.A, apresentados no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Comparação das Distribuições de Valor Adicionado ano 2016



	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
Financeira Alfa S.A	9,69%	6,39%	0,94%	4,60%
Finansinos S.A	52,84%	10,51%	0,00%	-2,89%
Mercantil do Brasil Financeira S.A	1,63%	3,03%	0,00%	0,30%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Já no demonstrativo de 2016 verifica-se que as empresas Financeira Alfa S.A e a Finansinos S.A distribuíram maior parte de seus lucros para pessoal e embora a empresa Mercantil do Brasil Financeira S.A tenha uma receita menor que a Financeira Alfa conforme as análises individuais apresentam, sua maior distribuição foi para Impostos, taxas e contribuições, buscando em nota explicativa esses valores altos de Impostos é ocasionado pelas provisões para riscos fiscais, pois a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Financeira.

Em segundo observa-se que há uma inversão as empresas Financeira Alfa e a Finansinos S.A possui um valor distribuir para Impostos, Taxas e Contribuições e a empresa Mercantil um valor maior a distribuições para Pessoal.

Em sequência verifica-se a conta de Remuneração de Capital Próprio dentre as empresas estudadas a Financeira Alfa obteve um melhor percentual em relação as outras. A Finansinos S.A teve prejuízo no período, por isso seu percentual negativo.

Por último foi analisado a Remuneração de Capitais de Terceiros, a empresa Financeira Alfa foi a única empresa a ter valores referente a essa conta, as outras empresas ficaram com valores zerados, buscando em notas explicativas o motivo desses valores estarem zerados, mas não foi encontrado quaisquer explicações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado conclui-se que a DVA demonstra o quanto de valor a empresa agregou no período do exercício, sendo um componente do Balanço social da entidade, surgiu para suprir às informações geradas pelo conjunto de demonstração já existente, tendo como finalidade demonstrar a origem da riqueza gerada pela entidade, e como essa riqueza foi distribuída com todos que contribuíram direto ou indiretamente para sua formação.

O presente estudo teve como objetivos específicos, identificar como está sendo distribuída a riqueza em cada empresa pesquisada; demonstrar o elemento do Valor Adicionado que predomina nos objetos de estudos e comparar a distribuição das sociedades de crédito e financiamento da BM&FBovespa em três períodos.

Na análise foi visto que o item de maior distribuição foi o de Pessoal com o valor médio de 73,30% do valor adicionado gerado, seguido por Impostos, Taxas e Contribuições com valor médio de 45,35% do valor adicionado gerado. Logo após temos a conta de Remuneração de Capital Próprio com valor médio de 62,77% do valor adicionado gerado, a empresa Finansinos S.A fecha em prejuízo no ano de 2016. O item de Remuneração de Capitais de Terceiros só apresentou valores para a empresa Financeira Alfa, com valor de 0,95% do valor adicionado gerado.

Verificaram-se comportamentos bastante distintos entre os percentuais de distribuições, pois as empresas distribuíram percentualmente valores bastante diferentes entre si e ao longo dos anos, embora a distribuição tenha predominado para os mesmos itens de Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios.

Em linhas gerais o objetivo do estudo era verificar como está sendo distribuída a riqueza na DVA das sociedades de crédito e financiamento na BM&FBovespa. Observa-se por tanto que um mesmo setor pode apresentar características de distribuições diferentes, mesmo tendo atividades semelhantes, por terem receitas diferentes.

Sugere-se para posteriores pesquisas a investigação de outros setores para confirmar se há ou não distinção no comportamento, bem como analisar a composição de geração de riqueza em um conjunto de empresas ou até mesmo comparação entre setores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro, São Paulo: Atlas, 2015.

AZEVEDO, Osmar Reis. DFC e DVA: Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, São Paulo: IOB, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é sociedade de crédito, financiamento e investimento? Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home> Acesso em: Maio.2017.

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis: Estrutura, análise e interpretação, São Paulo: Atlas, 2009.

CPC 03. Demonstração do Fluxo de Caixa. 2010. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf> Acesso em: mar. 2017.

CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. 2008. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> Acesso em: mar.2017.

CPC 26. Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf> Acesso em: mar. 2017.

CRUZ, June Alisson Westarb. Análise das Demonstrações Financeiras: Teoria e prática, Curitiba: Juruá, 2011

IBRACON. Elementos das Demonstrações Contábeis foi tema de curso no valor econômico. 2011. Disponível em:< http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=31> Acesso em: mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica, São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial, São Paulo: Atlas, 2010.
_____. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial, São Paulo: Atlas, 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Regula a constituição, o funcionamento e as atribuições das sociedades de crédito, financiamento e das de investimento e institui regime de fiscalização. Portaria nº 309, de 30 de novembro de 1959. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/Portaria_MF_309-1959.pdf> Acesso em: Maio.2017.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada, São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Alexandre Alcântara. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis, São Paulo: Atlas, 2014.

ANÁLISE DE CUSTOS EM CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE: Estudo Comparativo Entre Três Safras Subsequentes

Jéssica Casemiro dos Reis[4]
Leandro Franz[2]

RESUMO
O presente estudo tem como objetivo analisar a viabilidade de confinamento de gado de corte frente aos custos necessários para colocar os animais prontos para o abate e apurar o resultado da atividade, para o estudo foram realizadas coletas de informações referentes à gestão de custos do confinamento de gado de corte na Fazenda Mano Julio. Os resultados apurados pelo confinamento em análise mostram que nos anos de 2014 e 2015 o resultado líquido do exercício mesmo diante dos aumentos nos custos de aquisição dos animais e aumento dos custos fixos e variáveis passou de 7,21% para 8,05% respectivamente, e na apuração de fechamento do primeiro semestre de 2016 mesmo com aumento ainda maior dos custos fixos e variáveis, valorização nos preços para aquisições de animais, desvalorização do boi gordo frente ao boi magro e a redução brusca na quantidade de animais abatidos, o resultado líquido do exercício ficou em torno de 4,16%, apesar de não apresentar um resultado excelente comparado aos períodos anteriores ainda se manteve com saldo financeiro positivo. Portanto podemos afirmar que existe a viabilidade no confinamento de bovinos de corte é positiva desde que exista um suporte eficiente na gestão e planejamento de custos.

Palavras-chave: Confinamento. Custos. Gado de Corte.

1 INTRODUÇÃO

A engorda de bovinos de corte em sistema de confinamento tem capacidade de lotação mais alta que o regime de pasto convencional, no entanto o custo por arroba torna-se mais caro se comparado ao regime de engorda convencional, isso ocorre por diversos fatores, os de maior relevância são: redução de idade de abate do animal, aumento na qualidade da carne produzida devido à dieta extremamente equilibrada e regrada, aumento no desfrute o que incide na redução da ociosidade dos frigoríficos no período da entressafra, maior aproveitamento das áreas de

[4] Artigo entregue como requisito para conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, na Faculdade La Salle, 2016. E-mail: nika_jeh@hotmail.com
[2] Mestre em Ciências Contábeis, professor orientador do artigo. E-mail: leandro.franz@faculdadelasalle.edu.br

pastagens do que as outras categorias, elevada produção adubos orgânicos e maior capital de giro (LOPES e MAGALHÃES, 2005).

Para se iniciar uma criação de gado de corte é necessário fazer uma análise econômica da atividade, para o produtor conhecer mais a fundo todos os detalhes que ele irá enfrentar no dia-dia da produção, também é necessário conhecer os fatores de produção como terra, trabalho, capital, essas análises permitem elucidar os pontos de estrangulamento permitindo assim concentrar esforços e buscar medidas preventivas através de ferramentas gerenciais e tecnológicas para se obter a sustentabilidade no setor, minimizando os custos operacionais e aumentando os lucros (LOPES e CARVALHO, 2002).

Junto do crescimento da pecuária de corte aumentou a necessidade de um planejamento mais rigoroso com metas bem definidas e alto controle, especialmente na gestão produtiva e empresarial das fazendas, dentro deste mercado globalizado e muito competitivo as fazendas deixaram de serem apenas fazendas e passaram a serem tratadas como empresas rurais, e elas demandam uma boa administração associado a uma contabilidade de custos extremamente alinhada aos interesses desta empresa no mercado seja ele interno ou externo. Estudos estão sendo feitos para melhorar fatores como: a nutrição usando alimentos alternativos com bom rendimento e baixo custo, instalações, tipos raciais, sexo e idade dos animais que serão confinados (LACORTE, 2002).

O estudo de custos tem sido indispensável especialmente quando se trata de confinamento para gado de corte, quando se faz um estudo de custos o que se tem em mente é fixar diretrizes e corrigir distorções alinhando os custos da produção com a oferta que o mercado oferece na hora da venda. As principais finalidades dos dados levantados sobre os custos são: analisar a rentabilidade de atividade de gado de corte, reduzir os custos controláveis, determinar preço de venda compatível com o mercado que atua, controlar e planejar operações do sistema de produção, identificar o ponto de equilíbrio na produção do sistema de gado de corte, ser uma ferramenta gerencial que possibilite que o produtor tome decisões acertadas quando necessário (LOPES e CARVALHO, 2006).

O Brasil é um grande produtor mundial de proteína animal e tem no mercado interno seu principal destino, a produção de carnes em 2010 foi estimada em 24,5 milhões de toneladas das quais 75% dessas foram destinadas ao consumo interno, neste ano o consumo per capita de carne bovina chegou a 37,4 kg (BRASIL, 2010).

No ano de 2015, mais especificamente no quarto trimestre foram abatidas 7,69 milhões de cabeças de bovinos, quantidade 1,5% maior que o trimestre imediatamente anterior, e apesar de registrar uma queda de quase 9,8% quando comparado ao quarto trimestre do ano anterior viemos nos últimos cinco anos em um crescente na produção, se compararmos ao primeiro trimestre do ano de 2010 o aumento é bem significativo pois, nesta data foram abatidas 7 milhões de cabeças. O peso médio das carcaças bovinas no 4º trimestre de 2015 (250,7 kg/carcaça) foi maior que o apurado no trimestre imediatamente anterior (247,7 kg/carcaça) e que no quarto trimestre de 2014 (241,5 kg/carcaça).

Contribuiu para esse aumento, a maior participação de machos que em geral são mais pesados que as fêmeas no abate total. O estado que abate mais cabeças de gado em todo país é o estado do Mato Grosso que tem 18,4% da produção nacional concentrada em suas divisas. Grande parte desta produção de carnes está sendo destinado ao mercado externo, o Brasil hoje é o grande exportador de carnes bovinas para o mundo, dentre os países que são considerados os principais destinos das carnes brasileiras estão: Hong Kong, China, Egito, Rússia, Irã, Venezuela, Chile, Itália, Vietnã, Holanda, estes foram os dez principais destinos das carnes brasileiras em 2015 representando 85% da nossa exportação para o mundo. (IBGE, 2016).

Este trabalho tem como objetivo obter uma posição sobre a situação da pecuária no estado e de forma mais específica avaliar a viabilidade na produção de bovinos de corte em sistema de confinamento, diante de uma grande dificuldade e que tem se tornado um problema que é a elaboração de uma correta gestão de custos. Para tal foi realizado um estudo dos custos na produção de gado de corte no sistema de confinamento dos anos de 2014/2015 e o primeiro giro de 2016, ou seja, animais abatidos de abril a agosto de 2016 na Fazenda Mano Julio, que fica localizada na cidade de Ipiranga do Norte, no estado do Mato Grosso.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos surgiu a partir da contabilidade financeira pela necessidade de avaliar os estoques das indústrias, de forma mais específica no início da Revolução Industrial, pois, antes disso a maioria dos produtos eram fabricados

através da forma artesanal e as pessoas que produziam não constituíam empresas e não se importavam muito com o valor exato que custava para produzir os seus produtos.

Naquela época a principal aplicação da contabilidade estava relacionada ao comércio no qual se preocupavam mais na apuração do resultado do exercício, porém com o forte avanço da indústria na época surge a necessidade de calcular os custos para formação de estoque. No comércio o custo de cada produto era de fácil identificação era necessário apenas saber o que foi pago pelo produto no ato da compra mais os tributos não compensáveis mais o frete, mais os seguros, no entanto na indústria esta mesma sistemática não poderia ser aplicada devido ao fato do fabricante comprar materiais e os transformar em produto incidindo em mão-de-obra, além do consumo de uma infinidade de outras coisas como água, luz e etc. A partir disso a Contabilidade de custos evoluiu muito passando a auxiliar em várias outras situações como tomadas de decisões planejamentos além de exercer um papel importantíssimo para manter o controle do negócio (BERTI, 2009).

Contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços, sua função é gerar informações precisas e de forma rápida para a administração, norteando assim as tomadas de decisões, sejam elas com fins de planejamentos ou em alguns casos medidas emergenciais. A contabilidade de custo é voltada para análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações, ela planeja, classifica, aloca, acumula, organiza, registra, analisa, interpreta e relata os custos dos produtos fabricados e vendidos, para atingir sucesso em um mercado dinâmico e globalizado, toda organização necessita ter uma contabilidade de custos bem estruturada e atuante (SANTOS, 2011).

2.1.1 Gastos

O gasto é o compromisso financeiro assumido por uma empresa na aquisição de bens e serviços resultando sempre em variação patrimonial seja ela qualitativa no início ou quantitativa em seguida. Assim temos o conceito de gastos como compra de matéria prima, custo com mão-de-obra, tanto para o processo produtivo quanto de distribuição, custo com honorários e compra de bens e imobilizado (PADOVEZE, 2006).

2.1.2 Custos e despesas

Uma distinção extremamente importante que precisa ser feita para contabilidade financeira é a do custo e despesas onde os custos devem ser incorporados aos produtos, ou seja, o estoque, já as despesas devem ser levadas diretamente para o resultado do exercício, entretanto toda a atenção e eficiência devem ser aplicadas aos dois quesitos (BOMFIM e PASSARELLI, 2008).

Custos: os custos são gastos que estão relacionados à bens ou serviços que serão utilizados para produzir ou gerar novos produtos e/ou bens, ou seja, a melhor definição para custo referente a bem ou serviço é a expressão monetária dos insumos físicos realizados para obtenção daquele bem ou serviço (CREPALDI, 2010).

Despesas: estes bens ou serviços que são consumidos para obtenção de receita, ou um gasto aplicado em alguma atividade capaz de produzir renda efetiva ou teórica. As despesas são gastos que reduzem patrimônio tendo característica de apresentar sacrifício no processo de obtenção de receitas, assim todas as despesas são ou foram gastas, no entanto, esses gastos nem sempre se transformam em despesas (CREPALDI, 2010).

2.1.3 Investimento

Conforme apresentado anteriormente o investimento é um gasto ativado em benefícios atribuíveis a futuros períodos ou em função de sua vida útil, todo e qualquer sacrifício financeiro que for efetuado em virtude de aquisição de bens ou serviços nos quais podem ser estocados no ativo da empresa para baixa ou amortização quando de sua venda é considerado investimento independentemente de sua natureza (BERTI, 2009).

2.1.4 Perdas

As perdas são prejuízo de bem ou serviço resultante de situações anormais, ou seja, erros de produção, incêndios, danos causados pela natureza, erros humanos, não se pode confundir com despesas nem com custos justamente pela anormalidade da ocorrência haja vista que ela não foi planejada visando obtenção de receita (PADOVEZE, 2006).

2.1.5 Receita

A receita é a entrada de todo elemento que pode ser incorporado ao ativo sob forma de dinheiro ou direitos a receber, existem várias formas originarias de receitas e elas são classificadas de formas diferentes, temos as receitas decorrente da atividade da entidade nas quais chamamos de receitas operacionais, temos as receitas que são chamadas eventuais e essas por sua vez são chamadas de não operacionais (SANTOS, 2011).

2.1.6 Ganho

O ganho é o resultado líquido favorável que são advindos de eventos ou transações que não estão relacionadas as transações normais da entidade (BERTI, 2009).

2.1.7 Lucro ou Prejuízo

O lucro ou prejuízo é a diferença entre a receita e a despesa/custo, perdas e ganhos, se essa diferença se apresentar positiva é denominada lucro e se for negativa prejuízo (BOMFIM e PASSARELLI, 2008).

2.2 Objetivos da Contabilidade de Custos

Os principais objetivos da contabilidade de custos são:

a) Ter dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão;
b) Acompanhar gastos que de fato ocorreram e compará-los com valores previamente definidos;
c) Estabelecer preços de vendas compatíveis com os atuais preços praticados no mercado;
d) Conhecer claramente a lucratividade do seu produto;
e) Decidir sobre corte de produtos, buscar novas opções de compras ou fabricação;
f) Reduzir custos em cada setor da cadeia produtiva;

g) Determinar o ponto de equilíbrio para saúde financeira da organização;
h) Fazer a avaliação do desempenho (CREPALDI, 2010).

2.3 Finalidade da Contabilidade de Custos

Basicamente podemos dizer que a Contabilidade de Custos é formada por três principais finalidades nas quais podem ser descritas da seguinte forma:

Finalidade Contábil: é dentro dessa finalidade que toda a sistemática de custos tem sua estrutura formulada para que seja encontrado o custo exato do estoque (PADOVEZE, 2006).

Finalidade Administrativa: o principal objetivo desse quesito é atender e estabelecer as maneiras de controle se utilizando de um sistema de custo padrão, proporcionando um sistema que possibilite um fácil gerenciamento pelo administrador (PADOVEZE, 2006).

Finalidade Gerencial: dentre as finalidades em questão a finalidade gerencial é a que apresenta mais complexidade pois nesse sistema são utilizados como base de cálculos custos atuais, custos futuros, custos de reposições entre outros, tudo isso para possibilitar a busca de recursos para que o sistema produtivo funcione de forma equilibrada em visão de curto e longo prazo, criando metas, estratégias, formulações dos preços de vendas. Quando uma empresa consegue cumprir o objetivo e tem um sistema de custo gerencial ativo e eficiente ela tem vários benefícios como manter o administrador bem informado para tomada de decisões, tem o acompanhamento imediato de distorções de valores, níveis de eficiência na produção bem como qualidade dos padrões pré-estabelecidos (PADOVEZE, 2006).

3 METODOLOGIA

Considerando a abordagem do presente trabalho o mesmo consiste em um trabalho de origem exploratória, pois visa explorar, registrar e analisar características, fatores ou variáveis do processo operacional de gestão de custos aplicado ao confinamento de bovinos de corte, haja vista, que este tem poucas informações disponíveis (PEROVANO, 2014).

Este estudo consiste em um estudo de caso com método de abordagem quantitativa, devido ao uso da quantificação, tanto na coleta de dados quanto no

tratamento das informações, utilizando-se de técnicas de estatísticas, tendo como objetivo trazer resultados que evitem possíveis distorções de análises e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança e fidelidade nos resultados obtidos (DALFOVO, LANA e SILVEIRA, 2008).

Está sendo utilizado um estudo de caso porque permeia num estudo em uma fazenda de Gado de Corte no sistema de confinamento, ou seja, o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo realizado em um único caso, auxiliando o pesquisador a aprofundar seus conhecimentos em um caso específico possibilitando assim reunir inúmeras informações sobre a gestão de custos que incidem em um confinamento de gado de corte. A pesquisa bibliográfica é parte obrigatória de qualquer pesquisa científica realizada, pois, é através deste embasamento teórico que será possível obter conhecimento das pesquisas científicas já existentes para um determinado tema. Para tal realizou-se levantamento bibliográfico, por meio de consulta eletrônica, utilizando as bases de dados Scielo, capes, além de uma extensa consulta em livros especializados no tema e legislação pertinente, ainda foram utilizados os demonstrativos contábeis da Fazenda Mano Julio, bem como suas ferramentas gerenciais específicas de gestão de custos no que tange o processo de confinamento de gado de corte. Foram localizados vários artigos inerentes ao tema, e destes em torno de sete atenderam ao objeto de estudo desta pesquisa. Os critérios de inclusão determinados foram: “importância da gestão de custos em um confinamento de gado de corte” publicados no período de 2000 a 2016.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Histórico da Fazenda Mano Julio

Os números que serão apresentados foram coletados em uma fazenda do norte do estado de Mato Grosso que tem sua sede na cidade de Ipiranga do Norte, porém sua base administrativa encontra-se na cidade de Lucas do Rio Verde onde um escritório próprio realiza os planejamentos estratégicos e gestão não só desta fazenda, mas como também das outras que incorporam o grupo que tem produção diversificada na área da agricultura e pecuária. O confinamento da fazenda em questão confinou no ano de 2014 um total de 14.846 cabeças de gado, no ano seguinte 12.520 cabeças e apresenta uma perspectiva para o de 2016 um número de

17.000 cabeças, em média os bovinos ficam de 90 a 120 dias confinados, mas isso pode variar.

4.2 Custos Variáveis Diretos

No confinamento de bovinos de corte da Fazenda Mano Julio bem como em qualquer outra organização que busca manter-se firme no mercado são feitos planejamentos estratégicos de custos para as safras posteriores, visando uma otimização nos custos e melhora na lucratividade final na hora da comercialização para o abate.

Entre os custos de produção existem os chamados custos variáveis diretos, ou seja, que podem e normalmente variam de acordo com algumas situações específicas, entre os custos variáveis diretos o setor de planejamento da fazenda em questão considera as seguintes variáveis:

4.2.1 Custo com animais

Este custo refere-se ao custo total pago na compra por todos os animais confinados no período da safra anual, ou seja, no planejamento inicial é feito um levantamento de mercado e são pré-definidos a quantidade de animais que se pretende confinar no período da safra e multiplicado pelo valor médio pago em cada animal no período da safra anterior, este é o primeiro quesito averiguado pela gestão estratégica de custos para que diante disso possam ter uma base para os outros custos variáveis diretos. Diante deste fato vale a pena ressaltar que este é um planejamento prévio, mas não é fixo a quantidade de animais que serão confinados pode variar de acordo com alguns fatores, como por exemplo, oportunidades de mercado, aumento no exacerbado no custo fixo, diminuição ou melhora do preço final, entre outros. Para o ano de 2014 o custo na aquisição dos 14.846 animais foi de R$ 20 milhões aproximadamente, no ano de 2015 o custo dos 12.520 animais foi de R$ 21,5 milhões aproximadamente e no primeiro giro, ou seja, animais abatidos de abril a agosto, do ano de 2016 o valor gasto nos 6.004 animais foi próximo há 12 milhões de reais.

4.2.2 Custo alimentação

A partir do planejamento na quantidade de cabeças que serão confinadas em um determinado período de tempo a equipe de gestão tendo como base os anos anteriores, calcula o custo médio para alimentar os bovinos no período total da safra, e diante disso estipula um valor como base para ser gasto no período da próxima safra, são considerados e utilizados pelo confinamento da Mano Julio os seguintes insumos: milho, sais minerais, silagem, ureia pecuária, núcleo para confinamento, torta de algodão, caroço de algodão. Os animais que já estão confinados em torno de 40 dias comem em média 2,5% do seu peso vivo de dieta por dia, ou seja, um animal de 500 kg come em torno de 12,5 kg e os valores gastos com alimentação dos animais no ano de 2014 foram de R$ 7,6 milhões aproximadamente, já no ano de 2015 o valor foi de R$ 6,6 milhões e no primeiro giro de 2016 o custo ficou próximo a R$ 3,3 milhões.

4.2.3 Custo frete e pecuária

A despesa de fretes e pecuária se enquadram valores referentes à compra do boi magro, pois no caso da fazenda em questão não são feitos o sistema de recria, ou seja, todo gado para engorda é comprado e isso incide em custo, vale ressaltar que este custo não se enquadram os fretes para saída no momento da venda para o frigorífico que neste caso é o responsável pela retirada do boi gordo para o abate. Os valores empregados com frete no ano de 2014 foram de R$ 1,2 milhões aproximadamente, sendo que neste ano eram pagos R$ 8,50 o km rodado para as transportadoras, na safra 2015 foram gastos R$ 1 milhão aproximadamente, onde o custo para este ano subiu para R$ 9,00 o km rodado para as transportadoras e para o primeiro giro de 2016 o valor gasto foi de R$ 576 mil, levando em consideração que foram pagos R$ 9,50 o km rodado neste ano para as transportadoras.

4.2.4 Custo medicamentos

Os custos com os medicamentos são aplicados a tudo que os animais necessitem para manter a sanidade dos animais, entre eles estão as vacinas que são obrigatoriamente utilizadas, os vermífugos, os mata bicheira, agulhas e seringas utilizadas para administração, entre outros. Em 2014 os valores gastos com

medicamentos foram de R$ 45 mil, R$ 39 mil no ano de 2015 e R$ 21 mil no primeiro giro de 2016, aproximadamente.

4.2.5 Custo rastreabilidade

A exigência do mercado atual obriga a todos os criadores de gado de corte sejam em confinamento ou pastagem a terem todos os seus animais correta e rigorosamente identificados e rastreados, e isso incide no custo com os programas que são utilizados que neste caso é o TGR Tecnologia e gestão em rastreabilidade e TGC Tecnologia e gestão em confinamento, além de um programa interno para outros controles. Os valores utilizados no ano de 2014 para este fim foi de R$ 57 mil, já no ano de 2015 o valor gasto foi de R$ 50 mil e no primeiro giro de 2016 o valor foi de R$ 28 mil, aproximadamente.

4.3 Custo Operacional

Todo o restante dos custos necessários para que o confinamento de fato funcione são considerados pela empresa em questão como custo operacional, dentro deste leque estão inclusos:

4.3.1 Custo com benefícios

A empresa em questão fornece para seus colaboradores alguns benefícios extras para que todos eles trabalhem motivados e atualizados, como por exemplo, vale alimentação, cursos de atualização e inovação. Valores gastos aproximadamente neste quesito foram R$ 97 mil para 2014, R$ 77 mil para 2015 e R$ 47 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.2 Custo bens de natureza permanente

Neste são considerados tudo que existe e é necessário em patrimônio para que o confinamento funcione adequadamente, impressoras, computadores, freezer, geladeiras, ou seja, o imobilizado da fazenda. Para o ano de 2014 foram gastos R$

82 mil, R$ 65 mil no ano de 2015 e R$ 39 mil para o primeiro giro de 2016, aproximadamente.

4.3.3 Custo comunicação

São considerados nesta categoria tudo que é gasto para comunicação do confinamento para com os demais, fornecedores, frigoríficos, administrativo, ou seja, despesa com telefonia e internet e tudo que parte disso. Na safra de 2014 foram gastos R$ 6 mil, para 2015 os valores foram de R$ 4 mil e primeiro giro de 2016 foram gastos R$ 3 mil.

4.3.4 Custo fretes gerais

Os fretes que são contabilizados e custeados pelo confinamento neste caso são os fretes de compra de insumos, pois na maioria dos casos o fornecedor dos insumos vende sem a responsabilidade da entrega. Os valores foram R$ 111 mil para ano 2014, R$ 88 mil para o ano de 2015 e R$ 53 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.5 Custo utilidades

No planejamento de custos os valores referentes aos gastos com utilidades estão relacionados ao sistema de abastecimento de energia elétrica. Na safra de 2014 foram gastos com utilidades aproximadamente R$ 102 mil, já na safra 2015 os valores foram de R$ 81 mil e no primeiro giro de 2016 o valor gasto foi R$ 49 mil, aproximadamente.

4.3.6 Custo locação

Para o funcionamento de um confinamento são necessárias algumas manutenções e isso dispõe em alguns casos o uso de máquinas específicas, por não ser tão utilizadas e ter custo para compra elevado a empresa opta por locar. Os valores utilizados em 2014 foram R$ 30 mil, em 2015 R$ 24 mil e no primeiro giro de 2016 R$ 14 mil, valores aproximados.

4.3.7 Custo locomoção

Consta neste item todo o custo que os funcionários têm para se locomover, seja no trajeto cotidiano entre confinamento e administrativo ou locomoção para avaliação de gados para compra e etc. Os valores utilizados para este fim foram R$ 60 mil para 2014, R$ 48 mil para 2015 e R$ 28 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.8 Custo manutenção civil, elétricas e hidráulicas

São componentes dessas despesas os valores gastos com manutenção nas instalações de moraria, instalações elétricas e hidráulicas, sejam elas feitas no espaço relacionado aos animais ou aos alojamentos dos colaboradores. Os valores utilizados para este fim no ano de 2014 foram de R$ 352 mil, no ano de 2015 o valor foi de R$ 280 mil e para o primeiro giro de 2016 o valor foi de R$ 170 mil, aproximadamente.

4.3.9 Custo mão-de-obra

De todos os valores gastos no custo operacional o que toma a maior fatia de investimento é a mão-de-obra, e é o investimento imprescindível, a saúde financeira de um confinamento está diretamente relacionada à eficiência desse segmento, quando esses recursos são bem investidos o retorno é a mão-de-obra qualificada e consequentemente um produto com qualidade superior, os custos desse quesito tornam-se maiores ainda quando são contabilizados tudo que o envolve, ou seja, este custo não é apenas com salários e gratificações, mas sim o valor da mão-de-obra como um todo, férias, décimo terceiro, encargos trabalhistas, aviso prévio, indenizações e outros, vale ainda ressaltar que quando citamos essas despesas, estão sendo inclusos os recursos investidos também com o setor administrativo e gestão. Os valores utilizados para este fim foram, R$ 1,3 milhões para 2014, R$ 1,1 milhão para a safra de 2015 e R$ 649 mil para o primeiro giro de 2016, aproximadamente, haja vista, que a média de funcionários que trabalham no confinamento de bovinos é em torno de 20 profissionais fixos e esporadicamente alguns rotativos e ou temporários.

4.3.10 Custo material de expediente

Estão inclusos nesta faixa de custos tudo o que é gasto com materiais para uso diário, folhas, canetas, grampeadores, cartuchos de impressora e etc. Os valos gastos para safra de 2014 foram R$ 40 mil, R$ 32 mil para a safra de 2015 e R$ 19 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.11 Custo segurança preventiva

Para obter resultados satisfatórios e não haverem problemas com a segurança da equipe de colaboradores as empresas investem em dinâmicas aplicadas a segurança do trabalho, é um investimento extremamente importante, haja vista, o risco de acidentes de trabalho dentro de um confinamento e os prejuízos que eventuais acidentes possam trazer. Os valores foram de R$ 8 mil para 2014, R$ 6 mil para 2015 e R$ 3 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.12 Custo com seguros

Quando se trata de altos valores de capital investido tudo que for possível deve ser feito seguro, desde maquinário, veículos, seguros de bem feitorias visando à proteção contra incêndios entre outros. Os valores foram de R$ 71 mil no ano de 2014, R$ 57 mil para ano 2015 e R$ 34 mil no primeiro giro de 2016, aproximadamente.

4.3.13 Custo refeitório

Toda alimentação fornecida aos funcionários, convidados, fiscais, veterinários, motoristas que chegam para embarque e desembarque do gado, se enquadram nesta linha de custos, na fazenda Mano Julio todo este valor gasto entra como custo ao confinamento, pois não são cobradas refeições. Os valores gastos foram de R$ 180 mil para safra 2014, R$ 143 mil para a safra de 2015, e R$ 87 mil para o primeiro giro de 2016, aproximadamente.

4.3.14 Custo manutenção de máquinas e equipamentos

Dentro deste são lançado as despesas relacionadas às manutenções periódicas nos maquinários, veículos pertencentes à empresa. Os valores gastos foram R$ 328 mil para a safra 2014, R$ 261 mil para a safra de 2015 e R$ 158 mil para o primeiro giro de 2016.

4.3.15 Custo com combustíveis

Tudo que é gasto com óleo diesel de máquinas, caminhões, geradores energia, veículos para mobilidade da equipe de trabalho, combustíveis dos carros da empresa sejam ele do setor operacional ou do administrativo. Os valores gastos foram de R$ 232 mil para a safra 2014, R$ 184 mil para a safra de 2015 e R$ 112 mil para o primeiro giro de 2016, aproximadamente.

4.3.16 Custo com tributos e taxas

Nesta esfera de custos estão representados todos os valores gastos sobre os impostos referentes às vendas dos animais que saem para o abate, haja vista, que no ato da compra do boi magro todos os impostos são recolhidos pelo vendedor. Os valores foram de R$ 5 mil para a safra de 2014, R$ 4 mil para a safra de 2015 e R$ 2,5 mil para o primeiro giro de 2016, valores aproximados.

4.4 Resultados no Confinamento da Fazenda Mano Julio

Após a busca exploratória pelos dados e resultados obtidos pelo confinamento em questão chegou-se aos números finais de cada safra, é de suma importância ressaltar que para obtenção desses resultados o setor de gestão e planejamento de custos da fazenda Mano Julio levou em consideração todos os custos acima apresentados que são necessários para manutenção de cada segmento desenvolver seu papel com eficiência independentemente de sua posição no processo produtivo.

4.4.1 Apuração da Safra 2014

Os resultados fornecidos pelo setor responsável pelo confinamento da fazenda Mano Julio para este período estão assim representados primeiramente através dos números da DRE (demonstrativo de resultado do exercício) e posteriormente pela quantidade movimentada de animais pelo período representado, conforme quadro 1 e tabelas 1 e 2.

QUADRO 1 - DRE - 2014

DRE – Demonstrativo de Resultado Exercício – 2014		A.V. %
Receita operacional bruta	R$ 34.237.548,28	
(=) Receita operacional líquida	R$ 34.237.548,28	100%
(-) Custo variável direto	R$ 28.710.085,56	83,86%
Animais	R$ 19.781.701,16	57,78%
Alimentação	R$ 7.639.751,60	22,32%
Frete pecuária /Medicamentos / Rastreabilidade	R$ 1.288.632,80	3,76%
(-) Custo Operacional	R$ 3.055.900,64	8,93%
(=) Resultado líquido antes do IR	R$ 2.471.562,08	7,21%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

TABELA 1 - Entradas e saídas de animais no confinamento

Semestre/Giro	Quantidade de bois confinados	Média de peso de entrada	Média de peso de saída	Média de dias confinados
Primeiro Giro	8.389	366	557	133
Segundo Giro	6.097	338	537	115
Total	14.846	-	-	-
Média	7.423	352	547	124

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A tabela fornecida acima apura o total de movimentação de bovinos de corte no confinamento em questão, onde primeiro giro representa os animais que foram confinados de abril até agosto, ou seja, 8.389 animais e no segundo giro os animais que ficaram confinados de setembro até dezembro a quantidade de 6.097 animais, totalizando no ano em questão 14.846 animais, eles foram comprados com média de peso de 352 kg e após ficarem em média 124 dias confinados foram vendidos para o abate com 547 kg, ou seja, eles ganharam em média 195 kg no período de confinamento, isso representa um ganho de 1,57kg por dia aproximadamente.

TABELA 2 - Apuração de custos e lucros

Custo Fixo/Cabeça/Dia	R$ 1,66	Custo Médio de Compra por Animal	R$ 1.332,46

Custo variáveis/Cabeça/Dia	R$ 0,70	Custo Total do Boi Gordo	R$ 2.139,70
Custo Alimentação/Cabeça/Dia	R$ 4,15	Valor Médio de Venda do Boi Gordo	R$ 2306,18
Custo Total/Cabeça/Dia	R$ 6,51	Lucro Líquido por Animal Confinado	R$ 166,48
Custo Total do Boi Confinado	R$ 807,24	Lucro Total do Período	R$ 2.471.562,08

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os resultados de custos do período em questão representados pela tabela acima fornecida pela gestão da empresa explorada refletem os seguintes resultados: para custear toda a estrutura anteriormente descrita neste artigo no qual à fazenda Mano Julio possui são necessários R$1,66 por animal confinado por dia que serão utilizados para manutenção de custos fixos, onde estão enquadrados gastos de vários setores entre eles a mão de obra e tudo que advém desta, já o valor de R$0,70 por animal dia confinado representa custeios variáveis empregados na utilização de medicamentos, frete pecuária e rastreabilidade, o maior custo por animal por dia está relacionado com sua alimentação R$4,15 isso varia muito com o que cada confinamento usa como dieta, o confinamento em questão opta por uma dieta extremamente rica e balanceada visando o mínimo de confinamento possível para possibilitar o aumento na rotatividade, somados esses custos chegou-se ao custo por animal de R$6,51 a cada dia que ele estiver confinado que neste ano a média foi de 124 dias totalizando um custo de confinamento no valor de R$807,24 a este valor devemos incluir o preço de compra do animal magro que neste ano foi de R$1.332,46 em média, ou seja, o custo total foi de R$2.139,70 por animal, estes animais foram vendidos pelo valor médio R$2.306,18 gerando uma lucratividade líquida por cabeça de R$166,48 isso resulta em uma lucratividade total no ano de R$2.471.562,08 o lucro do exercício deste ano girou em torno de 7,21% de acordo com o demonstrativo de resultado apresentado pela gestão.

4.4.2 Apuração da Safra 2015

Abaixo estão representados os resultados da safra 2015 do confinamento da Fazenda Mano Julio através da DRE fornecida pela empresa juntamente com o montante de animais confinados, conforme quadro 2 e tabelas 3 e 4.

QUADRO 2 - DRE - 2015

DRE – Demonstrativo de Resultado Exercício - 2015		A.V. %
Receita operacional bruta	R$ 34.479.328,80	
(=) Receita operacional líquida	R$ 34.479.328,80	100%
(-) Custo variável direto	R$ 29.272.010,40	84,90%
Animais	R$ 21.508.358,40	62,38%
Alimentação	R$ 6.635.725,20	19,25%
Frete pecuária /Medicamentos / Rastreabilidade	R$ 1.127.926,80	3,27%
(-) Custo Operacional	R$ 2.431.634,40	7,05%
(=) Resultado líquido antes do IR	R$ 2.775.684,00	8,05%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

TABELA 3 - Entradas e saídas de animais no confinamento

Semestre/Giro	Quantidade de bois confinados	Média de peso de entrada	Média de peso de saída	Média de dias confinados
Primeiro Giro	6.960	443	639	118
Segundo Giro	5.560	421	621	116
Total	12.520	-	-	-
Média	6.260	432	630	117

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nos dados fornecidos acima onde são feitos a apuração do total de movimentação de bovinos de corte, no ano de 2015 foram confinados 12.520 animais, destes no primeiro giro foi confinado um total de 6.960 animais e no segundo giro 5.560, o peso médio nos quais eles foram adquiridos foi 432 kg e estiveram confinados em média 117 dias, após este período saíram para o abate com 630 kg, ou seja, eles ganharam em média 198 kg no período de confinamento representando ganho de peso de 1,69 kg por dia aproximadamente.

TABELA 4 - Apuração de custos e lucros

Custo Fixo/Cabeça/Dia	R$ 1,66	Custo Médio de Compra por Animal	R$ 1.717,92
Custo variáveis/Cabeça/Dia	R$ 0,77	Custo Total do Boi Gordo	R$ 2.532,24
Custo Alimentação/Cabeça/Dia	R$ 4,53	Valor Médio de Venda do Boi Gordo	R$ 2.753,94
Custo Total/Cabeça/Dia	R$ 6,96	Lucro Líquido por Animal Confinado	R$ 221,70
Custo Total do Boi Confinado	R$ 814,32	Lucro Total do Período	R$ 2.775.684,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A apuração dos resultados da safra de 2015 demonstram os seguintes resultados: o custo total do boi confinado por dia foi de R$6,96 resultando em custo total depois dos 117 dias confinados em R$814,32 este valor somado ao valor médio de compra que foi de R$1.717,92 resultou em custo de R$2.532,24 por cabeça confinada, no ano em questão eles saíram para o abate custando R$2.753,94 gerando uma lucratividade de R$221,70 por animal, levando em consideração que o número de animais confinados foi de 12.520 a receita líquida total foi de R$2.775.684,00 assim o percentual de lucro do exercício foi algo próximo a 8,05% segundo informações coletadas.

4.4.3 Apuração do primeiro giro da safra 2016

Segundo a fonte gestora do confinamento a perspectiva de abate no período de safra 2016 são 17.000 animais aproximadamente nos quais já foram adquiridos pela fazenda, no entanto devido algumas situações pontuais excepcionalmente neste ano o primeiro giro a quantidade abatida será menor que os primeiros giros dos anos anteriores, os dados apresentados abaixo são referentes ao primeiro giro da safra em questão. Apresenta-se o quadro 3 e tabelas 5 e 6.

QUADRO 3 - DRE - 2016

DRE – Demonstrativo de Resultado Exercício - 2016		A.V. %
Receita operacional bruta	R$ 17.619.338,40	

(=) Receita operacional líquida	R$ 17.619.338,40	100%
(-) Custo variável direto	R$ 15.409.866,40	87,46%
Animais	R$ 11.468.840,80	65,09%
Alimentação	R$ 3.314.208,00	18,81%
Frete pecuária /Medicamentos / Rastreabilidade	R$ 626.817,60	3,56%
(-) Custo Operacional	R$ 1.476.984,00	8,38%
(=) Resultado líquido antes do IR	R$ 732.488,00	4,16%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

TABELA 5 - Entradas e saídas de animais no confinamento

Semestre/Giro	Quantidade de bois confinados	Média de peso de entrada	Média de peso de saída	Média de dias confinados
Primeiro Giro	6.004	407	603	120
Segundo Giro	-	-	-	-
Total	6.004	-	-	-
Média	6.004	407	603	120

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

De acordo com os números fornecidos acima onde aparecem apurados os resultados do primeiro giro da safra 2016 de movimentação de bovinos de corte foram confinados 6.004 animais, neste giro peso médio que entraram no confinamento foi de 407 kg e permaneceram confinados em média 120 dias, saindo para o frigorífico com média de 603 kg, assim, podemos constatar que os animais engordaram em média 196 kg no período de confinamento representando ganho de peso de 1,63 kg por dia aproximadamente.

TABELA 6 - Apuração de custos e lucros

Custo Fixo/Cabeça/Dia	R$ 2,05	Custo Médio de Compra por Animal	R$ 1.910,20
Custo variáveis/Cabeça/Dia	R$ 0,87	Custo Total do Boi Gordo	R$ 2.812,60
Custo Alimentação/Cabeça/Dia	R$ 4,60	Valor Médio de Venda do Boi Gordo	R$ 2.934,60

Custo Total/Cabeça/Dia	R$ 7,52	Lucro Líquido por Animal Confinado	R$ 122,00
Custo Total do Boi Confinado	R$ 902,40	Lucro Total do Período	R$ 732.488,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Diante dos números acima apresentados pode se observar certa alteração no sentido financeiro do confinamento, isso ocorreu devido a uma somatória de fatores que podem ser assim elucidados: o custo diário por cabeça apresentou uma significativa alta chegando a custar R$7,52 isso ocorreu devido ao aumento de alguns custos como, por exemplo, impostos, medicamentos e mão de obra, junte-se a isso o aumento significativo do preço da arroba do boi magro que passou a ser pago na compra em média R$1.910,20 resultando assim em custo final do boi gordo a R$2.812,60 diante disso o valor do boi gordo para venda deveria ter tido um aumento percentual no mínimo compatível ao aumento do custo o que não ocorreu e os bois foram comercializados para o abate com média de preço de R$ 2.934,60 o que apresenta um lucro líquido por animal de apenas R$ 122,00 somando um desempenho líquido de R$ 734.488,00 despencando o percentual de lucro do exercício para algo que gira em torno de 4,16 % segundo a fonte da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as características e projeções para o mercado mundial de proteína animal somado a exigência imposta pela globalização na qual exige carnes com excelência comprovada e com custos que nem sempre acompanham as necessidades do produtor podemos afirmar que a chave para a manutenção e sustentabilidade no mercado é uma gestão e planejamento de custos extremamente eficiente, haja vista, o alto custo para colocar um boi pronto para sua fase de abate. Dentre todos os investimentos para criação e manutenção de um confinamento cada um traz consigo sua parcela de contribuição para que o produto final saia para o abate com maior qualidade e que o lucro para o produtor seja no mínimo satisfatório para que haja a continuidade do planejamento.

Diante dos números e resultados obtidos pelo confinamento da fazenda Mano Julio podemos observar que quanto mais recursos forem empregados e investidos no confinamento de forma planejada melhor será seu desempenho, pois de acordo com

os resultados obtidos em 2014 frente aos resultados obtidos em 2015 podemos observar que mesmo tendo um custo diário maior para engordar um animal o resultado líquido do exercício foi maior no ano posterior, mesmo que em 2015 tenham sido abatidos menos animais que no ano anterior, ou seja, a eficiência da gestão de planejamento de custo trouxe a consequência e os resultados esperados, maior lucro para o produtor, mesmo diante do aumento do preço do boi magro para compra, isso só foi possível devido à melhora na dieta fornecida aos animais apesar delas inicialmente custarem mais elas reduziram a média de dias confinados e aumentaram o aproveitamento de ganho de peso por dia.

Em especial podemos olhar com mais atenção o primeiro giro de 2016, ou seja, resultado dos animais que foram abatidos de abril à agosto, onde o resultado líquido do exercício despencou e de fato foi isso que aconteceu, porém é de extrema importância que analisemos o contexto como um todo, o país vive em recessão, o custo do boi magro deu um salto e o valor do boi gordo para o abate não acompanhou, e a quantidade abatida no primeiro giro por um problema pontual despencou, com todas essas adversidades citadas é praticamente certo que este confinamento que foi objeto de estudo ficaria com prejuízo neste primeiro giro e com déficit no seu resultado líquido do exercício, porém não foi isso que aconteceu apesar de seu faturamento ter diminuído ainda terminou o semestre com lucros contabilizados.

Portanto podemos afirmar que ainda é sim satisfatório trabalhar com gado de corte em sistema de confinamento desde que o setor de gestão estratégico de custos cumpra com o seu papel, dando a sustentação necessária para que todo investimento necessário seja feito com segurança e consequentemente aumente o percentual de acerto e reduza a margem de erros resultando em melhora na lucratividade líquida mesmo em tempos de crise.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. Mercado Interno. 2010. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/animal/mercado-interno Acesso em: 07 de setembro de 2016 as 10:44hrs.

BERTI, A. Contabilidade e Análise de Custos. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BOMFIM, E.A., PASSARELLI, J. Custos e Formação de Preços. 5.ed. São Paulo: IOB, 2008.

CREPALDI, S.A., Curso Básico de Contabilidade de Custos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DALFOVO, M.S.; LANA, R.A. SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2.Sem II, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Março de 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201504_publ_completa.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2016 as 18:52hrs.

LOPES, A.L.; CARVALHO, F.M. Custo de Produção de Gado de Corte: Uma ferramenta de suporte ao pecuarista. Jornada Técnica em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva: Tecnologia Gestão e Mercado, 2006.

LOPES, M. A.; CARVALHO, F. M. Custo de produção do gado de corte. Boletim Agropecuário, p. 47. Lavras: UFLA. 2002.

LOPES, M.A.; MAGALHÃES, G.P. Rentabilidade da terminação de bovinos de corte em confinamento: um estudo de caso em 2003, na região oeste de Minas Gerais. R. Ciência e Agrotecnologia. v.29, n.5, p.1039-1044. 2005.

LACORTE, A. J. F. Principais aspectos do confinamento de gado de corte no Brasil. Simpósio de Pecuária de Corte: Novos Conceitos na Produção Bovina. Anais. p.81-107. Lavras: UFLA, 2002.

PADOVEZE, C.L. Curso Básico Gerencial de Custos. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PEROVANO, D.G. Manual de Metodologia Cientifica. 1 ed. Curitiba: Juara, 2014.

SANTOS, J.J., Contabilidade e Análise de Custos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANÁLISE DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA

Mayara Aparecida Ferreira Silva[5]
Fabiane Popik[6]

RESUMO
Em busca de crescimento, investimento de projetos e visibilidade, muitas empresas têm passado a negociar ações na Bolsa de Valores, ou seja, passam a ser sociedades anônimas de capital aberto. Para que essa mudança ocorra, é preciso fazer um processo de transformação, cumprindo com requisitos, como a abertura do capital, registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autorização para negociação de ações, e apresentação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais a CVM. Em busca de esclarecer como se dá o processo transformação, os documentos necessários, e os procedimentos para se negociar ações, desenvolveu-se o presente artigo com os seguintes objetivos: Demonstrar o processo de transformação da empresa constituída em forma Limitada para Sociedade Anônima (S.A), em todas as suas etapas e estâncias; apresentar as diferenças entre a transformação em S.A de Capital Aberto e S. A de Capital Fechado; demonstrar qual o processo para que uma S.A de capital aberto negocie suas ações no Brasil, Bolsa, Balcão (B3); levantar na B3 quantas empresas passaram a ter capital aberto nos últimos 3 anos. Para atender aos objetivos foi desenvolvida uma pesquisa documental e quantitativa. Para que ocorra a transformação são feitos 2 (dois) processos legais que são registrados na Junta Comercial, o primeiro processo é de transformação do contrato da sociedade limitada, e o segundo processo é de constituição da sociedade anônima. Verificou-se que um total de 94 companhias deixaram de ter registro na B3, e 43 passaram a ter seu registro nos anos de 2015, 2016 e até 09/2017.

Palavras-chave: Transformação Societária. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Código Civil as sociedades podem ser constituídas de dois tipos: Sociedade Simples e Sociedade Empresária. A sociedade simples para Fávero, et al (2011, p. 124) “é constituídas por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício da atividade econômica, e partilham entre si os resultados”. A sociedade empresária pode se constituir segundo um dos

[5] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle. Trabalho de Conclusão II, no curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle, 2017. E-mail: mayarasilva_lrv@outlook.com
[6] Professora Mestre, orientadora do artigo. E-mail: fabiane.popik@faculdadelasalle.edu.br

tipos jurídicos: Sociedade em Nome Coletivo; Sociedade em Comandita Simples; Sociedade Limitada; Sociedade Anônima; e Sociedade em Comandita por Ações.

Fávero, et al (2011, p. 124) destacam que “as sociedades em Comandita Simples e em Comandita por ações estão em desuso”. Dizem ainda que “a maioria das sociedades legalmente constituídas no Brasil é do tipo Sociedade Limitada”.

Segundo Iudícibus e Marion (2004, p. 36) “mais de 90% das empresas brasileiras são na forma limitada”. Mas pela necessidade de crescimento e financiamento de projetos, muitas empresas estão optando por abrir seus capitais e passar a negociar ações na bolsa de valores. A decisão de transformação de uma sociedade limitada em sociedade anônima deve partir da unanimidade dos sócios da empresa. O processo de transformação se inicia pela decisão dos sócios e conclui-se na listagem da companhia no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), mas ao longo deste caminho existe uma série de processos e procedimentos que devem ser feitos para regularização da companhia. Destaca-se que a principal diferença entre sociedade de capital aberto e de capital fechado, são as negociações de ações em Bolsa de Valores, ou seja, a sociedade anônima de capital aberto negocia ações na bolsa, e a sociedade anônima de capital fechado encerra seu processo de transformação após registro na CVM, mantendo suas negociações fechadas.

Cada vez mais as sociedades limitadas têm visto na abertura de capital uma opção de investimento e crescimento, a abertura do capital também melhora a visibilidade da empresa, mas para que a empresa comece efetivamente a negociar ações na bolsa de valores, ela precisa passar por um processo de transformação, pela qual muitas vezes, os profissionais contábeis não estão preparados para bem atendê-las. Neste contexto, surgi o seguinte questionamento: Quais procedimentos que envolvem a transformação de uma empresa Limitada em Sociedade Anônima de Capital Aberto e que parâmetros devem ser atendidos pelas organizações para iniciar as negociações na B3?

Para responder ao questionamento anterior, o presente artigo tem como objetivo geral demonstrar como se dá o processo de transformação de uma empresa limitada em Sociedade Anônima de Capital Aberto verificando os parâmetros que são exigidos pela B3. Para se iniciar as negociações na Bolsa de Valores brasileira. Tem ainda como objetivos específicos: Demonstrar o processo de transformação da empresa, em todas as suas etapas e estâncias; apresentar as diferenças entre a transformação em S.A Capital Aberto e S.A Capital Fechado; demonstrar qual o

processo para que uma S.A de capital aberto negocie suas ações na B3; Levantar na B3 quantas empresas passaram a ter capital aberto nos últimos 3 (três) anos.

A área contábil muda constantemente, e é necessário acompanhá-la para se possa prestar serviço de qualidade à sociedade. Em busca deste conhecimento e aprimoramento o presente artigo foi desenvolvido, para que se possa conhecer o processo de transformação de uma sociedade limitada em uma sociedade anônima, e para que os profissionais da área possam bem atender seus clientes que pretendam abrir capital.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Constituição Empresarial

Segundo Greco, Gartner e Arend (2009, p. 4), “pessoa jurídica é a união de duas ou mais pessoas, capazes de possuir e exercitar direitos e de contrair obrigações, independentemente das pessoas físicas por meio das quais agem”.

Segundo o Código Civil, as sociedades podem ser constituídas de dois tipos: Sociedade Simples e Sociedade Empresária. A sociedade empresaria está dividida entre os seguintes tipos jurídicos: Sociedade em nome coletivo; Sociedade em comandita simples; Sociedade limitada; Sociedade anônima; e Sociedade em comandita por ações.

O presente artigo trata exclusivamente de sociedade limitada e sociedade anônima, conforme melhor detalhado a seguir.

2.1.1 Sociedade limitada

A sociedade limitada é o tipo jurídico mais comum utilizado pelas pequenas e médias empresas em todo o território nacional. As normas que regem esse tipo societário estão dispostas dos Artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil Brasileiro. “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital. ” (Código Civil Brasileiro, 2002), ou seja, este tipo societário prevê um limite entre o patrimônio da sociedade e o patrimônio pessoal dos sócios, garantindo-lhes segurança, no caso de execução de débitos existentes em nome da sociedade.

Segundo o manual de registro de sociedade limitada alterado pela Instrução Normativa 40/2017, emitido pela Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, o contrato de constituição deve conter os seguintes elementos:

> a) titulo (Contrato Social);
> b) preâmbulo;
> c) corpo do contrato:
> c.1) cláusulas obrigatórias; e
> d) fecho (MANUAL DE REGISTRO DE SOCIEDADE LIMITADA, 2017, p. 10).

São cláusulas obrigatórias no contrato social:

> a) Nome empresarial;
> b) Capital da sociedade, expresso em moeda corrente, a quota de cada sócio, a forma e o prazo de sua integralização;
> c) Endereço da sede;
> d) Objeto social;
> e) Prazo de duração da sociedade;
> f) Data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil;
> g) As pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;
> h) Qualificação do administrador não sócio, designado no contrato;
> i) Participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; e
> j) Foro (MANUAL DE REGISTRO DE SOCIEDADE LIMITADA, 2017, p. 11).

Pode ser sócio de uma sociedade limitada, qualquer pessoa desde que atenda os seguintes requisitos: Ser maior de 18 anos, e estar em pleno gozo de suas faculdades mentais; o menor de 18 anos emancipado; os relativamente incapazes, mas devidamente assistidos; os menores de 16 anos, devidamente representados; a pessoa jurídica nacional ou estrangeira. A responsabilidade do sócio se inicia, quando assina o contrato, e somente deixa de existir a responsabilidade quando a sociedade for extinta.

> Art. 1055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
> §1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
> §2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002).

A divisão das quotas, bem como seu valor é feito conforme desejo dos sócios, e devem ser devidamente anotadas no contrato social. Caso os sócios fiquem com a responsabilidade de integralização do capital social, as quotas somente podem ser integralizadas através de dinheiro ou bens.

"A administração da sociedade limitada por ser exercida pelos sócios ou por pessoas estranhas a sociedade" (PEREIRA, 2014, p.37). A designação dos administradores deve ocorrer no contrato social em ato separado, sempre contendo suas atribuições e poderes. A sociedade limitada é o tipo jurídico pelo qual a maior parte dos empresários optam por constituir, devido as atividades desenvolvidas, que são voltadas à produção, circulação de bens e serviços. Para sua constituição é imprescindível que os empresários procurem profissional habilitado, que possa tirar suas dúvidas quanto ao ramo pretendido, quanto à execução do serviço de constituição na Junta Comercial do estado em que a empresa está instalada.

2.1.2 Sociedade anônima

De acordo com o art. 1.088, do Código Civil Brasileiro, "na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir" (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002). Sociedade Anônima é regida pela Lei nº 6.404/76. O capital social de uma S/A divide-se em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. Seus sócios chamam-se acionistas, e sua denominação deve conter em sua extensão a expressão "Sociedade Anônima" (S/A) ou "Companhia". A estrutura organizacional de uma S/A se divide em: diretoria, assembleia geral, conselho da administração e conselho fiscal.

A diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, que são eleitos e destituídos pelo conselho de administração, cabendo à diretoria todos os atos de gestão dos negócios sociais. Para Assembleia Geral é feita convocação de seus membros conforme estabelece o estatuto da companhia e de acordo com a Lei nº 6.404/76, sendo as competências desta assembleia:

I – Reformar o estatuto social;

> II – Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;
> III – tomar anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentados;
> IV – Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59;
> V- Suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);
> VI – Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
> VII – autorizar a emissão de partes beneficiários;
> VIII – deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
> IX – Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata (LEI 6.404/76).

O Conselho da Administração é um órgão de deliberação colegiada, esse órgão deve ser composto no mínimo por 3 (três) membros, que são eleitos pela assembleia geral. O estatuto da companhia deve estabelecer os seguintes pontos a respeito do conselho da administração:

> I – O número de conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia ou pelo próprio conselho;
> II – O modo de substituição dos conselheiros;
> III – o prazo de gestão, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição;
> IV – As normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho que deliberará por maioria de votos, podendo o estatuto estabelecer quórum qualificado para certas deliberações, desde que especifique as matérias (LEI 6.404/76).

São competências do Conselho de Administração, segundo a Lei 6.404/76:

> I – Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
> II – Eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;
> III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (LEI 6.404/76).

O conselho fiscal é um órgão de fiscalização da companhia, tanto das atividades financeiras como a atuação dos administradores, possui amplas atribuições, como exposto na Lei nº 6.404/76, dentre elas podemos citar: fiscalizar os

atos dos administradores, e se estão cumprindo com suas obrigações conforme determinação do estatuto; denunciar aos órgãos de administração erros, fraudes ou crimes que vão contra os interesses da companhia; analisar o balancete e todas as demais demonstrações financeiras e opinar sobre as mesmas.

A sociedade anônima pode ser de capital aberto ou fechado. Segundo Iudícibus e Marion (2004, p. 41) a companhia de capital aberto é quando "A captação de recursos é realizada junto ao público. Os valores mobiliários (ações ou debêntures) são admitidos a negociação em bolsa ou no mercado de balcão".

Ainda de acordo com Iudícibus e Marion (2004, p. 41) companhia de capital fechado "é a companhia que não recorre a poupança pública e obtém recursos entre os próprios acionistas para formação de seu capital próprio. Sua ação não é cotada em bolsa". A companhia de capital fechado é a tradicional, restrita a um pequeno grupo de acionistas.

2.2 Reorganização Societária

As empresas devem se moldar conforme a evolução do mercado. A reorganização societária pode acontecer pela transformação da sociedade, pela incorporação da pessoa jurídica, pela fusão entre sociedades e pela cisão de uma sociedade.

Segundo o art. 220 da Lei 6.404/76, "A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro". A transformação de uma sociedade deve ser debatida e aceita pela unanimidade de seus sócios, ou a mesma pode ser determinada em contrato social ou estatuto, neste caso o sócio que não desejar permanecer na sociedade tem o direito de sair.

A incorporação é o processo no qual uma sociedade é absorvida por outra, que passa a lhe ditar seus direitos e obrigações, conforme Lei nº 6.404/76, no art. 227. A fusão é quando duas ou mais sociedade se unem e formam uma nova sociedade, após a decisão da fusão são levantados e avaliados os patrimônios líquidos. Após a avaliação dos patrimônios, deve ser feita uma assembleia geral com os sócios das empresas, para determinarem como se dará a nova sociedade, seu objeto social, determinação dos sócios, administradores entre outras decisões que considerem pertinentes.

Como determina o art. 229, da Lei 6.404/76, “A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida”.

Seja qual for a transformação desejada pela empresa, é preciso uma análise dos riscos, das vantagens e também das desvantagens, é importante procurar um profissional devidamente capacitado a sanar dúvidas, e acompanhar todo o processo de transformação para que não haja dúvidas no decorrer do processo, pois ambas as transformações citadas acima são mudanças significativas nas empresas, no seu modo de gerencia e operação.

2.3 Comissão de Valores Mobiliários

Conforme dispõe a Portaria nº 327/77, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é o órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais brasileiro. Foi criada no ano de 1976 pela Lei nº 6.385/76. Sendo entidade vinculada ao Ministério da Fazenda, sua sede e foro fica na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mas tem jurisdição em todo o país, ou seja, pode abrir escritórios e representações em outros estados.

O Art. 3º da Portaria 327/77 do Ministério da Fazenda, destaca como finalidades da CVM:

> I - Estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
> II - Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais;
> III - assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da Bolsa de balcão;
> IV - Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado conta:
> a) emissões irregulares de valores mobiliários;
> b) atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
> V - Evitar ou coibir modalidade de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
> VI - Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e às companhias que os tenham emitido;
> VII - assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;

> VIII - assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;
> IX - Promover, disciplinar e fiscalizar a internacionalização do mercado de valores mobiliários, sem prejuízo da competência do Banco Central do Brasil no tocante à entrada e saída de recursos do País; * (Redação dada pela Portaria 312/88, de 16/09/88)
> X - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Monetário Nacional, e exercer as atividades que por este lhe forem delegadas (PORTARIA 327/77, Art. 3º).

Como a própria Portaria nº 327/77 cita, as finalidades da CVM dispostas acima não foram criadas com a finalidade de eliminar completamente os riscos do mercado de capitais, mas sim para reduzir os riscos de comportamentos ilícitos por parte das companhias, pois se sabe que isso afeta a confiança dos investidores.

2.4 Bolsa de Valores – B3

2.4.1 Linha do tempo

A BOVESPA iniciou suas atividades em agosto de 1890, e em 2000 com a integração das bolsas de valores brasileiras, passou a concentrar toda a negociação de ações do Brasil. Em 2008 iniciou um processo de fusão com BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuro) criando-se a BM&FBovespa, e se tornando a terceira maior bolsa do mundo, ficando atrás apenas da bolsa dos Estados Unidos da América e da Alemanha (B3, 2017).

Em março de 2017, criou-se a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), uma combinação da BM&FBovespa e Cetip a maior depositaria de títulos privados da América Latina, que cria e administra sistemas de negociação, compensação, liquidação e registro para todas as principais classes de ativos. A B3 é uma sociedade de capital aberto, tem sua sede na cidade de São Paulo, mas possui escritórios de representação em Nova York (Estados Unidos), Londres (Inglaterra) e Xangai (China), seu atual diretor presidente em exercício é Gilson Finkelsztain, eleito em março de 2017 (B3, 2017).

A companhia tem como objeto social exercer ou participar de empresas de diversos ramos, oferece produtos e serviços como, negociação de ações, títulos de renda fixa, mercadorias, moedas entre outros, as negociações são feitas exclusivamente por meio eletrônico (B3, 2017).

2.4.2 Características para negociação de ações no Brasil, Bolsa, Balcão (B3)

Conforme disposto no Guia de Abertura de Capital (2011) antes de abrir seu capital a empresa deve analisar criteriosamente se tem estrutura para se manter na listagem da bolsa de valores, e se esse é realmente o caminho que a empresa pretende percorrer, pois as empresas listadas devem manter seus demonstrativos financeiros sempre à disposição dos acionistas minoritários, pois constantemente deverá prestar conta ao mercado, para que os investidores fiscalizem e acompanhem o desempenho da companhia.

A empresa precisa avaliar alguns pontos antes de sua decisão pela abertura de capital, como por exemplo, se a empresa tem um bom histórico, se a empresa está consolidada no mercado, e se tem um crescimento continuo no mercado, esses fatores são levados em consideração pelos investidores.

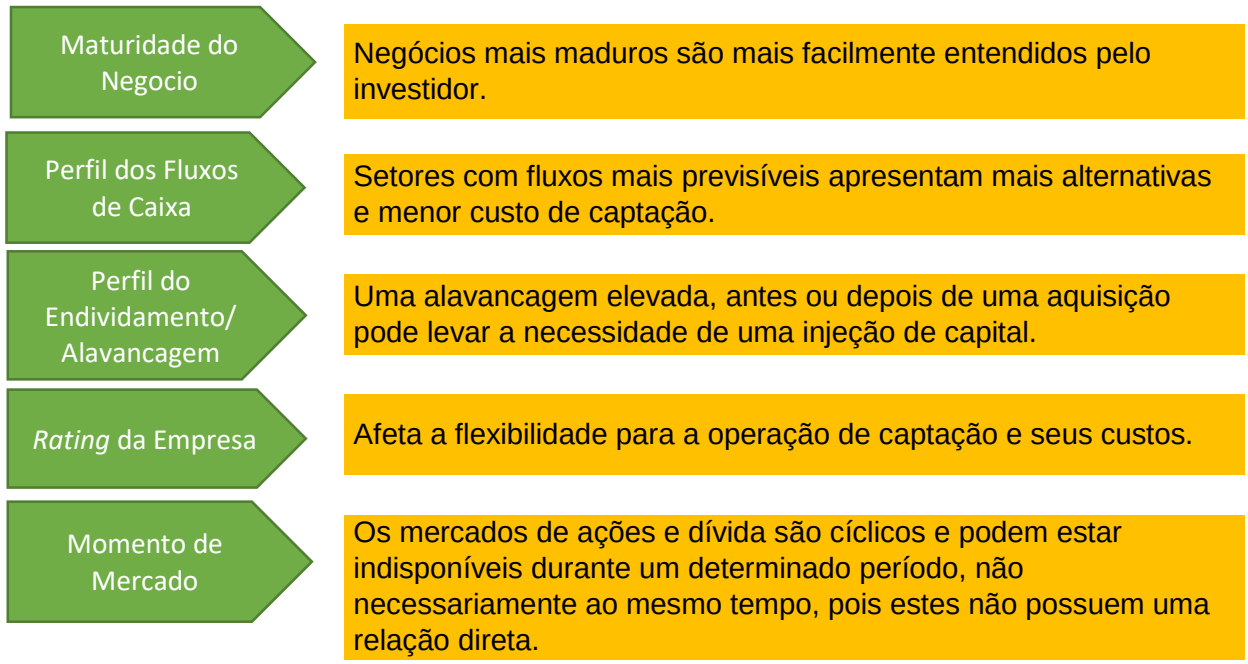


Figura 1 - Fatores que influenciam na escolha da fonte de captação de recursos
Fonte: Guia abertura de capital, (2011, p. 11).

A decisão de abertura de capital é colegiada aos sócios, que após entenderem o que esse processo trás de mudanças a empresa, deve estar ciente que deverá adotar práticas de Governança Corporativa, para zelar pelos direitos adquiridos pelos novos acionistas, como o pagamento de dividendos.

Conforme disposto no Guia Abertura de Capital (2011) o primeiro passo para que uma empresa abra seu capital e passe negociar ações na bolsa, é o pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários, junto com o pedido de registro a empresa deve solicitar uma autorização para distribuir suas ações. Após obter seu registro na CVM a sociedade solicita sua listagem na bolsa de valores, o processo de abertura de capital leva em média 10 (dez) semanas segundo a B3.

Ainda segundo o Guia Abertura de Capital (2011), a sociedade depois de realizado seus registros, deve escolher o segmento da B3 no qual pretende negociar suas ações, são eles Nível 1, Nível 2, Novo Mercado, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2. Cada segmento tem exigências especificas para a admissão de uma empresa no que diz respeito a divulgação das informações, a estrutura societária, a estrutura acionaria, a quantidade de ações em negociação e aspectos da governança corporativa.

2.4.3 Nível 1

Conforme o disposto no site da B3 (2017) as empresas listadas no segmento Nível 1 devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, divulgam informações adicionais às exigidas em lei, como por exemplo, um calendário anual de eventos corporativos. O *free float* (livre negociação) mínimo de 25% deve ser mantido nesse segmento, ou seja, a empresa se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação no mercado.

Para que a B3 autorize a negociação de ações no nível 1 as companhias têm de cumprir os seguintes requisitos listados no manual nível 1 de governança corporativa (2011):

> (i) Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita negociação de ações ordinárias e/ou preferenciais em bolsa;
> (ii) Tenha solicitado o registro para negociação de seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA;
> (iii) Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa;
> (iv) Tenha protocolado, na BM&FBOVESPA, os Termos de Anuência dos Administradores devidamente assinados;

> (v) Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA;
> (vi) mantenha o Percentual Mínimo de Ações em Circulação, inclusive, (a) após uma operação de Alienação de Controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações conforme previsto pela legislação societária vigente, quando o Adquirente, se necessário, tomará as medidas cabíveis para recompor esse percentual, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à referida oferta pública de aquisição de ações, e (b) na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva oferta pública de distribuição de ações, conforme dispõe o item 6.3;
> (vii) exija que o Adquirente, em caso de Alienação de Controle da Companhia, subscreva o Termo de Anuência dos Controladores, sendo que enquanto o Adquirente não subscrever o referido termo: (i) o Acionista Controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações; e (ii) a Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle, devendo referido termo ser protocolado na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data da assinatura;
> (viii) Não tenha Partes Beneficiárias; e
> (ix) Observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Nível 1 de Governança Corporativa.

Segundo o disposto no manual Nível 1 da Governança Corporativa (2011), a companhia pode sair do Nível 1 a qualquer tempo, mas a saída deve ser aprovada em assembleia geral de acionistas, deve ser comunicado a B3 por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A saída da companhia, não há exime, nem seus participantes, de cumprir com suas obrigações e exigências dispostas no contrato de participação do Nível 1, no Regulamento de Sanções e no Regulamento de Listagem.

2.4.4 Nível 2

O site da B3 (2017) dispõe o seguinte sobre o Nível 2, o segmento de listagem Nível 2 é similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. As ações preferenciais ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista

controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

Para que as companhias que desejem negociar ações no Nível 2, recebam autorização da B3 para tal, precisam preencher alguns requisitos, conforme listados abaixo:

> (i) Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita a negociação de ações ordinárias e/ou preferenciais em bolsa;
> (ii) Tenha solicitado o registro para negociação de seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA;
> (iii) Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa;
> (iv) Tenha protocolado, na BM&FBOVESPA, os Termos de Anuência dos Administradores e os Termos de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, se for o caso, devidamente assinados;
> (v) Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória;
> (vi) Mantenha o Percentual Mínimo de Ações em Circulação, observando, ademais, o disposto nos itens 7.3 e 8.5;
> (vii) Não tenha Partes Beneficiárias; e
> (viii) Observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Nível 2 de Governança Corporativa (REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2011).

As regras para saída do Nível 2 de negociações, são as mesmas dispostas para o Nível 1.

2.4.5 Novo mercado

Conforme pesquisa no site da B3 (2017) verificou-se que o segmento de negociação de ações Novo Mercado, foi lançado em 2000 e estabeleceu padrão de governança corporativa altamente diferenciado. A partir da primeira listagem, em 2002, ele se tornou o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital, sendo recomendado para empresas que pretendam realizar ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor (investidores institucionais, pessoas físicas, estrangeiros etc.).

Na última década, o Novo Mercado firmou-se como um segmento destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. A

listagem nesse segmento especial implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle. O Novo Mercado conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa. As empresas listadas nesse segmento podem emitir apenas ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON).

Desde a sua criação, o Novo Mercado passou por revisões em 2006 e 2011. Recentemente, após extenso trabalho conjunto entre B3, participantes do mercado e companhias listadas, a nova versão do Regulamento do Novo Mercado foi aprovada em audiência restrita pelas companhias listadas em junho de 2017 e pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em setembro de 2017. O novo regulamento entrará em vigor em 02/01/2018.

Abaixo estão listadas algumas regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas:

> O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto; No caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador; Instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);Em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento; O conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos; A empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação (*free float*), ou 15%, em caso de ADTV (*average daily trading volume*) superior a R$ 25 milhões; Estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria; Elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com partes relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);Divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados; Divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Os requisitos para negociação de ações no segmento do Novo Mercado são:

> i) Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita negociação de ações ordinárias em bolsa;
> ii) Tenha solicitado o registro para negociação de seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA;
> iii) Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no Novo Mercado;
> iv) Tenha protocolado na BM&FBOVESPA os Termos de Anuência dos Administradores e os Termos de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, se for o caso, devidamente assinados;
> v) Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória;
> vi) Mantenha o Percentual Mínimo de Ações em Circulação, observando, ademais, o disposto nos itens 7.3 e 8.5;
> vii) Tenha seu capital social dividido exclusivamente em ações ordinárias, exceto em casos de desestatização, quando se tratar de ações preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade do ente dez estatizante, devendo referidos direitos ter sido objeto de análise prévia pela BM&FBOVESPA;
> viii) Não tenha Partes Beneficiárias; e
> ix) Observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Novo Mercado (REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO, 2011).

A saída de uma companhia do Novo Mercado, se dá pelas mesmas regras dos demais segmentos, observando sempre as obrigações assumidas pela companhia no Contrato de Participação do Novo Mercado, da Cláusula Compromissória, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Listagem.

2.4.6 Bovespa Mais

Conforme exposto no site da B3 (2017), observa-se que se criou o segmento Bovespa Mais para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual, esse segmento tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas via mercado de capitais. A estratégia de acesso gradual permite que a companhia se prepare de forma adequada, implementando aos poucos elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado, e ao mesmo tempo coloca a companhia na “vitrine” do mercado, aumentando sua visibilidade para os investidores.

A BOVESPA Mais possibilita a realização de captações menores se comparadas ao Novo Mercado, mas suficientes para financiar o projeto de

crescimento das companhias. As empresas listadas no BOVESPA Mais tendem a atrair investidores que visualizem um potencial de desenvolvimento mais acentuado no negócio. As ofertas de ações podem ser destinadas a poucos investidores e eles geralmente possuem perspectivas de retorno de médio e longo prazo. Empresas listadas no Bovespa Mais são isentas da taxa de análise para listagem de emissores (cobrada pela BM&FBOVESPA para listagem de companhias) e recebem desconto regressivo na anuidade, sendo 100% no primeiro ano.

Os requisitos que devem ser atendidos para negociação neste segmento, são:

> (i) Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita a negociação de ações;
> (ii) Tenha solicitado sua listagem na BM&FBOVESPA;
> (iii) Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no BOVESPA MAIS;
> (iv) Tenha protocolado na BM&FBOVESPA os Termos de Anuência dos Administradores e os Termos de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, se for o caso, devidamente assinados;
> (v) Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória;
> (vi) Tenha seu capital social dividido exclusivamente em ações ordinárias, exceto em casos de desestatização, quando se tratar de ações preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade do ente dez estatizante, devendo referidos direitos ter sido objeto de análise prévia pela BM&FBOVESPA;
> (vii) Não tenha Partes Beneficiárias; e
> (viii) Observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao BOVESPA MAIS (REGULAMENTO DE LISTAGEM BOVESPA MAIS, 2011, p.6).

Para que uma companhia se retire do segmento Bovespa Mais, devem ser atendidos os critérios como os demais segmentos.

2.4.7 Bovespa Mais nível 2

Segundo o exposto no site da B3 (2017), o segmento de listagem Bovespa Mais Nível 2 é similar ao Bovespa Mais, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito

de *tag along* (ir junto) de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador.

As ações preferenciais ainda dão o direito a voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

Os requisitos para o Bovespa Mais Nível 2 são:

> (i) Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita a negociação de ações;
> (ii) Tenha solicitado sua listagem na BM&FBOVESPA;
> (iii) Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;
> (iv) Tenha protocolado na BM&FBOVESPA os Termos de Anuência dos Administradores e os Termos de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, se for o caso, devidamente assinados;
> (v) Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória;
> (vi) tenha estabelecido direito de voto às ações preferenciais, no mínimo, nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme item 10.1.1; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem a exigência prevista nesse item, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;
> (vii) Não tenha Partes Beneficiárias; e
> (viii) Observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao BOVESPA MAIS –NÍVEL 2 (REGULAMENTO DE LISTAGEM BOVESPA MAIS NÍVEL 2, 2011, p. 6).

Para que uma companhia se retire do segmento Bovespa Mais, devem ser atendidos os critérios como os demais segmentos. Observando-se sempre as obrigações assumidas no Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, da Cláusula Compromissória, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e deste Regulamento de Listagem.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi elaborada de modo descritivo, qualitativo e documental, sendo o instrumento desta pesquisa as sociedades anônimas de capital aberto. Na pesquisa documental, foram utilizados os livros específicos de Contabilidade Comercial, a Lei 6.404/76, o Código Civil, Portaria do Ministério da Fazenda 327/77 e os manuais disponíveis no site da B3, conforme descrito nas Referências Bibliográficas.

Em busca de conhecimento e aprimoramento, esta pesquisa busca esclarecer os pontos que envolvem a transformação de uma Sociedade Limitada em uma Sociedade Anônima tanto de capital aberto como de capital fechado. Foram coletados no site da B3 as empresas que cancelaram seus registros, e na CVM foram coletadas quantas empresas passaram a ter registro para negociação de ações, ambas nos últimos 3 (três) anos (2015, 2016 e até 09/2017). Os dados colhidos foram separados por ano, e agrupados em gráfico para melhor visualização dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Processo de Transformação de Sociedade Limitada em S.A

As empresas em sua maioria abrem seu capital para captação de recursos, e para ter investidores em seus projetos. Para que ocorra a transformação de uma sociedade limitada em uma sociedade anônima é preciso que haja total concordância entre sócios, e em reunião os sócios precisam de imediato definir um jornal de grande circulação onde serão feitas as publicações da companhia, precisam eleger os diretores e conselheiros, e o estatuto social.

Na transformação de sociedade limitada em sociedade anônima, são feitos 2 (dois) processos distintos, o primeiro enquanto sociedade limitada, onde é feita uma alteração contratual, colando no contrato social que a empresa passará a ser uma sociedade anônima. O segundo processo é o processo de constituição da sociedade anônima, onde são montados os documentos conforme exigência de cada estado e enviados juntamente com o primeiro processo para registro na Junta Comercial correspondente ao estado onde está localizada a companhia, no caso deste estudo,

foi observado os procedimentos exigidos pela JUCEMAT (Junta Comercial do Estado de Mato Grosso). Apresenta-se o quadro 1.

QUADRO 1– Diferenças entre Sociedade Limitada e Sociedade Anônima de capital aberto e fechado

Sociedade Limitada x Sociedade Anônima			
DESCRIÇÃO	SOCIEDADE LIMITADA	SOCIEDADE ANONIMA CAP. ABERTO	SOCIEDADE ANÔNIMA CAP. FECHADO
DENOMINAÇÃO	LTDA	S.A	S.A
CAPITAL SOCIAL	Aberto	Fechado	Fechado
SÓCIOS	Quotistas	Acionistas	Acionistas
PARTICIPAÇÃO	Quotas	Ações	Ações
NEGOCIAÇÃO	Particular	Bolsa de Valores	Particular

Fonte: Código Cível Brasileiro (2008)

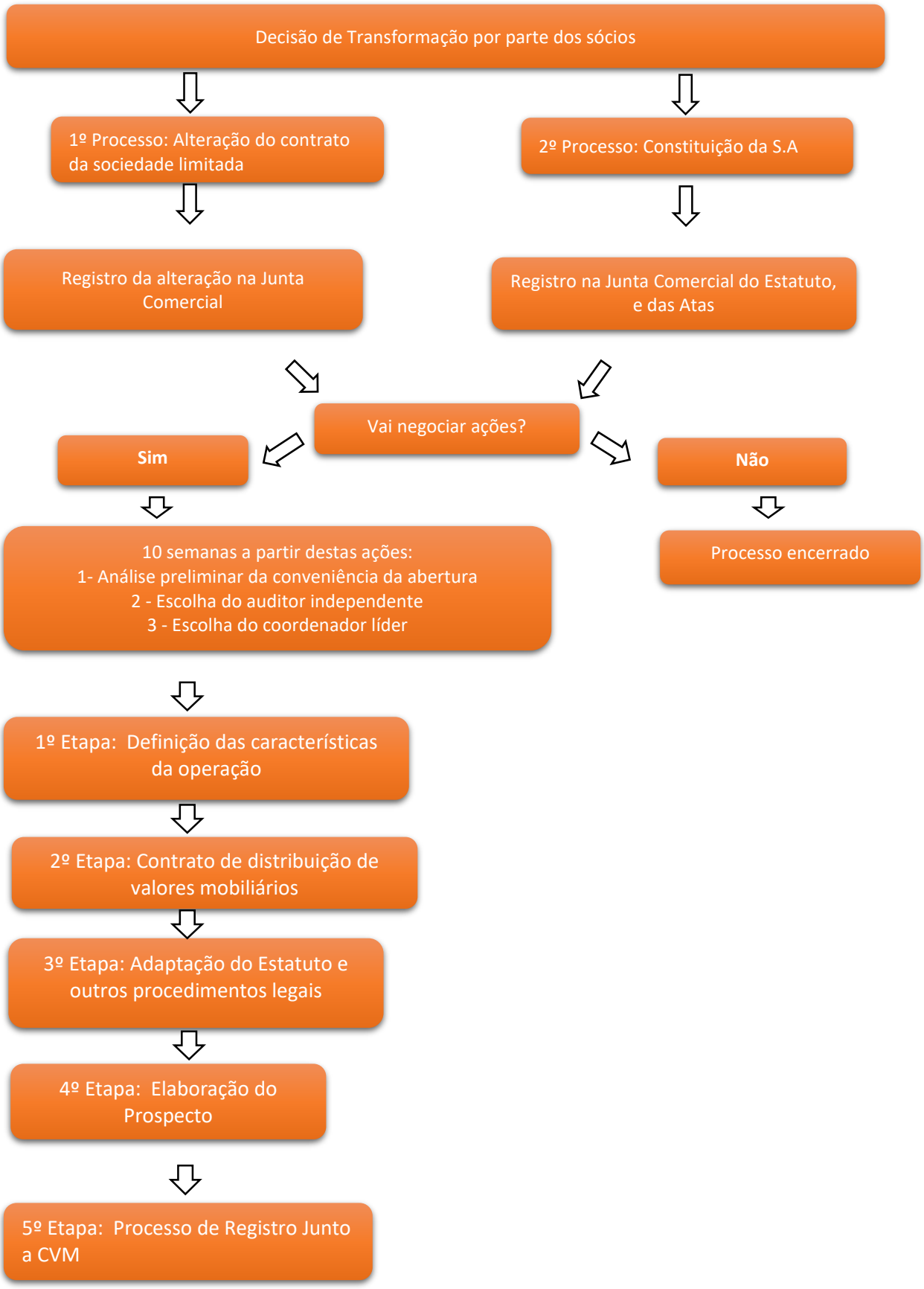
Conforme exposto no Quadro 1, as diferenças entre a sociedade limitada e a sociedade anônima se dão desde sua denominação até a forma de negociações, as diferenças entre as sociedades anônimas de capital aberto e de capital fechado, é apenas a negociação, onde as companhias de capital aberto se dá na Bolsa de Valores, e as companhias de capital fechado é particular restrito aos acionistas.

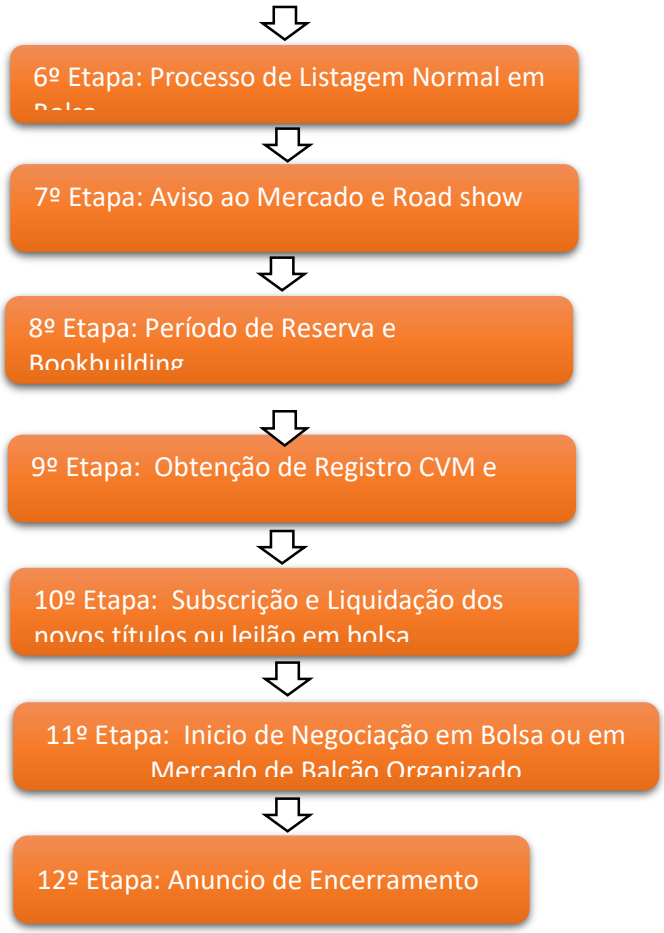
4.2 Requisitos Para Negociação na B3

O processo de transformação de sociedade limitada em sociedade anônima segue uma ordem, desde a decisão de transformação da sociedade, passa pelo registro na Junta Comercial, pedido de registro na CVM, pedido de listagem na B3, e vai até a publicação oficial de que a empresa passou a ter capital aberto e vai negociar suas ações.

O fluxograma 1 demonstra na sequência a ordem do processo de transformação.

FLUXOGRAMA 1 - Processo de Transformação


Decisão de Transformação por parte dos sócios
1º Processo: Alteração do contrato da sociedade limitada
2º Processo: Constituição da S.A
Registro da alteração na Junta Comercial
Registro na Junta Comercial do Estatuto, e das Atas
Vai negociar ações?
Sim
Não
10 semanas a partir destas ações:
1- Análise preliminar da conveniência da abertura
2 - Escolha do auditor independente
3 - Escolha do coordenador líder
Processo encerrado
1º Etapa: Definição das características da operação
2º Etapa: Contrato de distribuição de valores mobiliários
3º Etapa: Adaptação do Estatuto e outros procedimentos legais
4º Etapa: Elaboração do Prospecto
5º Etapa: Processo de Registro Junto a CVM



Fonte: B3, 2017.

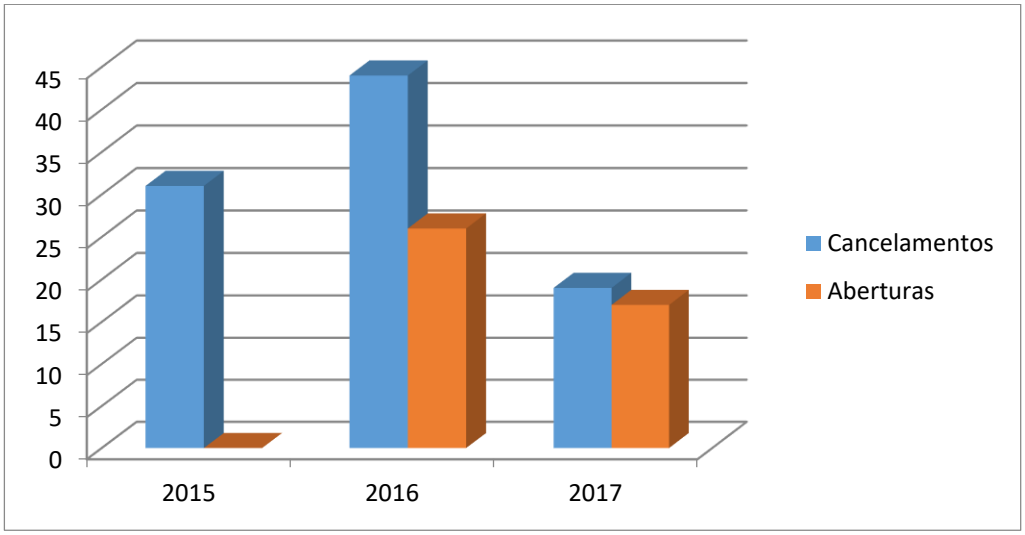
O fluxograma 1 dispõe do processo de transformação de uma sociedade limitada em S.A em todas as suas estâncias. Para negociar ações na B3 é preciso que a companhia observe os seguintes requisitos: precisa estar com seu Estatuto, e Atas devidamente registrados na Junta Comercial onde a companhia está sediada, abertura de capital, deve ter definido um jornal de grande circulação para publicação dos demonstrativos financeiros, registro na CVM e autorização para negociação das ações em um dos segmentos. Conforme exposto no decorrer do artigo, cada segmento da B3 tem requisitos a serem cumpridos para que a companhia possa negociar ações dentro do mesmo.

Segundo o Guia de Abertura de Capital (2011), a companhia precisa estar preparada contabilmente, pois a cada 30 (trinta) dias após o fim de um trimestre precisa apresentar seus demonstrativos financeiros a CVM.

4.3 Registro e Cancelamento de S.A na B3 nos Últimos Três Anos

O gráfico 1 demonstra o volume de companhias que abriram capital nos anos de 2015, 2016 e até 09/2017, e o volume de companhias que deixaram de negociar ações na B3. As informações constantes no gráfico 1 referente a cancelamentos foram coletadas do site da B3 e as informações de registros foram coletadas no site da CVM.

GRÁFICO 1 - Cancelamentos registro S.A X Solicitação de registro de S.A



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários, 2017.

No ano de 2015 não houve nenhuma solicitação de registro para negociação de ações na bolsa, em contrapartida foi intenso a quantidade de empresas que deixaram de negociar ações, devido à queda no valor das ações, tornou-se inviável para as companhias manter-se negociando suas ações, devido aos custos altos que a empresa tem.

No ano de 2016 com a recessão econômico que não apresentou melhoras, mais companhias tiveram que rever as vantagens e desvantagens de negociar suas ações na bolsa de valores, e número de empresas que optaram por fechar capital aumentou cerca de 13,64% com relação ao ano anterior, mas um total de 26 empresas optaram por abrir capital, acreditando na melhora do cenário econômico.

Com a leve retomada do mercado no início de 2017, tornou-se favorável para algumas empresas passarem a negociar ações na bolsa e para outras se manterem negociando suas ações, por essa razão também diminuiu o volume de empresas que optaram por fechar capital, 8,36% com relação ao ano de 2016. Com a melhora esboçada pelo mercado cerca de 17 empresas decidiram abrir seus capitais, o valor

menor que do ano de 2016, mas deve se considerar os 3 meses que ainda restam por vir, e este número pode vir a aumentar.

Ao todo 43 empresas passaram a negociar ações nos últimos 3 anos. É um número significativo, e que tende a aumentar com a melhora no cenário econômico, por isso a importância de aprimoramento do conhecimento dos profissionais contábeis, para atender a essas empresas que pretendem abrir seu capital.

Observou-se em notícias publicadas na revista Época em 2016, e no G1 em 2017, que os números de cancelamentos e registros são inferiores aos obtidos através da pesquisa deste artigo, mas é importante ressaltar que nas notícias são expostos apenas os nomes de grandes empresas, como por exemplo a fabricante de brinquedos Estrela que aguarda aval do CVM para fechar seu capital, depois de anos negociando suas ações, seu registro foi em 1968.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou do processo de transformação de uma sociedade limitada e em sociedade anônima de capital aberto, ou seja, com negociação de ações na B3. Foi demonstrado ainda quais os segmentos existentes na B3 para negociação e os requisitos que as companhias devem ter para fazer seu registro em cada um deles.

O processo de transformação de sociedade limitada em sociedade anônima tem várias etapas para serem cumpridas, aqui se citou o processo que envolve a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, que é feito em 2 processos distintos, os requisitos para negociação de ações na B3, como por exemplo ter estatuto devidamente registrado, os segmentos existentes nos quais as companhias devem se cadastrar para negociar suas ações, como Bovespa Mais e Novo Mercado, entre outros. Ao longo de 3 (três) anos 94 companhias deixaram de ter registro na B3, e 43 passaram ater registro na bolsa de valores de São Paulo.

A pesquisa aprimorou os conhecimentos sobre a transformação de sociedades e todos os processos que a envolvem. Para aprimorar ainda mais o conhecimento a respeito, sugiro pesquisa mais aprofundada sobre a B3 e seus regulamentos, considerando que é a 3º maior bolsa do mundo, ficando atrás apenas das bolsas dos Estados Unidos da América e da Alemanha.

REFERÊNCIAS

AREND, L.; GARTNER, G.; GRECO, A. Contabilidade: teoria e práticas básicas. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Publicado em 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em 10 set. 2017.

FAVERO, H. L. et al. Contabilidade: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDICIBUS, S.; MARION, J. C. Contabilidade Comercial: atualizado conforme o novo Código Civil. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ Contabilidade Comercial: Atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANUAL DE REGISTRO SOCIEDADE ANÔNIMA. Distrito Federal: 2017. Disponível em: < http://drei.mdic.gov.br/clientes/drei/drei/legislacao/instrucoes-normativas/titulo-menu/pasta-instrucoes-normativas-em-vigor-03/anexo-ii-in-38-2017-manual-de-registro-ltda-alterado-pela-in-40-2017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NÍVEL 1. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulamentos-e-manuais/#item-2>. Acesso em: 20 out. 2017.

REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NÍVEL 2. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulamentos-e-manuais/#item-2>. Acesso em: 20 out. 2017.

REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO - EM VIGOR ATÉ 28/12/2017. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulamentos-e-manuais/#item-2>. Acesso em: 20 out. 2017.

REGULAMENTO DE LISTAGEM E DE SANÇÕES PECUNIÁRIAS DO BOVESPA MAIS. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulamentos-e-manuais/#item-2>. Acesso em: 20 out. 2017.

REGULAMENTO DE LISTAGEM E DE SANÇÕES PECUNIÁRIAS DO BOVESPA MAIS NÍVEL 2. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulamentos-e-manuais/#item-2>. Acesso em: 20 out. 2017.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade comercial fácil. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CICLOS ECONÔMICOS NA AVICULTURA BRASILEIRA

Douglas Perazzoli[7]

Marisa Claudia Jacometo Durante[8]

RESUMO

A partir de 2004 o Brasil passou a ser o maior exportador à frente dos Estados Unidos e bem como terceiro maior produtor ficando à frente de 25 países da União Europeia (EU), este último um comprador estratégico de proteína animal brasileira. No agronegócio, temos observado consolidações e a transformação de produtores rurais em pessoas jurídicas. São movimentos que tendem a gerar muita formalização em áreas até hoje marcadas por informalidade. Em meio de todas estas transformações faz com que levantamos o questionamento de: quais são os ciclos econômicos que podemos ter no ambiente de agroindústria de aves? Uma proposta na tentativa de decompor algumas variáveis que possuem comportamento cíclico no setor é a proposta deste trabalho. Assim, utilizou-se a pesquisa exploratória. Os principais resultados indicam uma das hipóteses em questão para enquadrar a ciclos das agroindústrias seria o esquema de três ciclos, ou seja, um ciclo longo, outro médio e outro curto. Também podemos inferir um Kondratieffs, outro Juglars e Kitchins todos concomitantemente ativos.

Palavras-chave: Agronegócio. Ciclos Econômicos. Agroindústria de Aves.

1 INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva de aves do Brasil vem se destacando nas últimas décadas por sua trajetória de incremento tecnológico e adaptação nas exigências do mercado consumidor externo e interno. O cumprimento das exigências do mercado importador tem assegurado o papel de destaque ao Brasil como exportador de carne de frango. A partir de 2004 o Brasil passou a ser o maior exportador de a frente dos Estados Unidos e bem como terceiro maior produtor ficando à frente de 25 países da União Europeia (EU), este último um comprador estratégico de proteína animal brasileira.

A dez anos atrás no ano de 2008 a Price Water House Coopers (PWC) contabilizou 640 fusões e aquisições no Brasil, 58% delas nos segmentos de açúcar e álcool, frigoríficos, laticínios e café, estes segmentos representaram 66% de um total de 252 transações. No agronegócio, temos observado consolidações e a

[7] Artigo entregue como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica em Negócios Corporativos, na Faculdade La Salle, 2018. E-mail: perazzoli.perazzoli@gmail.com

[8] Doutora em Educação. Professora orientadora do artigo. E-mail: marisa@faculdadelasalle.edu.br

transformação de produtores rurais em pessoas jurídicas. São movimentos que tendem a gerar muita formalização em áreas até hoje marcadas por informalidade aponta o relatório a da organização (REZENDE, 2008). Dez anos após este fenômeno temos um cenário totalmente diferente, temos o setor de tecnologia da informação liderando este ranking de aquisições seguido pelo setor financeiro e em terceiro lugar o setor alimentício, além de uma tendência de redução no número de fusões, cisões e incorporações de determinadas empresas por outros grupos empresariais.

Explorando um pouco mais sobre o atual cenário da economia nós temos diferentes cenários. Dentro da dinâmica do capitalismo dentro dos ciclos econômicos temos os ciclos seculares ou ciclos longos; tem por característica o seu padrão de acumulação e inovação de Ondas longas ou ciclos de Kondratieffs Wavle, Ciclos de Kuznets que possuem em torno de 20 anos no intervalo de ondas, Ciclos de Juglar a cada intervalo de 10 anos. Ciclos de Kitchins a cada 4 anos e os Ciclos Sazonais que seguem os padrões da natureza e suas estações.

O cenário econômico tem oscilado ao longo dos anos, porém a maneira de prever os pontos altos e baixos do setor agroindustrial tem sido o grande desafio dos economistas e investidores neste setor. Neste meio de dúvida faz com que levantamos o questionamento quais são os ciclos econômicos que podemos ter no ambiente de agroindústria de aves? Uma proposta na tentativa de decompor algumas variáveis que possuem comportamento cíclico no setor é a proposta deste trabalho. Visando elevar o debate sobre os padrões deste setor com margens de rentabilidade apertadas o objetivo de desenvolver uma análise dos aspectos que compõem a ciclos econômicos da cadeia produtiva do frango.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa deste trabalho possui caráter exploratório. Segundo Rauen (2002) explica que a pesquisa exploratória visa descobrir no campo de pesquisa, questões ou pontos críticos, estabelecendo os primeiros contatos para o trabalho de campo e localizando informantes e fontes de dados para a realização do trabalho. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, por expor as características de determinado fenômeno sem, no entanto, ter o compromisso e explica-lo, embora sirva de base para a explicação (VERGARA, 2005).

Segundo Vergara (2005, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público geral”.

No entanto, para Marconi e Lakatos (1999) um dos limites para a investigação é que “nem sempre se pode abranger todo o âmbito no qual o fato se desenrola”, sendo que os casos futuros possam dar arcabouço para um estudo mais amplo ou abrir espaço para uma nova linha de análise.

3 REVISÃO E DISCUSSÃO DA LITERATURA

3.1 Agroindústria de Aves

Conforme Rezende, a dez anos atrás os movimentos de diversificação se explicariam em virtude das estreitas margens de lucros em cada negócio isoladamente. A ampliação do portfólio garante escala, sinergias logísticas, redução de custos administrativos e maior poder de barganha com os clientes.

Segundo Belusso (2010) as redefinições comerciais e produtivas na avicultura industrial fazem parte de importantes transformações na agricultura e na agroindústria brasileira. A partir de 1970 com a internacionalização de nossos produtos de origem animal, aspectos tecnológicos e exigências de mercado tem ditado o Norte para redefinição das estratégias de negócio dos empresários.

Uma análise superficial dos recentes movimentos de fusões e associações na área alimentar no Brasil no ano de 2007 sugere a existência de um processo de reestruturação nos moldes observados nos países desenvolvidos. [...] nos países desenvolvidos, o processo de reestruturação da agroindústria de alimentos teve início na década de 1970. A crise financeira internacional e a redução no crescimento das economias dos países desenvolvidos, porém de outro lado da introdução de novas tecnologias e remodelação de gestão corporativa levou a uma avalanche de fusões e aquisições surgindo uma nova geografia das empresas e a uma mudança radical na forma de produzir e comercializar (BELIK, 2007). Em 2007 com a Crise do Sub Prime desencadeada no sistema financeiro atingiu as instituições financeiras de todo o mundo, consequentemente a redução de concessão de empréstimos ao mercado, fez com que com menos crédito no mercado as empresas iniciassem uma sequência de movimentações visando otimizar seus lucros.

As indústrias de proteína animal estabeleceram-se a partir dos anos 70 como um segmento moderno, com crédito subsidiado para instalações de frigoríficos além da articulação de grupos nacionais e estrangeiros produtores de linhagens (RIZZI, 1993).

Além da incorporação de tecnologias a partir do progresso de diversas áreas do conhecimento (química, mecânica, biotecnologia, telecomunicações e eletrotécnica), ocorreu intenso aprendizado tecnológicas. Inovações tecnológicas oriunda da terceira revolução industrial, tais como técnica de manuseio de animais, pesquisa genética, técnicas de processamento, conservação de alimentos, além de capacitações quanto ao gerenciamento industrial e controle de produção animal por meio de terminais de computadores (ESPÍNDOLA, 1999.).

As inovações tecnológicas têm nos conduzido para um maior grau de diferenciação dos produtos, causando uma quebra na adesão do consumidor a determinadas marcas onde a cada produto novo lançado pode ser colocado como um substituto perfeito ou superior ao já existem (RIZZI, 1993). O consumo médio per capita/ano de carne de frango no Brasil em 1988 foi de 11,8 quilogramas e em 2007 alcançou a média de 37,8 quilogramas por habitante/ano e 46 quilogramas por habitante ano (CNA, 2017).

A dependência da avicultura brasileira em relação ao mercado externo a coloca em vulnerabilidade, pois, numa situação de crise mundial poderá haver redução da demanda, o que desencadearia a adoção de medidas para reduzir a produção no país, cerca de 30% de toda carne de frango produzida no Brasil é exportada (DEPEC-Bradesco, 2017).

3.2 Ciclos Econômicos

No conceito aceito sobre ciclos econômicos temos o conceito definido por Bruns & MITCHELL (1946, p.3) na citação abaixo:

> Ciclos econômicos são tipos de flutuações encontradas nas atividades econômicas agregadas dos países que organizam seus trabalhos principalmente em companhias de negócios: um ciclo consiste na expansão ocorrendo ao mesmo tempo em várias atividades econômicas, seguida por um movimento similar de recessão, contração e recuperação que se funde à fase de expansão do próximo ciclo econômico; esta sequência de mudanças é recorrente, mas não periódica; a duração de um ciclo de negócios varia de mais de um ano

> a dez ou doze anos; estes ciclos não são divisíveis em ciclos menores com características similares e amplitudes aproximadas.

O movimento dos ciclos econômicos é acompanhado por importantes indicadores da atividade econômica, incluindo o produto interno bruto (PIB). O ciclo econômico possui uma linha de tendência de crescimento de longo prazo e os valores dos indicadores flutuam em torno dessa linha com significativa amplitude.

Estas flutuações foram definidas por Schumpeter (1939) em quatro fases para compor o ciclo econômico: boom ou pico, recessão, depressão e recuperação (Figura 01).

As depressões e os picos são os pontos de inflexão do ciclo econômico e a sequência de um pico a outro é o que definimos de ciclo econômico. O ciclo econômico possui uma linha de tendência e a queda do pico até esta linha é definida como recessão. Quando esta torna-se mais severa, é chamada de depressão, que graficamente falando é o intervalo da linha de tendência até o vale. O movimento seguinte é de recuperação, momento no qual a economia se reaquece e volta a se expandir, ou seja, é a saída do vale até a linha de tendência. O início é o movimento seguinte e caracteriza-se pelo aumento a partir da linha de tendência até o pico.

De Long e Summers (1984) concluíram que não se pode afirmar que os ciclos econômicos são assimétricos, ou seja, que contrações são mais curtas e nítidas do que as expansões, como diz a definição clássica e amplamente difundida de Burns e Mitchell (1946). Apesar de variarem em termos de duração, onde existem ciclos mais curtos e outros mais longos, cada ciclo econômico possui características comuns como a direção, o timing e o comportamento cíclico das variáveis econômicas.

Nos estudos sobre as teorias das crises econômicas tratar a diferença entre os ciclos é fundamental para entender os pontos de partida das crises. Normalmente as crises econômicas se referem a períodos de baixa da produção, aumento de desemprego e queda dos negócios em geral. Os ciclos econômicos supõem uma observação sucessiva de situações de crises alternadas com situações de crescimento e auge das atividades econômicas. O conceito de ciclo econômico está associado a uma certa regularidade e frequência das oscilações entre os períodos alternados de crescimento e desaceleração.

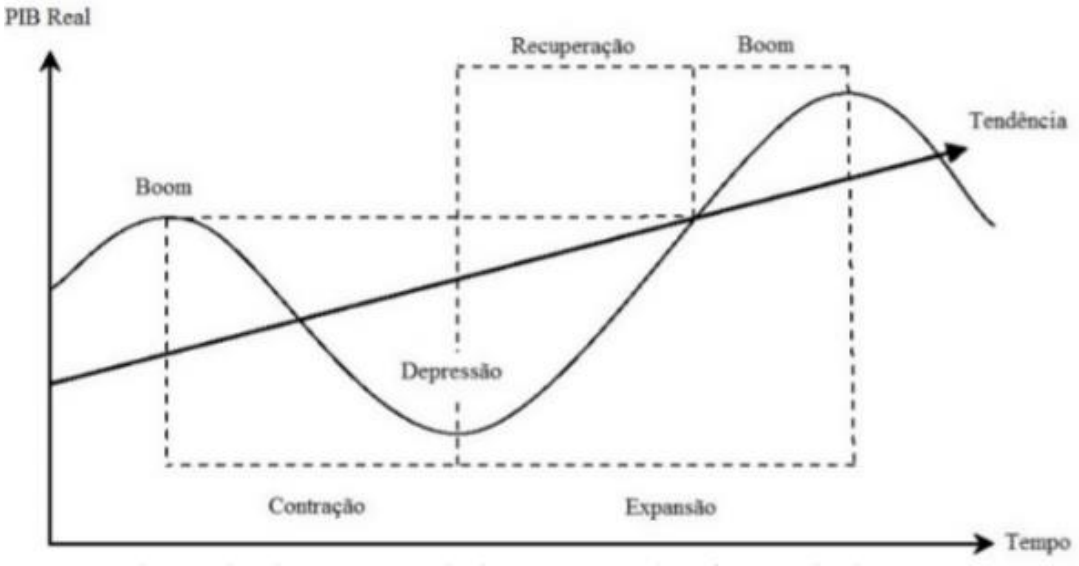


Figura 01. Composição de um ciclo econômico
Fonte: Adaptado do Financial Planning Body of Knowledge (2014)

Dentre os tipos de ciclos econômicos temos os ciclos seculares ou ciclos longos ditos como ciclos de Kondratieffs Wavle, Ciclos de Kuznets que possuem em torno de 20 anos no intervalo de ondas, Ciclos de Juglar a cada intervalo de 10 anos. Ciclos de Kitchins a cada 4 anos e os Ciclos Sazonais que seguem os padrões da natureza e suas estações.

Os ciclos longos assim chamados como ciclos de Kondratieffs foram descritos pelo russo Nikolai D. Kondratieffs o cientista mostrou com precisão com precisão e em base a dados de origem puramente estatísticos a existência de ondas longas que ditavam a oscilação econômica de um país capitalista pendentes de auge ou depressão, vindo durar o conjunto binómico crescimento-decrescimento uma média de cinquenta anos. (PIM & ARGIBAY, 2017).

Segundo Santos (2009) as ondas longas se articulam com uma visão mais global do funcionamento da economia mundial. Na sucessão destas ondas identifica-se cada vez mais os períodos de retomada e crescimento econômico como períodos de incorporação maciça de inovações tecnológicas, em geral, introduzidas no período de depressão e de recuperação, e que se encontram em fase de difusão e expansão no período do crescimento.

Em seu artigo o autor nos mostra que mudanças estruturais no final de cada ciclo longo, dando às crises dessa fase final um caráter estrutural, acaba por vincular também com a introdução de novos paradigmas tecnológicos que se identificam não somente pela predominância de novos setores e ramos de produção dentro da

economia, como também por mudanças no próprio processo de trabalho, no próprio sistema de produção (SANTOS, 2009).

Os autores citam que Kondratiev já apontava, contudo para uma explicação dos ciclos longos ao vinculá-los à introdução de inovações tecnológicas, à expansão do mercado internacional e aos aumentos na oferta de dinheiro. São estes três elementos que explicariam, segundo ele, a existência dos ciclos longos. A base para estes ciclos seriam exatamente as mudanças no estoque total de capital social, ou o capital social total disponível (PIM & ARGIBAY, 2017).

O ciclo de Kuznets avalia a sua oscilação entre cada 20 a 25 anos, Kuznets acreditava que a desigualdade eventualmente seria levada para baixo, por três motivos. Primeiro, porque os indivíduos com altas habilidades seriam também aqueles com altos níveis de renda, de modo que não haveria razão para que seus descendentes tivessem talento o bastante para auferirem altos ganhos.

Segundo, porque a população urbana nova, imigrante procedente da zona rural ou do exterior teria condições de tirar menos vantagem das possibilidades da vida na cidade e, portanto, de se apropriar de uma maior parcela da renda, em relação ao que foi possível para a população que imigrou inicialmente. Terceiro, acreditava Kuznets que em sociedades democráticas haveria uma demanda crescente para redistribuição da renda quando a economia crescesse, especialmente porque essas sociedades experimentariam a ampliação do poder político dos grupos urbanos de baixa renda. Além de que esse fenômeno fecharia o que equivaleria a uma geração de cada indivíduo (DINIZ; *et al*, 2006).

Segundo Pardini (2008) Kuznets além de ignorar o sistema, seja ele uma economia local, seja o comércio global, a ideia por trás da curva ambiental de Kuznets descola-se da realidade por não assumir que existe feedback entre a degradação ambiental e a economia.

Os ciclos naturais ou sazonais afetam tão decisivamente a economia agrícola, as atividades manufatureiras estão submetidas a outros ciclos. A sua dependência das máquinas e dos instrumentos de trabalho, por exemplo, submete-as aos ciclos de desgaste e desuso e à necessidade de repô-las imediatamente para não deter o processo de produção. Trata-se de uma noção absolutamente dinâmica do processo produtivo que nada tem a ver com a visão de equilíbrio geral na qual os demais ciclos não são tomados em econômico (CAVALCA; *et al*, 2017).

Os ciclos de curto prazo ou ciclos de Kitchins estendem-se em média por 3 ou 4 anos (40 meses) e estão associados às variações de estoques. Estes ciclos estão inseridos em “ondas” maiores e foram divididos desta forma por Kitchins (1923). Estes ciclos também podem ser denominados ciclos presidenciais (CAVALCA; *et al*, 2017).

Os ciclos de investimento de bens e capitais (equipamentos e estruturas) ou ciclos de Juglar tem duração média de 9,2 anos e foi descrito inicialmente pelo francês Clément Juglar quem primeiro identificou as crises sucessivas ocorridas a cada 10 anos, variando, contudo, entre 6 e 11 anos Juglar (1889). Depois da Segunda Guerra Mundial, o ciclo de Juglar vem se encurtando provavelmente devido a uma maior rapidez na incorporação dos avanços tecnológicos e maiores oportunidades;

Os ciclos da construção civil e dos transportes ou apenas ciclos de Kuznets duram entre 15 e 20 anos e podem ser divididos em curto e longo prazo, foram desenvolvidos por Kuznets (1930). No curto há uma variação na disponibilidade de crédito e no longo prazo é guiado por questões demográficas, mas também foi identificado pelas gestões de empresas familiares (CAVALCA; *et al*, 2017).

Por último existem os ciclos ou ondas de Kondratiev que duram em média 50 anos e estão relacionados às mudanças tecnológicas, a duração e o tempo de maturação dos equipamentos de bens de capital que explicam a duração dos ciclos econômicos (CAVALCA; *et al*, 2017)

Schumpeter (1939) batizou esse ciclo com o nome de Kondratiev pois este buscou computar os ciclos de longo prazo, destacando suas características cíclicas e afirmando que os investimentos ocorrem em “ondas”.

Podemos visualizar na figura 02 a interposição de cada um dos ciclos citados acima.

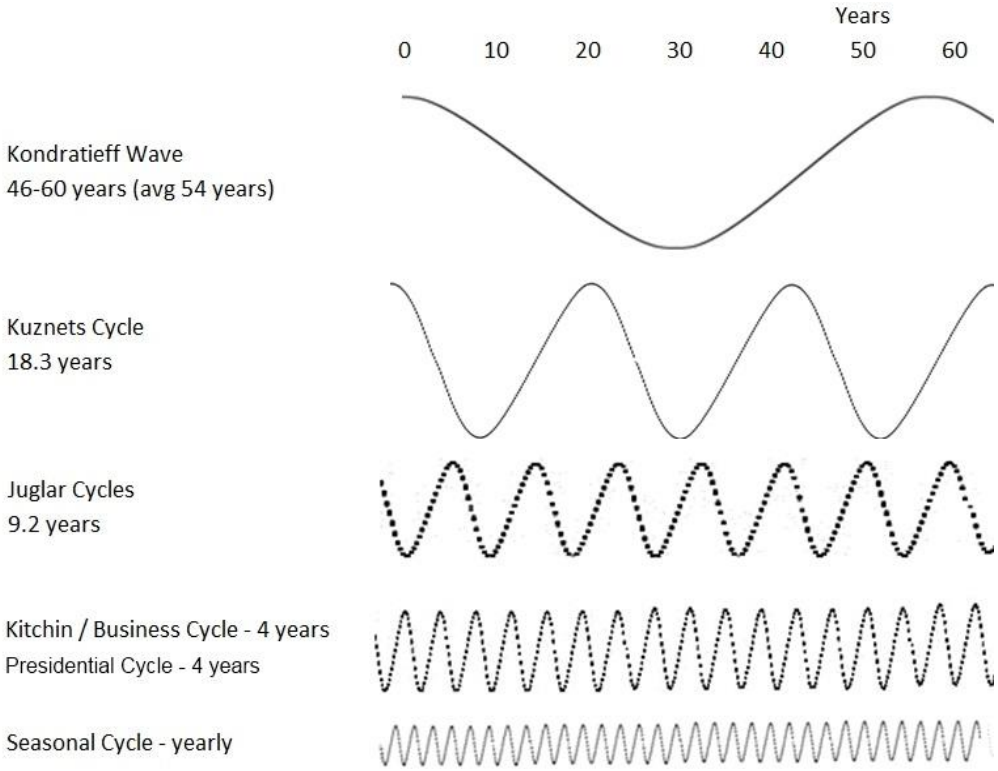


Figura 02. Comparação de Ciclos Econômicos
Fonte: Adaptado do Netodays (2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Schumpeter (1984) reforça o argumento que a inovação tecnológica pode ser um determinante no que tange ao processo de desenvolvimento econômico. Na sua concepção, a economia da inovação deve ser introduzida pelas indústrias, para fazer frente à concorrência cada vez mais acirrada. O atual cenário marcado pela competitividade no mercado globalizado é importante para que as indústrias concentrem suas estratégias no desenvolvimento de sua capacidade de inovação, buscando sua inserção de forma a poder competir neste mercado globalizado.

Sobre o ponto de vista do autor as indústrias e seus processos estão enquadrados a se enquadrarem em um dos ciclos econômicos quando vários de seus processos começam a se tornar obsoletos, quando comparados com as demais, havendo a diminuição de diferenciação quanto a seu produto, diferencial competitivo na esfera fiscal ou quanto a operacional.

O lucro, por definição tem sua origem na inovação, sendo uma parte básica da fortuna capitalista. Schumpeter concorda com Marx que "abstinência" é conto de fadas; não concorda, porém, que a acumulação primitiva seja pilhagem pura e

simples. A acumulação de capital sem que haja inovação contribui negativamente para o processo de evolução capitalista e bem como para perpetuação do negócio.

A figura 03 elaborada por Hunt, ilustra de maneira simples os limiares entre a acumulação de capital e a taxa de juros. Na figura abaixo observamos que o limitante está nos extremos quando descapitalizamos em detrimento do excesso de investimentos, e quando demos o excesso de poupança que limita a inovação dos setores.

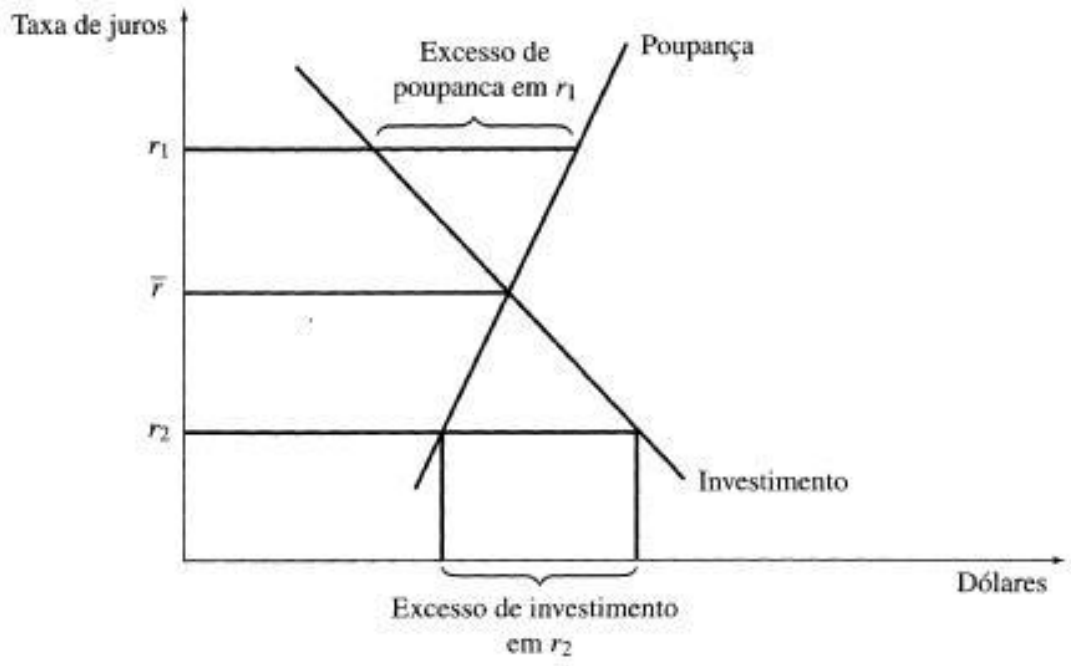


Figura 03 - Juros, Poupança e Investimentos
Fonte: HUNT, 2005

Dentre as inovações absorvidas pela agroindústria de aves, a fundamental foi a genética tradicional de melhoramento das aves, via cruzamento de diferentes linhagens, que possibilitou o desencadeamento de todo um processo de transformação radical no setor em direção à sua industrialização (KAWABATA, 2008).

O progresso tecnológico não se restringiu à questão da genética, mas partiu para todo o processo produtivo, influenciando o conjunto das etapas posteriores de alimentação, manejo e processamento industrial. Cada transformação em um dos elos da cadeia provoca adaptações tecnológicas, ou transfere seus impactos para os demais elos (RIZZI, 1993).

O alto nível tecnológico alcançado pela avicultura nacional, com nível de produtividade internacional, comparada a dos países mais atualizados do mundo. A

indústria de carnes é absorvedora de tecnologias geradas na indústria de bens de capital e são essas que geram inovações que se poderia chamar de “radicais” para o segmento (KAWABATA, 2008)

No agronegócio os cenários adversos quando surgem causam efeito de ondas mais curtas ciclos de Kitchins, os quais possuem uma recuperação a médio prazo, também podemos ter as sobreposições de ciclos sazonais que podem ser de ordem sanitária ou por desempenho zootécnico. Uma segunda situação, considerando que um ciclo de quatro fases - prosperidade, recessão, depressão e recuperação – no qual ocorrem ondas secundárias, podemos ter uma convergência de ondas que potencializem o risco de lucro da firma. Nestes casos as inovações, intervêm fatores secundários que dizem respeito à reação de ondas intermediárias ciclos de Juglars, estes dos assertivos na sua recuperação conseguem dar sustentação aos ciclos longos de Kondratieffs.

Nas fases de cada ciclo que compõem a atividade do agronegócio podemos enquadrar as fases de prosperidade, recessão, depressão e recuperação (CAVALCA *et al*, 2017). Nestes casos temos a inovação vista como a despesa do empreendimento, a resposta esperada pela inovação e sua projeção de auto defasagem, uma vez que a inovação tem uma carência até sua popularização para a concorrência e por fim as anomalias que são as antecipações da queda da inovação puxada por restrições de mercado, cliente, ou novas legislações para o setor.

As agroindústrias diante do ambiente de declínio de um ciclo produtivo podem lançar mão de componentes de monitoramento da aproximação do declínio. O modelo de monitoramento proposto por Ekennam & Zerkowski (2012) através de uma análise de Schumpeter pode ser aplicado no segmento.

O primeiro destes componentes é que na fase de prosperidade devemos identificar os elementos defeituosos de prévias prosperidades e depressões, isto é, inovações com muitas arestas e resquícios do último ciclo seus efeitos, adaptações imperfeitas, etc.

Segundo componente compreende que todo financiamento de inovação o crédito deixa de ser elemento único, a poupança passa a interferir no que diz a níveis de preços.

Terceiro componente é que em determinados momento da inovação seu montante irá apresentar variações decorrentes de novas demandas ou mudanças de curso.

O quarto e quinto componente compreende respectivamente que toda inovação irá abrir novas oportunidade de investimento, desencadeando outra onda de inovação e que todas as inovações podem criar imperfeições sob o processo antigo podendo comprometer de forma generalizada a sua plena execução.

E o sexto e último elemento são as imperfeições que podem fechar em um ciclo curto, no qual o produto ficou sob a fase apenas de investimento e caso tenha confluência com um ciclo longo de alguma outra variável primaria poderá comprometer a saúde da firma.

Uma das hipóteses em questão para enquadrar a ciclos das agroindústrias seria o esquema de três ciclos, ou seja, um ciclo longo, outro médio e outro curto. Também podemos inferir um Kondratieffs, outro Juglars e Kitchins todos concomitantemente ativos. Isto porque as durações médias pelas quais escolhemos identificar os indivíduos, sendo duração dos ciclos que não estão sob o foco do gestor seriam aqueles cuja as variáveis não estariam sendo monitoradas. Como exemplos de variáveis que estejam associadas a problemas sanitários ou barreiras comerciais que são impostas pelos exportadores.

As variáveis econômicas podem possuir comportamentos influenciados pelo mercado de especulação de ações diretamente e indiretamente. Mas o que pode aprofunda o termino de um ciclo de crescimento é a combinação de variáveis sistêmicas dos processos de produção, juntamente com o mercado. A título de exemplo de uma situação destas poderíamos enquadrar uma alteração de linhagem ou de uma característica de um insumo, seguido pela mudança de sentido de venda do mercado inesperado. Tendo assim uma circunstância de ciclo se encerando e outro iniciando concomitante, porém sob o impacto em diferentes áreas do negócio.

Segundo EKENNAM & ZERKOWSKI (2012) em sua análise concluíram que a natureza das circunstâncias que dão margem à multiplicidade de ciclos, Schumpeter postula que cada Kondratieffs contenha um número íntegro de Juglars, e que cada Juglar contenha um número íntegro de Kitchins. Embora não haja razão *a priori* para que o íntegro de Kitchins em cada Juglar seja igual ao íntegro de Juglars em cada Kondratieffs. A observação dá a impressão de que o problema é sistêmico, porém a harmonia de cada ciclo independente da fase em que se encontra é que irá garantir a constância dos resultados.

Pelo contrário, a expectativa lógica, derivada da ideia fundamental, é a irregularidade; quando não há razões para que inovações, que diferem tanto em

período de desenvolvimento e em tempo que levam a serem absorvidas pelo sistema, produzam ciclos de respectivamente algo menos que 60 anos (Kondratieffs) ou algo menos que 10 anos (Juglars) ou talvez 40 meses (Kitchins). Assim podendo prever do ponto de vista temporal se precaver de alguma tendência que venha sendo conduzida para o enceramento de mais um ciclo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.M.B; JUNIOR, R.R.F. O Ciclo Econômico da Teoria Schumpeteriana e as Crises Financeiras. Disponível em:< bibliotecadigital.fgv.br> acessado em: 15 fev. de 2018 as12:40.

BELIK, W. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, P. (org.) Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p. 141-170.

BELUSSO, D. Evolução da Avicultura Industrial. Revista Percurso – NEMO. Maringá-PR.Vol.2.Nº01 p.25-51, 2010.

BURNS, A. F. & MITCHELL, W. C. Working Plans, NBER Chapters, in: Measuring Business Cycles. National Bureau of Economic Research, Inc, p. 1-22, 1946.

CAVALCA, R.B. KLOTZLE, M.C, DA GAMA, P.V.J; FIGUEIREDO, A.C. A relação entre ciclos econômicos com o desempenho das empresas no mercado brasileiro. Revista Brasileira de Economia de Empresas. Vol 17(1): p.21-37. 2017. Disponível em :< https://www.researchgate.net> acessado em 18 fev. de 2018 ás 16:25.

DE LONG, B. J. SUMMERS, L. H. Are Business Cycles Symmetrical? National Bureau of Economic Research, NBER working paper n. 1444, 1984.

DEPEC- BRADESCO. Carne Avícola. Julho de 2017.47p. Disponível em:< www.economiaemdia.com.br> acessado em: 15 fev. de 2018 as 16:33.

DINIZ, M.J.T; DINIZ, M.B; ARRAES, R.A. Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.44 no.3.Brasília Julho/Setembro. 2006.

ESPÍNDOLA, C. J. As agroindústrias de carnes do Sul do Brasil. São Paulo: USP, 2002 (Tese de Doutorado).

EKENNAM, R. ZERKOWSKI, R.M. A análise teórica Schumpeteriana do ciclo econômico.2012. 24p. Disponível em :< bibliotecadigital.fgv.br> acessado em 13 fev. de 2018 ás 17:19.

FPBK - Financial Planning Body of Knowledge. Business Cycle. Disponível em:< http://goo.gl/m4AK5> Acesso em 16 fev. 2018 ás 11:25.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JUGLAR, C. Des crises commerciales et de leur retour périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis. 2a ed., Paris, Guillaumin, 1889.

KAWABATA, C.Y. Inovações tecnológicas na Agroindústria: Estudo de caso. Revista Acadêmica Ciências Agrárias e Ambiental, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 529-532, out./dez. 2008

KITCHIN, J. Cycles and Trends in Economic Factors. Review of Economics and Statistics. The MIT Press. v. 5, n. 1, p. 10–16, 1923.

KUZNETS, S. Secular Movements in Production and Prices: Their Nature and Their Bearing Upon Cyclical Fluctuations. Boston: Houghton Mifflin, 1930.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

NETODAYS. Blog Wordpress, categoria de Ciclos Econômicos – janeiro de 2012. Disponível em: <https://netodays.wordpress.com/category/ciclos-economicos> Acesso em 15 fev. de 2018 as 18:30.

PARDINI, F. Por trás de uma curva. Página 22. São Paulo, 18/10/2008. Disponível em:<http://pagina22.com.br>acessado em 10 fev. de 2018.

PIM, J.E. & ARGIBAY, O. C. O paradigma de Ciclo de Onda Longa na História da Teoria (e Praxe) Económica. Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz. Disponível em: <http://www.eumed.net> acessado em 10 fev. 2018 ás 16:10.

RIZZI, A. T. Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil. Campinas: Unicamp, 1993 (Tese de Doutorado).

SANTOS, T. Crises Econômicas e Ondas Longas na Economia Mundial. Publicado em sexta-feira, 30 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://theotoniodossantos.blogspot.com.br> acessado em: 14 fev. 2018 as 17:50.

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. 2ª Ed. São Paulo; Nova Cultura, 1984.

SCHUMPETER, J. A. Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process. Philadelphia: Porcupine Press, 1939.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 6º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Contribuição das Micro e Pequenas Empresas

Adriano Kirst[9]

Silvana Aparecida Lemes Costa[10]

Marisa Claudia Jacometo Durante[11]

RESUMO

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi um marco importante para o fortalecimento dos pequenos negócios, criando um ambiente favorável ao empreendedorismo através da garantia de menor burocratização, simplificação da tributação e melhoria no acesso ao crédito. Este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância dos pequenos negócios na economia do setor privado brasileiro de 2013 a 2016, período este em que o país passou por uma crise econômica, levantando o número de pequenos negócios no setor privado, sua representatividade na economia no setor privado não-agrícola no que tange a mão-de-obra e a participação das MPEs nos setores de Comércio, Indústria, Serviços e Construção Civil. Como forma de responder aos objetivos da pesquisa, optou-se pela pesquisa descritiva, levantando-se dados através da Relação Anual de Informações Sociais. Como resposta a problemática e objetivos, a pesquisa mostrou que 99% das empresas são micro e pequenas, sendo que 54,6% dos empregos do setor privado não-agrícola estão nos pequenos negócios assim como 44,4% da massa de remuneração, mostrando a importante contribuição na economia. Nestes anos, em cada setor apresentado, os pequenos negócios têm crescido a cada ano na participação relativa aos empregos e massa de remuneração, com destaque para o Comércio e Construção Civil em que as micro e pequenas empresas responderam em 2016 por 99% das empresas, as MPE participam em 72,75% dos empregos e 65,72% da massa de remuneração no Comércio e a representatividade da Construção Civil em 2016 é de 99% das empresas, 58% dos empregos e 50% da massa de remuneração.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Micro e Pequena Empresa. Crescimento Demográfico. Desenvolvimento Econômico.

1 INTRODUÇÃO

Um novo ambiente de negócios está surgindo, levando as organizações empresariais a um processo de transformação. Esse ambiente é decorrente da

[9] Artigo entregue para conclusão do TCI, no 7º semestre do curso de Administração na Faculdade La Salle, 2018. E-mail: mr.kirsty@gmail.com

[10] Artigo entregue para conclusão do TCI, no 7º semestre do curso de Administração na Faculdade La Salle, 2018. E-mail: silvanalemes05@gmail.com

[11] Doutora em educação. Professora orientadora do artigo. E-mail: marisa@faculdadelasalle.edu.br

crescente globalização, do desenvolvimento de diversos segmentos do mercado e do grande avanço da tecnologia, da capacidade e rapidez da informação e do uso intenso da tecnologia na gestão que tem provocado melhorias na execução do trabalho.

Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), revelou que a população global atual é de 7,6 bilhões de habitantes. Apesar de ser uma grande quantidade de pessoas, observa-se que os avanços nos meios agrícola e tecnológico propiciam um grau de desenvolvimento capaz de sustentar a população.

Com o surgimento das micro e pequenas empresas, amparadas sob a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, segundo dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2016), a participação das micro e pequenas empresas brasileiras somadas representa 27% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e oportunizam aos jovens empreendedores a investirem no sonho do próprio negócio.

Neste contexto o empreendedorismo, que sempre foi visto como um agente de transformação social, em especial para o crescimento econômico (SCHUMPETER; 1934), incentiva e qualifica os empreendimentos de menor porte, inclusive os Microempreendedores Individuais.

Isoladamente, uma empresa representa pouco, mas juntas são decisivas para a economia e não se pode pensar no desenvolvimento do Brasil sem elas. A importância dos pequenos negócios durante o período de 2013 a 2016, período em que a crise econômica financeira passou por uma profunda recessão e como as micro e pequenas empresas reagiram se tornando o ponto crucial para o aquecimento da economia. Os pequenos negócios fomentaram a economia, tornando o mercado mais competitivo e ainda incentivaram busca e o surgimento de ideias inovadoras.

O panorama extremamente positivo do empreendedorismo no país reforça a necessidade de incentivo nas leis pública abrangente e eficaz para os pequenos negócios, grandes geradores de renda e ocupação. A Lei 123/2006 também conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas criou um ambiente favorável aos empreendimentos de menor tamanho. Prefácio tão importante, porém, quanto os inovadores dispositivos da legislação em si, é que o espírito da lei - de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado aos pequenos - contagie as pessoas e as instituições, públicas e privadas.

Assim, após essa breve contextualização, questiona-se: qual a contribuição da micro e pequena empresa para o desenvolvimento econômico? Tendo por objetivo

geral identificar qual a contribuição da micro e pequena empresa na economia do setor privado não agrícola.

De modo específico busca-se: a) levantar o número de micro e pequena empresa no período de 2013 a 2016 no setor privado; b) analisar a representatividade dos pequenos negócios na economia no setor privado no que tange a mão-de-obra. c) identificar a participação das MPEs nos setores de Comércio, Indústria, Serviços e Construção Civil.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Empreendedorismo

O termo empreendedorismo é originário da palavra francesa *entrepeneur*, que significa fazer algo ou empreender. O termo foi utilizado por Jean Baptist Say, um economista francês, com a finalidade de definir aquele que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com produtividade elevada e com maiores rendimentos Para Drucker (1974), empreendedorismo é prática, visão de mercado e evolução. ‘‘O trabalho especifico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente’’ [...] ‘‘Empreendedorismo não é uma ciência, e nem arte. É uma prática’’.

O empreendedorismo no Brasil começou a sobressair entre as décadas de 1980 e 1990, quando foram criadas instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o propósito de apoiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Brasil, tirar da informalidade e incentivar os pequenos negócios (SEBRAE, 2016).

Com o incentivo ao desenvolvimento dos pequenos negócios e empreendedorismo no Brasil, foi elaborado um dos maiores estudos contínuos sobre a dinâmica empreendedora no mundo, promovido pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), a qual demonstra que o Brasil possui o maior número de empreendedores de negócios novos entre os 17 países membros que participaram da pesquisa. Incentivo e atuação inovadora marcou um grande passo no crescimento econômico e sustentável, sendo comprovado a cada pesquisa a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento do país e equilíbrio para a economia.

Empreendedorismo é o envolvimento de uma pessoa em processos que transformam ideias em oportunidades de negócios e que detecta uma oportunidade criando mecanismos para capitalizar sobre ela. O conceito de empreendedorismo tem sido intensificado no Brasil desde a década de 1990, período pós-ditadura, com a abertura econômica, entrada de capital estrangeiro e aumento da competitividade, levando o crescimento da cultura empreendedora no país.

No entendimento de Dolabela (1999), desenvolvida dentro de um amplo contexto econômico, “empreendedorismo envolve qualquer forma de inovação que tenha uma relação com a prosperidade da empresa”. Ou seja, um empreendedor tanto pode ser uma pessoa que inicie sua própria empresa, como alguém comprometido com a inovação de empresas já constituídas. O ponto principal dessa definição é que o empreendedorismo torna-se fator primordial, fazendo com que os negócios sobrevivam e prosperem num ambiente econômico e de mudanças culturais, sociais, e principalmente geográficas. As micro e pequenas empresas apresentam características próprias de gestão, competitividade e inserção no mercado.

Dolabela (1999, p.31) conceitua empreendedorismo como:

> [...] fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países. Na verdade, aprende-se a ser empreendedor pela convivência com outros empreendedores [...] o empreendedor aprende em um clima de emoção e é capaz de assimilar e experiência de terceiros.

Esse autor concebe também o empreendedorismo como sendo um processo contínuo, onde as novas oportunidades são percebidas pelos indivíduos com visão e características empreendedoras e as exploram, assim como conseguem transformar os problemas em grandes oportunidades.

De acordo com Chiavenato (2004, p.45) “o empreendedor consegue fazer as coisas acontecerem por ser dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar e aproveitar oportunidades que nem sempre são claras e definidas’’.

Mas ao contrário do que possa parecer, o empreendedorismo não é uma moda e, segundo Dolabela (1999), ele é reflexo da evolução de uma sociedade em busca da geração do auto emprego e da autonomia profissional, de modo que hoje existe uma necessidade de se propagar conhecimentos empresariais, os quais, no passado, eram obtidos apenas pela experiência prática e não transmitida pelas escolas.

São similares o entendimento de Dolabela (1999) e Drucker (1989), que os empreendedores inovam. A inovação é o instrumento do espírito empreendedor. Portanto, pode-se observar a importância do comportamento empreendedor e das características empreendedoras.

Um novo conceito que as empresas com alta competitividade estimulam é o intraempreendedorismo, comportamento dentro da organização que recria e mantem atualizada a cultura empreendedora. A grande diferença é que o intraempreendedor não são donos do negócio, são colaboradores que desenvolvem competências empreendedoras com o comprometimento e propósito da organização. O intraempreendedorismo é indispensável para as empresas já estabelecidas, pois recria a cultura empreendedora interna. O ambiente intraempreendedor possui as características, conforme Martinho Montenegro Martinho Montenegro (1998)

- A empresa opera nas fronteiras da tecnologia;
- Novas ideias são encorajadas;
- Não há parâmetro para a oportunidade;
- Abordagem de equipes multidisciplinar;
- Patrocinadores e defensores do modelo e apoio da alta administração.

Neste contexto destaca-se a grande importância do empreendedorismo, seja na geração de novas empresas ou dentro das empresas no gerenciamento e desenvolvimento da empresa em que se está inserida.

2.2 Micro e Pequena Empresa

As micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente que representam cerca de 98,5% do total de empresas privadas, respondem por 27% do PIB e são responsáveis por 54% do total de empregos formais existentes no país, ou seja, empregam mais trabalhadores com carteira assinada que as médias e grandes empresas (SEBRAE, 2016).

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira (1988), que prevê o tratamento diferenciado à microempresa e empresa de pequeno porte. Através da Lei

Geral o regime tributário específico para os pequenos negócios é favorecido com a redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento. O surgimento do Simples Nacional prevê benefícios para as empresas como a simplificação e desburocratização.

A lei 123/2006 que estabelece o estatuto para as micro e empresas de pequeno porte, também conhecida como ‘‘Lei Geral’’, a lei 123/2006 concedeu a esse nicho de empresas um tratamento diferenciado, o que contribui para o desenvolvimento e crescimento econômico, estabeleceu normas para os pequenos negócios, a qual a Constituição brasileira garante tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, como abertura, licenciamento e baixa mais simples lei que apoia o desenvolvimento e a competitividade empresarial.

A lei Geral originou também ao microempreendedor individual, que o empresário que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R$ 81.000,00 o Simples Nacional engloba três impostos em uma única guia (CPP, ICMS e ISS), cujo recolhimento é em valores mensais fixos, independentemente da sua receita bruta. Tornando isento dos outros impostos.

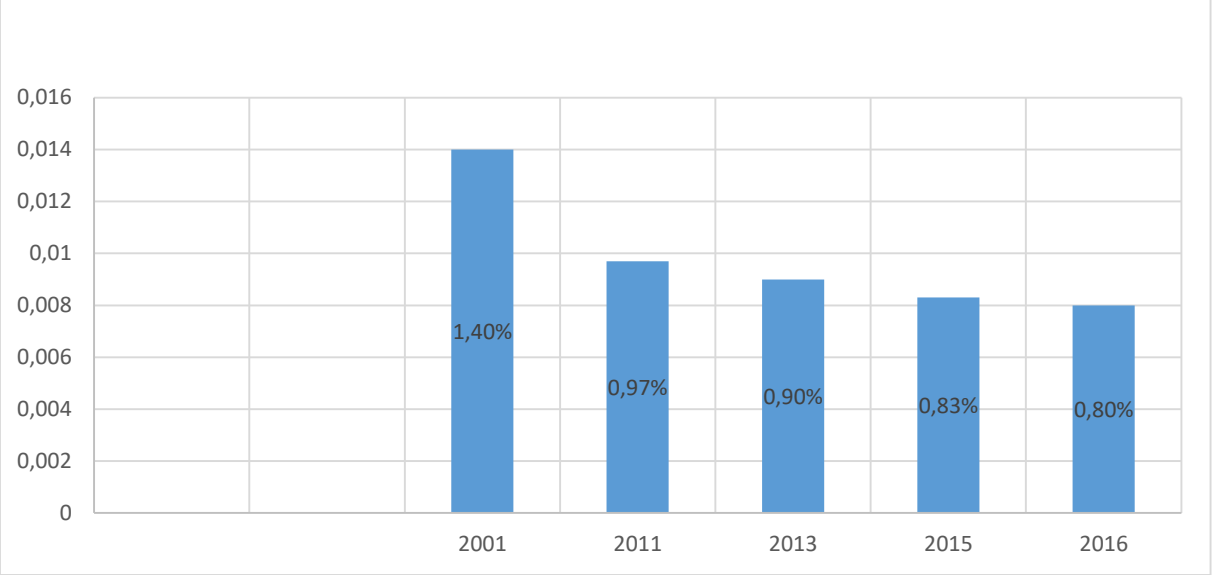
Para a micro e pequena empresa, o Simples Nacional engloba o recolhimento de oito impostos em uma única guia (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS). Estados que contribuem com menos de 5% do PIB nacional podem adotar sublimites estaduais para fim de recolhimento do ICMS e do ISS devidos pelas empresas optantes.

Os entes federativos não podem exigir obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos incluídos no Simples, além das estipuladas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

2.3 Crescimento Demográfico

Ao longo das últimas décadas o crescimento demográfico estava muito acelerado no Brasil, no entanto a pesquisa de 2016 do IBGE apontou 206,1 milhões de habitantes, demonstrando que o nível de crescimento demográfico no país está desacelerando conforme o gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Crescimento demográfico



Fonte: IBGE (índice de desaceleração), 2016.

Segundo pesquisa do IBGE (2016), ¼ dos 5.5570 municípios pesquisados já registra diminuição da população o que acarreta o aumento de pessoas velhas e idosas, impactando na previdência, na geração de arrecadação e principalmente na geração de emprego e principalmente na economia brasileira. O crescimento da população do Brasil vai desacelerar e o país cairá de quinto a sétimo mais populoso do planeta entre 2015 e 2050. Enquanto a taxa de fertilidade continuará caindo, a proporção de idosos vai aumentar substancialmente no país. As projeções são da Organização das Nações Unidas indicam que as oportunidades do Brasil para capturar o chamado dividendo demográfico estão diminuindo.

2.4 Desenvolvimento Econômico

Com o desenvolvimento econômico o contexto de atuação das empresas torna-se cada vez mais complexo. A grande quantidade de produtos e serviços disponíveis revelam um mercado consumidor mais exigente. Com isso, o surgimento das micro e pequenas empresas estão mudando o cenário econômico com seus procedimentos, buscando agregar valor aos produtos e serviços, incorporando inovações, procurando adaptar-se a esse novo ambiente que se apresenta. Com isso surge o desafio dos gestores em adaptar-se a esse cenário ora em recessão ora em crescimento acelerado.

Nesta perspectiva Dolabela (1999, p.38), explica que “os economistas estão

percebendo as características empreendedoras", os empreendedores criam um novo modelo de sistemas de valores na sociedade, onde os comportamentos individuais dos seus participantes são fundamentais, portanto, a ação do empreendedor é a base do desenvolvimento econômico. Num mercado cada vez mais competitivo, as empresas passam a exigir de seus profissionais características empreendedoras. E aos que buscam o sonho do próprio negócio acabam se aventurando e abrindo micro e pequenas empresas que geram emprego e aquecem o mercado.

No entanto ainda faltam políticas públicas voltadas para o empreendedorismo e enxerga-lo como alternativa para o desemprego e visando respaldar este movimento de iniciativa privada consolidando a economia local.

Para promover o desenvolvimento social os pequenos negócios são fundamentais na geração de empregos e aquecimento a economia o fortalecimento das micro e pequenas empresas para tornar o Brasil mais competitivo,

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se, no que se refere ao delineamento, como descritiva, uma vez que visa descrever as Contribuição das Micro e Pequenas Empresas e estabelecer relações com o desenvolvimento econômico.

Para realização deste estudo usou-se como base dados estatísticos extraídos da RAIS (Relação Anual de informações de Sociais) de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.

Da RAIS foram extraídos dados relativos a quantidade de estabelecimentos, quantidade de vínculos empregatícios e remuneração média dos anos de 2013 a 2016. Para extração dos dados da RAIS, utilizou-se a mesma metodologia apresentada no Anuário do Trabalho e Emprego do SEBRAE (2017), combinando atividade econômica e natureza jurídica, combinando isso com o tamanho dos estabelecimentos, conforme filtro abaixo:

QUADRO 1 – Critérios extração de dados RAIS

Critério	**Requisito**
Atividade econômica (CNAE)	Exceto as seguintes divisões CNAE: 84 Administração pública, defesa e seguridade social; 94 Atividades de organizações associativas; e 99 Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Natureza Jurídica	Somente as seguintes naturezas jurídicas: 20 Sociedade anônima aberta (204-6); 21 Sociedade anônima fechada (205-4); 22 Sociedade empresária limitada (206-2); 29 Empresário (individual) (213-5); 50 Sociedade simples pura (223-2); 51 Sociedade simples limitada (224-0); 81 Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária) (230-5); ou 82 Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples) (231-3).
IBGE Gr Setor	Exceto o Setor Atividade Agropecuária[12]

Fonte: SEBRAE (2017)

Para classificação do porte usou-se a tabela abaixo de referência, conforme definição do SEBRAE (2017), visto que os dados para consulta das informações estatísticas da RAIS não possuem filtro de porte, havendo a necessidade de critérios para definição do mesmo. Os estabelecimentos com RAIS negativa, foram considerados como Microempresa, haja vista o número de empregados ser igual a zero.

QUADRO 2 – Classificação dos estabelecimentos conforme o porte

Porte	**Indústria e Construção Civil**	**Comércio e Serviços***
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE (2017)
* Não incluso Administração Pública

Para tratamento dos dados utilizou-se de planilhas eletrônicas, onde as informações coletadas nas fontes foram convertidas em tabelas e gráficos, que foram confrontados com a teoria. Dados da remuneração de 2013 a 2015 foram corrigidos com base em dez/16 com base no INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor) a fim de se atualizar os valores estabelecendo-se uma base correta de comparação.

Na análise dos dados utilizou-se a análise interpretativa associando-se ideias expressas por autores com outras de conhecimento dos acadêmicos. Os dados

[12]Foram excluídas divisões relacionadas à agropecuária, devido ao fato de este setor encontrar-se sub-representado na Rais. Parte expressiva dos produtores rurais não necessita registrar seu empreendimento como pessoa jurídica, bastando para realizar sua atividade, registrar-se no âmbito das secretarias de estado da fazenda (SEBRAE, 2006, p. 13 apud SEBRAE, 2017, p. 23).

coletados foram organizados de modo a apresentar a contribuição dos pequenos negócios para a economia, bem como mostram a importância das micro e pequenas empresas no cenário nacional.

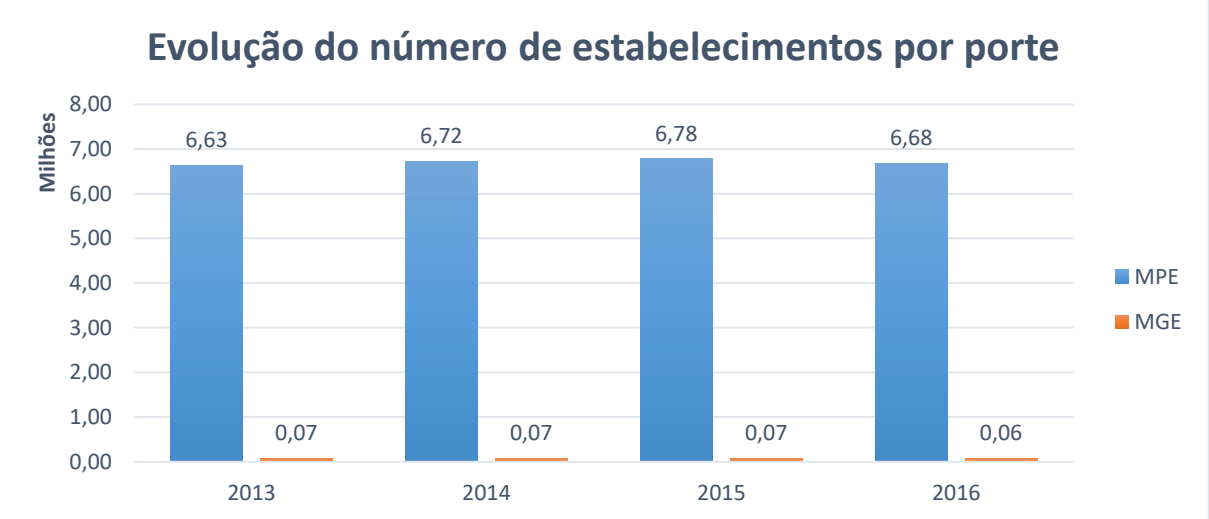
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Número de Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas possuem grande representatividade na economia do Brasil. Conforme dados extraídos da RAIS, apresentados no gráfico 2, em 2016 o Brasil contava com 6,68 milhões de micro e pequenas empresas, ou seja, a maioria dos estabelecimentos com 99% enquanto que as médias e grandes empresas representavam 0,06 milhões de estabelecimentos.

Pode-se observar também no mesmo gráfico que o número de pequenos negócios vem aumentando de 2013 a 2015, tendo ligeira baixa em 2016. Comprando-se 2014 com 2013, a taxa de crescimento foi de 1,36%, já de 2015 comparado com 2014 o crescimento foi de 0,83% e em 2016 houve uma queda de 1,44% com relação a 2015, evidenciando a desaceleração da economia.

GRÁFICO 2 – Evolução do número de estabelecimento por porte



Fonte: MTE. Rais, 2016.

Na tabela 1 apresenta-se os dados por porte de forma mais detalhada. Observa-se que a maior concentração das empresas em todos os anos se dá na classificação de microempresa, com mais de 6,2 milhões de estabelecimentos em

cada ano apresentado. Porém observa-se que destas microempresas mais de 3,9 milhões de empresas não declaram nenhum funcionário, apresentando a RAIS negativa.

TABELA 1 – Número de estabelecimentos por porte

Porte	2013	2014	2015	2016
MPE	**6.629.879**	**6.719.858**	**6.775.493**	**6.677.981**
Microempresa	**6.215.352**	**6.295.057**	**6.356.804**	**6.272.899**
Com empregados	2.255.651	2.340.012	2.357.737	2.329.517
Sem empregados	3.959.701	3.955.045	3.999.067	3.943.382
Pequena empresa	**414.527**	**424.801**	**418.689**	**405.082**
MGE	**70.242**	**70.857**	**67.558**	**64.533**
Grande empresa	**25.127**	**25.366**	**24.196**	**23.103**
Média empresa	**45.115**	**45.491**	**43.362**	**41.430**
Total Geral	**6.700.121**	**6.790.715**	**6.843.051**	**6.742.514**

MPE - Micro e pequena empresa
MGE - Média e Grande Empresa
Fonte: MTE. Rais, 2016.

Na tabela 2, os estabelecimentos estão divididos por setor. Pode-se constatar que a maior das micro e pequenas empresas pertencem ao setor de Comércio, representando 44,31% em 2016, seguido pelo setor de serviços com 40,20%, depois fica a indústria cm 10,31% dos estabelecimentos e a construção civil com 5,17%.

TABELA 2 – Distribuição percentual das micro e pequenas empresas por Setor

	2013	2014	2015	2016
MPE	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
1 - Indústria	10,58%	10,49%	10,41%	10,31%
2 - Construção Civil	4,95%	5,20%	5,25%	5,17%
3 - Comércio	47,18%	46,12%	45,24%	44,32%
4 - Serviços	37,29%	38,19%	39,10%	40,20%
Total Geral	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Nºs absolutos de MPE	**6.629.879**	**6.719.858**	**6.775.493**	**6.677.981**

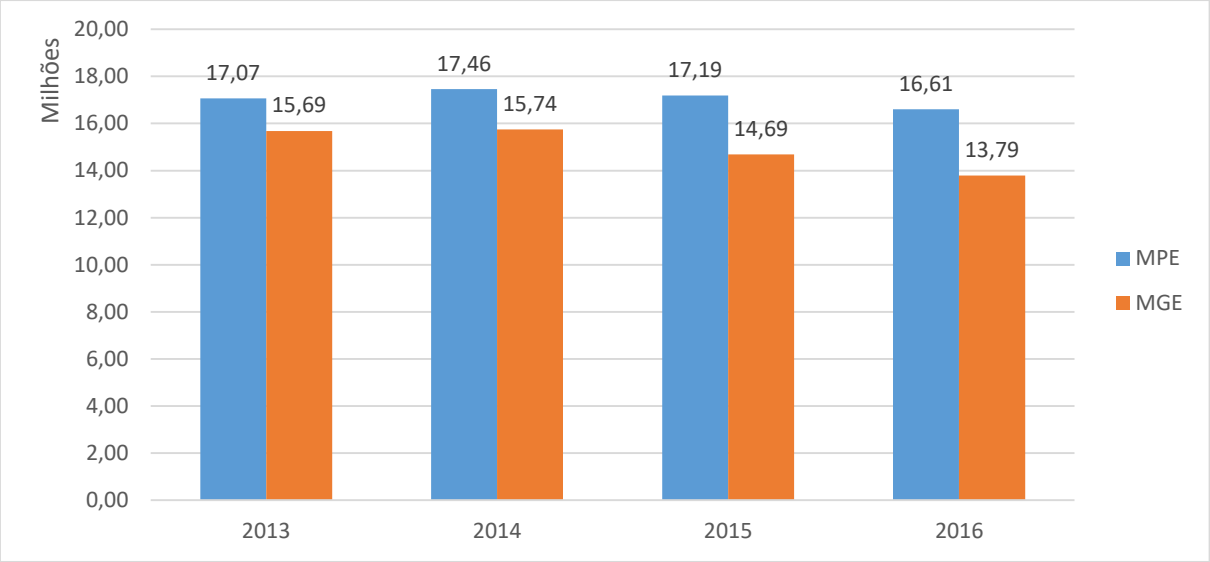
Fonte: MTE. Rais, 2016

4.2 Contribuições dos Pequenos Negócios na Economia

Com relação à quantidade de vínculos, apresentado no gráfico 3, observa-se novamente a representatividade dos pequenos negócios onde em todos os anos emprega mais da metade dos trabalhadores formais do país. Em 2013, 17,07 milhões dos empregos eram em micro e pequenas empresas conta 15,69 milhões das médias

e grandes empresas. Em 2014 os empregos nas MPE correspondiam a 17,46 milhões enquanto que nas MGE representavam 15,74 milhões. No ano de 2015 a relação é de 17,19 milhões de empregos nas MPE contra 14,69 milhões nas MGE. Em 2016 as MPE empregam 16,61 milhões de empregados frente aos 13,79 milhões de empregos nas MGE.

GRÁFICO 3 – Evolução do número de empregos por porte



Fonte: MTE. Rais, 2016.

Na tabela 3 apresenta-se a evolução do número de vínculos por porte e setor, permitindo verificar que de 2013 a 2016 houve expressiva queda no número de vínculos que saíram de mais de 32,75 milhões em 2013 para 30,39 milhões em 2016, uma queda de 7,2% no número de empregos.

Outra observação a ser feita sobre os empregos, é que nas MPE a maior parte dos empregos são gerados no comércio, a exemplo de 2016 onde o setor representa 40,08% dos empregos das MPE, seguido dos serviços com 33,66% dos empregos, indústria com 20,68% e a construção civil com 7,93%.

Nas MGE o setor de serviços é quem mais emprega como em 2016 está apresentado com 46,22% dos empregos, seguido da indústria com 30% dos empregos, comércio com 18,09% e a construção civil por último com 5,7% dos empregos das MGE.

TABELA 3 – Evolução e distribuição do número de empregados por porte e setor

	2013		2014	
	N° Vínculos	**%**	**N° Vínculos**	**%**

MPE	**17.071.291,00**	**52,11%**	**17.463.807,00**	**52,59%**
1 – Indústria	3.626.926,00	21,25%	3.612.373,00	20,68%
2 - Construção Civil	1.359.525,00	7,96%	1.385.001,00	7,93%
3 – Comércio	6.769.477,00	39,65%	6.916.210,00	39,60%
4 – Serviços	5.315.363,00	31,14%	5.550.223,00	31,78%
MGE	**15.686.208,00**	**47,89%**	**15.743.452,00**	**47,41%**
1 – Indústria	4.966.423,00	31,66%	4.858.779,00	30,86%
2 - Construção Civil	1.330.821,00	8,48%	1.229.160,00	7,81%
3 – Comércio	2.629.047,00	16,76%	2.696.985,00	17,13%
4 – Serviços	6.759.917,00	43,09%	6.958.528,00	44,20%
Total Geral	**32.757.499,00**	**100,00%**	**33.207.259,00**	**100,00%**
	2015		**2016**	
	N° Vínculos	**%**	**N° Vínculos**	**%**
MPE	**17.192.686,00**	**53,93%**	**16.610.817,00**	**54,64%**
1 – Indústria	3.439.823,00	20,01%	3.268.404,00	19,68%
2 - Construção Civil	1.263.674,00	7,35%	1.092.974,00	6,58%
3 – Comércio	6.841.725,00	39,79%	6.658.215,00	40,08%
4 – Serviços	5.647.464,00	32,85%	5.591.224,00	33,66%
MGE	**14.688.652,00**	**46,07%**	**13.788.533,00**	**45,36%**
1 – Indústria	4.409.352,00	30,02%	4.136.941,00	30,00%
2 - Construção Civil	1.015.494,00	6,91%	785.334,00	5,70%
3 – Comércio	2.576.068,00	17,54%	2.493.775,00	18,09%
4 – Serviços	6.687.738,00	45,53%	6.372.483,00	46,22%
Total Geral	**31.881.338,00**	**100,00%**	**30.399.350,00**	**100,00%**

Fonte: MTE. Rais, 2016.

Com relação a remuneração, as MPE também possuem grande importância na economia. Com base no total pago em remuneração em 31/12 de cada ano estudado corrigido a valores reais, as MPE representam 43% em média da massa de remuneração em 31/12, e as MGE representam 57%. (TABELA 4)

Outra observação é que a representatividade das MPE na massa de remuneração tem aumentado no decorrer dos anos, em 2013 as MPE tinham a participação de 41,42% da massa de remuneração, em 2014 a participação foi para 42,19%, em 2015 passou para 43,63 e 2016 chegou a 44,42% demonstrando crescimento de 7,26% na sua representatividade.

TABELA 4 – Participação das MPE na Massa de Remuneração Média Real em 31/12 por porte

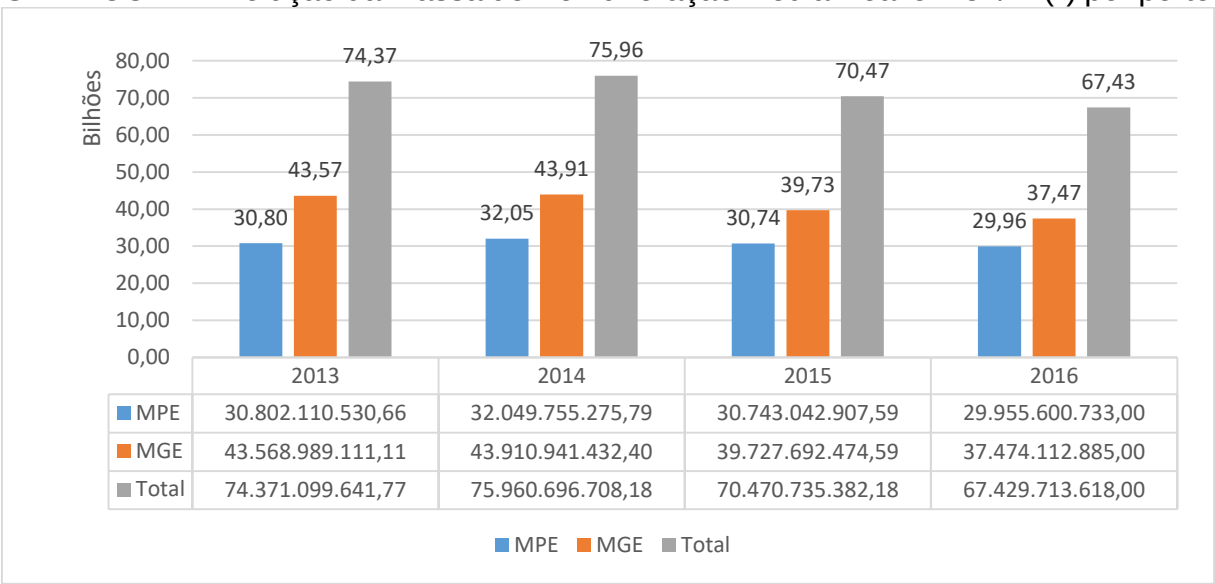
	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**Média**
MPE	41,42%	42,19%	43,63%	44,42%	42,86%
MGE	58,58%	57,81%	56,37%	55,58%	57,14%
Total Geral	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: MTE. Rais, 2016.

No gráfico 4, é apresentada a evolução em valor da Remuneração Média em

31/12 atualizada com base no INPC até dez/16, levando a mesma base de comparação. Assim, percebe-se que houve redução de 9,3% de 2013 a 2016 na massa de remuneração, passando de 74,37 milhões de reais em 2013 para 67,43 milhões de reais em 2016. Porém observa-se também que a redução maior foi na MGE empresas que teve uma redução de 14,% na massa de remuneração enquanto que nas MPE a redução foi de apenas 2,7% nestes 4 anos estudados, ou seja, as MPE tiveram menores perdas em relação as MGE.

GRÁFICO 4 – Evolução da Massa de Remuneração Média Real em 31/12(*) por porte



Fonte: MTE. Rais, 2016.
* Refere-se à remuneração média real em dezembro dos vínculos ativos em 31/12, a preços do INPC/IBGE em dez/2015. Para seu cálculo
Exclui-se os vínculos com renda ignorada

Analisando a massa de remuneração por setor e porte, conforme tabela 5, nas MPE e MGE a maior redução da massa de remuneração foi na construção civil, apresentando 20,1% de redução ao se comparar 2016 com 2013 nas MPE e nas MGE a redução foi de 45,8%.

Comparando o desempenho dos setores em cada porte, nas MPE o setor de serviços foi o único setor que apresentou aumento de 4,4% de 2013 a 2016, contribuindo para uma menor redução nas MPE comparadas com as MGE.

TABELA 5 – Massa de Remuneração Média Real em 31/12 de cada ano por setor e porte

	2013	2014	2015	2016	Var.% de 2016/2013
MPE	**30.802.110.531**	**32.049.755.276**	**30.743.042.908**	**29.955.600.733**	**-2,7%**

1 – Indústria	7.217.567.590	7.353.679.015	6.813.861.195	6.569.213.267	-9,0%
2 - Construção Civil	2.444.869.749	2.562.856.549	2.231.248.293	1.954.422.355	-20,1%
3 - Comércio	11.232.556.899	11.661.096.310	11.143.151.250	11.085.943.665	-1,3%
4 – Serviços	9.907.116.293	10.472.123.401	10.554.782.170	10.346.021.446	4,4%
MGE	**43.568.989.111**	**43.910.941.432**	**39.727.692.475**	**37.474.112.885**	**-14,0%**
1 – Indústria	16.590.798.589	16.239.638.465	14.200.956.666	13.433.260.364	-19,0%
2 - Construção Civil	3.509.791.255	3.160.399.609	2.485.740.370	1.900.901.929	-45,8%
3 - Comércio	6.321.223.172	6.466.737.512	5.913.625.066	5.782.687.912	-8,5%
4 – Serviços	17.147.176.095	18.044.165.845	17.127.370.372	16.357.262.680	-4,6%
Total Geral	**74.371.099.642**	**75.960.696.708**	**70.470.735.382**	**67.429.713.618**	**-9,3%**

Fonte: MTE. Rais, 2016.

No gráfico 5 é demonstrada a evolução da distribuição em percentual da massa de remuneração por setor em porte, permitindo observar quanto de representatividade cada porte de empresa nos setores da economia.

No setor de indústria, observa-se que a maior massa salarial é paga pelas MGE, que representam em 2016 67,2% da média salarial do setor, em 2015 foi de 67,6%, em 2014 a participação foi de 68,8% e 2013 foi de 69,7%. As MPE representavam na massa de remuneração 32,8% em 2016, 32,4% em 2015, 31,2% em 2014 e 30,3% em 2013. Assim, neste setor ao longo dos anos observa-se o aumento de representatividade das MPE.

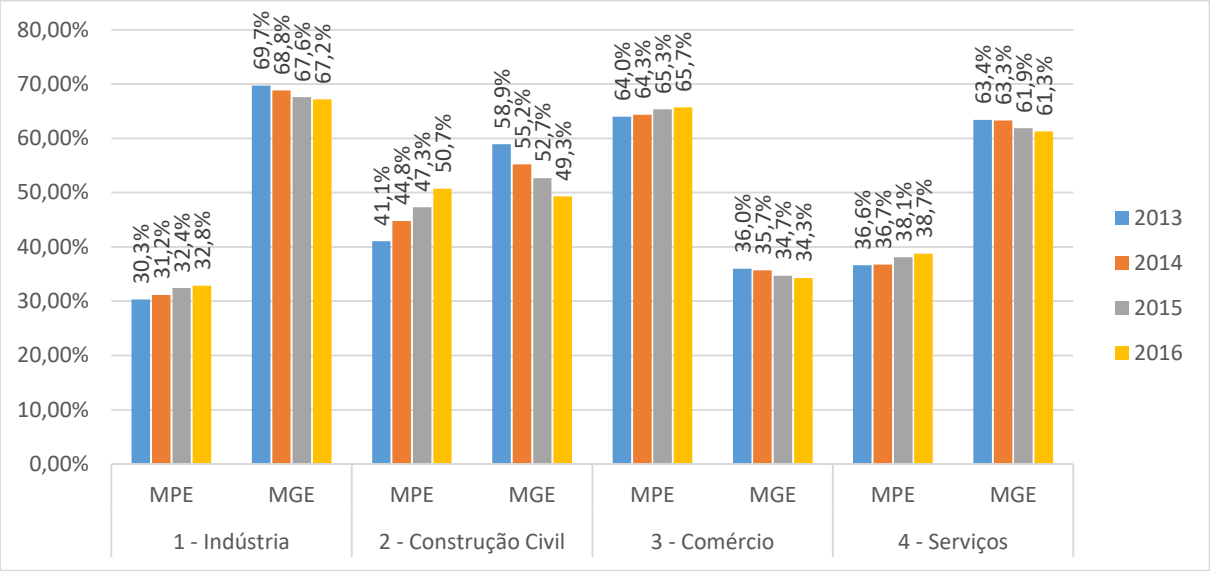
No setor de construção civil, em 2013 as MPE representavam 41,1% da massa de remuneração e as MGE 58,9%. Em 2014 as MPE subiram para 44,8% da remuneração e as MGE foram para 55,2%. Em 2015 as MPE passaram para 47,3% e as MGE foram para 52,7%. Já no ano de 2016 o panorama é invertido, onde as MPE passam para 50,7% da massa de remuneração do setor e as MGE passaram para 49,3%, assim como no setor de serviços as MPE tem aumentado sua participação e na construção civil chegou a passar da metade da massa de remuneração do setor.

O comércio é o setor com maior representatividade das MPE, neste setor as MPE representam 64,0% em 2013, 64,3% em 2014, 65,3% em 2015 e 65,7% em 2016, enquanto que as MGE têm 36,0% em 2013, 35,7% em 2014, 34,7% em 2015 e 34,3% em 2016. Além da maior representatividade em todos os anos, há crescimento nesta representatividade a cada ano, mostrando o bom desempenho do setor.

Já nos serviços as MGE são mais representativas no mercado de trabalho, sendo a participação na massa de remuneração em 2013 de 63,4%, 63,3% em 2014,

61,9% em 2015 e 61,3% em 2016. As MPE evoluíram de 36,6% em 2013 para 38,7% em 2016, ou seja, assim como nos outros setores a cada ano há uma evolução das MPEs.

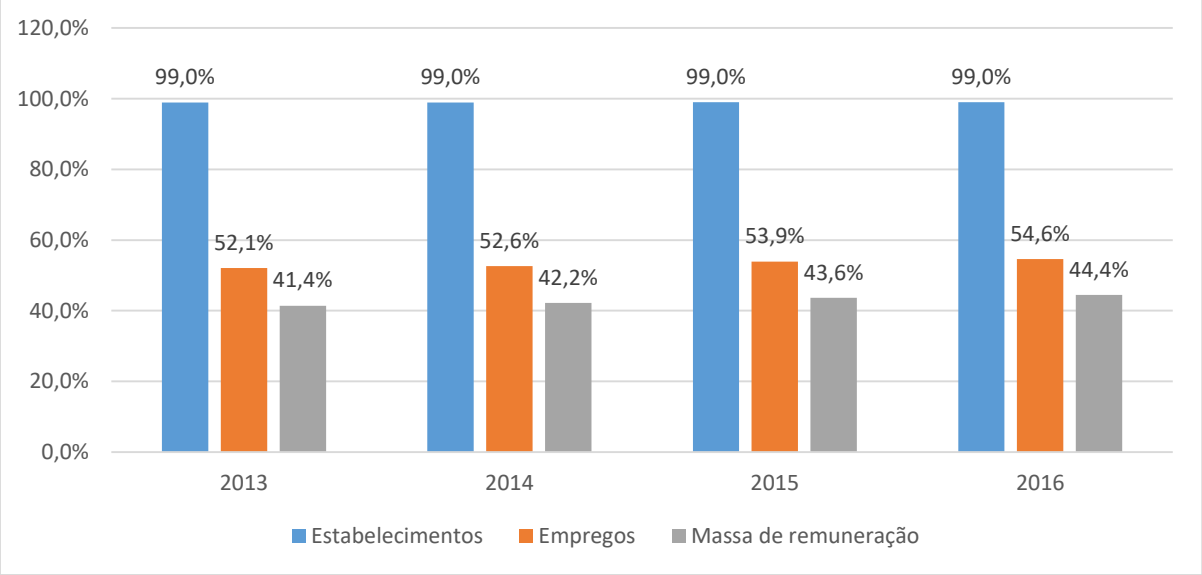
GRÁFICO 5 – Distribuição % da massa de Remuneração Média Real em 31/12 por setor das MPE e MGE



Fonte: MTE. Rais, 2016.

O gráfico 6 é um resumo da evolução da representatividade dos pequenos negócios no mercado de trabalho e consequentemente, na economia.

GRÁFICO 6 – Participação relativa das MPE no total de estabelecimentos, empregos e massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas não agrícolas.



Fonte: MTE. Rais, 2016.

Pode-se observar que as MPE em 2016 representam a maioria dos estabelecimentos ativos com 99%, em relação ao número de empregos a participação relativa é de 54,6% e em relação a massa de remuneração essa representatividade é de 44,4%.

TABELA 6 - Participação relativa das MPE no total de estabelecimentos, empregos e massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas não agrícolas por setor.

Setor		**1 - Indústria**		
Indicador	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Empresas	98,21%	98,24%	98,38%	98,43%
Empregos	42,21%	42,64%	43,82%	44,14%
Massa de Remuneração	30,32%	31,17%	32,42%	32,84%
Setor		**2 - Construção Civil**		
Indicador	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Empresas	98,71%	98,87%	99,06%	99,23%
Empregos	50,53%	52,98%	55,44%	58,19%
Massa de Remuneração	41,06%	44,78%	47,30%	50,69%
Setor		**3 - Comércio**		
Indicador	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Empresas	99,31%	99,29%	99,31%	99,31%
Empregos	72,03%	71,94%	72,65%	72,75%
Massa de Remuneração	63,99%	64,33%	65,33%	65,72%
Setor		**4 - Serviços**		
Indicador	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Empresas	98,75%	98,77%	98,83%	98,88%
Empregos	44,02%	44,37%	45,78%	46,73%
Massa de Remuneração	36,62%	36,72%	38,13%	38,74%

Fonte: MTE. Rais, 2016.

Na análise da tabela 6 dos mesmos indicadores por setor, observa-se que em primeiro lugar em representatividade das MPE está o Comércio, seguido então do setor de Construção Civil, Serviços e então Indústria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática levantada na pesquisa foi respondida, onde os dados apresentados no estudo demonstram a constante evolução das micro e pequenas empresas na economia do setor privado. A análise da RAIS demonstrou que em todos os setores da economia não agrícola do setor privado as MPE de 2013 a 2016 vem apresentando crescimento na representatividade dos pequenos negócios, com

destaque no setor de Comércio, onde as MPE respondem por mais de 65% da massa de remuneração e no setor da Construção Civil, onde em 2016 as MPE passaram a representar mais de 50% da massa de remuneração.

Com relação aos objetivos específicos, todos foram atingidos, uma vez que foi apresentado que foi apresentado o total de estabelecimentos classificados como micro e pequenas empresas, sendo que estas respondem a 99% do total de empresas ativas no setor privado.

Também foi evidenciada a representatividade das micro e pequenas empresas para o setor privado com relação a mão-de-obra, haja vista que mais da metade dos empregos deste setor são gerados pelos pequenos negócios e que estes respondem por 44,4% da massa de remuneração real do setor privado e 54,6% dos empregos, contribuindo assim com a economia de forma expressiva.

Em relação a identificação da contribuição por setor, observa-se que a maior representatividade das MPE está no comércio, onde além de responder em 2016 por 99% das empresas, as MPE participam em 72,75% dos empregos e 65,72% da massa de remuneração. Em segundo lugar de representatividade vem a Construção Civil, em que as MPE respondem a 99% das empresas, 58% dos empregos e 50% da massa de remuneração. Nos Serviços e na Indústria, apesar da menor representatividade comparada aos setores de Comércio e Construção Civil, ano a ano, as MPE vêm aumentando sua participação relativa no mercado privado.

Esta pesquisa contribuiu academicamente, pois foi possível conhecer a representatividade dos pequenos negócios para o mercado de trabalho, mostrando que existem diversas oportunidades profissionais também nos pequenos negócios, pois estes respondem pela maior parte dos empregos na iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

SEBRAE. Empreendedorismo 2018. Mato Grosso, MT disponível em: < http://www.sebrae.com.br>

CHIAVETO, Idalberto Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri, SP. 2004.

BRASIL. MTE. Relação Anual de Informações Sociais: RAIS. Disponível em: < http://bi.mte.gov.br>

SEBRAE. Anuário do trabalho nos pequenos negócios 2015. São Paulo, SP. 8.ed. 2017.